



MUNICÍPIO DE POMBAL

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE POMBAL Nº 0004/AM/22, de 29/09/2022

Aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois, nesta Cidade de Pombal, no Salão Nobre do Edifício do Paços do Concelho, pelas dezanove horas, teve lugar a sessão ordinária da Assembleia Municipal, estando presentes, Paulo Cardoso Correia da Mota Pinto, João Manuel Carreira da Conceição Coucelo, Maria Adelaide Pereira da Conceição, José Gomes Fernandes, Aníbal Henrique Guerreiro Cardona, Luís Renato Guardado Marques, Elisabete Gameiro João, João Paulo Antunes dos Santos, Carla Marisa Marques Guerra Fernandes Pereira, Andreia Sofia Pinheiro Marques, Ilídio Manuel da Mota, Luís Couto dos Santos, Manuel José Carreira Serra, Isabel da Encarnação Costa, Felismino Conceição Neves Carreira, André Filipe Agostinho Tasqueiro, António João Venâncio Carvalho, Leandro Gabriel Pedro Siopa, Marlene Vaz Matias, Carla Alexandra Ramos Cardoso Leitão Rodrigues, Rodrigo Cordeiro Malaca Escapa, Sandra Cristina Costa Barros, Humberto Margarido Lopes, Sofia Amado Gonçalves, Pedro Manuel Neves da Silva, José Manuel Pedrosa Marques, João Carlos Antunes Faustino Pimpão dos Santos, Nelson da Silva Pereira, Carla Teresa Ferreira da Mota Longo, Paulo Manuel Lucas Duarte, Gonçalo José Simões Ramos, Manuel Henriques Nogueira Matos, Daniel de Brito Ferreira e Maria José Rodrigues Marques, a fim de apreciar os assuntos constantes da ordem de trabalhos:

Ponto 1 - Período antes da ordem do dia:

- Ponto 1.1. Leitura, discussão e votação da ata da sessão ordinária de 23/02/2022;
- Ponto 1.2. Leitura/resumo do expediente recebido e cumprimento de formalidades legais;
- Ponto 1.3. Intervenções na generalidade.

Ponto 2 - Período da ordem do dia:

- Ponto 2.1. Leitura e discussão da informação do Presidente da Câmara;
- Ponto 2.2. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a 2.^a Alteração Modificativa ao Orçamento de 2022 e GOPs 2022/2026;
- Ponto 2.3. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Proposta de 3.^a Alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Pombal para o ano de 2022 e de abertura de procedimentos concursais comuns;
- Ponto 2.4. Apresentação e discussão da proposta da Câmara sobre a Assunção de encargos na área da Educação | Ano Letivo 2022/2023 – Para conhecimento;
- Ponto 2.5. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre alteração da delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Poios;
- Ponto 2.6. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a desafetação de área integrada no domínio público municipal para o domínio privado do município - integração no Lote M1 do loteamento Titulado pelo Alvará nº 4/86 – Proc.º nº 1412/20;



MUNICÍPIO DE POMBAL

- Ponto 2.7. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Minuta de 4ª Modificação de Contratos Interadministrativos – Gestão de Combustível;
- Ponto 2.8. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a aquisição de combustíveis a granel para o ano 2023;
- Ponto 2.9. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Fornecimento de energia elétrica - Assunção de compromissos plurianuais;
- Ponto 2.10. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Fixação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis, relativa ao ano de 2022;
- Ponto 2.11. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Fixação da percentagem de majoração da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis aplicável a prédios urbanos degradados, relativa ao ano de 2022;
- Ponto 2.12. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Fixação da percentagem de majoração da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis aplicável a prédios rústicos em situação de abandono, relativa ao ano de 2022;
- Ponto 2.13. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o Lançamento da Derrama sobre o lucro tributável do IRC do período de 2022, a cobrar no ano de 2023;
- Ponto 2.14. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Estabelecimento da Taxa Municipal de Direitos de Passagem a vigorar no ano de 2023;
- Ponto 2.15. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Fixação da percentagem de participação no IRS para o ano de 2023;
- Ponto 2.16. Apresentação e discussão do Relatório de Execução Orçamental da PMUGEST - 1.º Semestre de 2022 - Para conhecimento;
- Ponto 2.17. Apresentação e discussão do Relatório do Fiscal Único da PMUGEST, referente ao 1.º Semestre de 2022 - Para conhecimento;
- Ponto 2.18. Apresentação, discussão e votação dos pedidos de apoio das Juntas de Freguesia do Concelho de Pombal;
- Ponto 2.19. Listagem de apoios atribuídos às Juntas de Freguesia para cumprimento do n.º 4 do artigo 7.º do Regulamento de Atribuição de Apoios às Freguesias - Para Conhecimento;
- Ponto 2.20. Apresentação, discussão e votação da recomendação do Partido Socialista “12/GM-PS/2021”;
- Ponto 2.21. Apresentação, discussão e votação da recomendação do Partido Socialista “13/GM-PS/2022”.

O **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal**, deu a palavra ao Primeiro Secretário, que procedeu à chamada, não se tendo verificado qualquer falta.

Informou ainda ter recebido os seguintes pedidos de substituição:

Do Partido Social Democrata:

- De Henrique Manuel dos Santos Bicho Rodrigues Mota, tendo sido substituído por Felismino Conceição Neves Carreira;
- De Nicolle Lourenço, tendo sido substituída por André Filipe Agostinho Tasqueiro;



MUNICÍPIO DE POMBAL

- De Fernando Rodrigues Matias, tendo sido substituído por Isabel Encarnação Costa; e,
- De Alexandre Filipe Fontes dos Santos, tendo sido substituído por António João Venâncio Carvalho.

Do Partido Socialista:

- De João André Varela Coelho, tendo sido substituído por Rodrigo Cordeiro Malaca Escapa;
- De Nuno Gabriel Almeida de Oliveira, tendo sido substituído por Carla Alexandra Ramos Cardoso Leitão Rodrigues.

Mais informou que o Presidente das Junta de Freguesia de Vila Cã, comunicou que estaria presente, em sua representação, Maria José Rodrigues Marques.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Quero cumprimentar todos os membros da Assembleia Municipal, os membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores.

Queria, uma vez que o assunto se prende com um esclarecimento relativo à composição da Assembleia, antes ainda de submeter qualquer voto e dizer qualquer coisa que tenha de ser apreciada pela Assembleia, informar a Assembleia que enviei ao Procurador da República, Delegado do Ministério Público em Pombal, ou ao Magistrado do Ministério Público, um ofício a dizer:

“Serve a presente para remeter a V. Exa. requerimento que foi entregue na Assembleia Municipal de Pombal de 26 de abril de 2022, pelo membro eleito pelo PSD, Manuel Serra, relativo a um alegado mandato irregular do membro eleito pelo Movimento “Oeste Independente”, Luís Couto, para os devidos e legais efeitos.

Nessa mesma Assembleia, foi convidado o membro da Assembleia Municipal, Luís Couto, a pronunciar-se por escrito sobre o referido requerimento, resposta essa que também remeto em anexo.”

Pronto, foi isso que foi o ato que a Mesa praticou, que pratiquei, e agora a questão é uma questão jurídica. Portanto, penso que, quanto a este ponto, não queria deixar de dar conhecimento disso à Assembleia, logo no início, uma vez que foi várias vezes perguntado.

Antes de avançar, e antes de passarmos para o ponto do período de antes da ordem do dia, eu tinha aqui a propor à Assembleia Municipal vários votos de pesar, que queria referir. Se forem aprovados, queria, depois que, na sequência disso, fizéssemos um minuto de silêncio.

Em primeiro lugar, voto de pesar:

“A Assembleia Municipal de Pombal expressa o seu maior pesar pelo falecimento do Senhor José Ferreira Pimpão dos Santos, endereçando as maiores condolências aos familiares enlutados.”

Eu vou ler os votos conjuntamente, e penso que os poderemos votar em conjunto, se não houver oposição.

“A Assembleia Municipal de Pombal expressa o seu maior pesar pelo falecimento prematuro de Eurico Santos, Presidente da Associação “Vespas do Marquês”, endereçando as maiores condolências aos familiares enlutados.”

E ainda relativamente a acontecimentos que ocorreram, hoje, um voto que eu proponho e que dirá o seguinte:

“A Assembleia Municipal de Pombal expressa o seu maior pesar pelo falecimento de dois trabalhadores, em acidentes de trabalho, no Município – os trabalhadores Fernando Carvalho, na Freguesia da Guia,



MUNICÍPIO DE POMBAL

e João Ramalho, na Freguesia de Redinha – endereçando as maiores condolências aos familiares enlutados.”

Colocados os Votos de Pesar a votação, foram os mesmos aprovados, por unanimidade, seguindo-se um minuto de silêncio em memória dos referidos cidadãos.

Nesta altura, o **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal**, referiu o seguinte:

“Reportando-se o primeiro destes votos ao pai do Senhor Presidente da Câmara e de um nosso colega Deputado Municipal, não quero também deixar, enquanto Presidente da Assembleia Municipal, de lhes expressar pessoalmente as minhas condolências pelo falecimento do seu familiar próximo.”

Período de antes da ordem do dia:

Ponto 1.1. Leitura, discussão e votação da ata da sessão ordinária de 29 de junho de 2022.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Como é prática habitual, a ata foi divulgada e é dada por lida.

Pergunto se há alguma intervenção sobre esta ata, ou se podemos votá-la.”

Não se tendo verificado qualquer inscrição, passou-se à votação da ata em apreciação.

A Assembleia deliberou, por maioria, com duas abstenções, aprovar a ata da sessão de 29 de junho de 2022.

Ponto n.º 1.2. Leitura / resumo do expediente recebido e cumprimento de formalidades legais.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Sobre isto, tenho só um ponto a referir e que se prende com um e-mail dos peticionantes da AMAGO e também de um deputado municipal do Partido Socialista, relativamente à questão que deu origem à constituição de uma comissão da Assembleia.

Eu queria dizer que a minha interpretação é que não compete à Assembleia Municipal controlar o funcionamento da comissão, ou as atuações individuais, pelo menos não compete à Mesa da Assembleia Municipal controlar isso e, portanto, é isso que eu irei responder a estas duas comunicações.

Entretanto, o relatório também já foi tornado público, uma das questões é que os peticionantes se queixavam de não terem sido notificados antes de o relatório ter sido tornado público, mas hoje é público.

Portanto, pergunto se há alguma intervenção sobre o Ponto n.º 1.2.

Se não é o caso, passamos ao ponto seguinte.”



MUNICÍPIO DE POMBAL

Ponto n.º 1.3. Intervenções na generalidade.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Pergunto se há inscrições e quem pretende usar da palavra no período de antes da ordem do dia.”

De seguida deu a palavra aos seguintes membros da Assembleia:

Aníbal Cardona (PS):

“Boa tarde. Cumprimento todos, na pessoa do Senhor Presidente.

O assunto que eu gostava de abordar é, mais uma vez, a questão dos requerimentos e especificamente, queria falar de dois.

Em primeiro lugar, manifestar o meu desagrado de, no caso de alguns dos requerimentos que foram apresentados, obrigar a Bancada do Partido Socialista a ter que fazer queixa à CADA, porque, incompreensivelmente, esta informação não nos chega.

Para percebermos o absurdo da situação, eu gostava de particularizar dois, uma questão que foi feita ao Senhor Presidente, em outubro: «Senhor Presidente, a Câmara Municipal de Pombal cobra, ou não, a taxa de inertes?» Demora poucos segundos a dizer aquilo que, face ao atraso, ao facto de a resposta não ter sido dada no momento certo, face ao facto de apresentarmos um primeiro requerimento, face ao facto de apresentarmos um segundo requerimento e vermo-nos obrigados a fazer uma coisa que não é prestigiante para esta Câmara – e todos nós temos responsabilidades aqui – que é termos que fazer queixa a um organismo para termos acesso a um documento a que nós, efetivamente, temos o direito, como oposição no exercício do seu direito e que está consignado na Legislação.

Eu posso depreender que essa resposta será: “não, não cobramos”. Não vem mal ao mundo, vamos trabalhar em conjunto para podermos eventualmente melhorar esta situação, e adaptarmos esta situação à realidade.

Segundo requerimento.

Já no ano de 2022 pedimos aqui os relatórios – porque houve um voto contra da Bancada do PSD a uma proposta do Partido Socialista para identificação dos materiais contendo amianto nos edifícios públicos, nomeadamente nas associações e foi aqui justificado que haveria relatórios de identificação das necessidades das associações, em termos das medidas de autoproteção – ou seja, aplicação do regulamento de segurança contra incêndios – e foi aqui dito, pela minha amiga Vereadora, que esses relatórios existiam, e que, obviamente, estaria lá contemplada a identificação dos materiais contendo amianto. Nós sabemos que são coisas diferentes – uma coisa é a identificação das necessidades de medidas de autoproteção na observação do Regulamento de Segurança Contra Incêndios, outra coisa é fazer a identificação dos materiais contendo amianto friável. São coisas completamente diferentes. E ficou explícito, porque está em ata e está gravado, que a Senhora Vereadora disse que esses relatórios existiam.

Face ao tempo que passou desde este nosso pedido, de um primeiro requerimento, um pedido que eu até pensei que fosse dado no final dessa reunião, um primeiro requerimento, um segundo requerimento, e mais uma vez, uma queixa à CADA, para termos direito a uma coisa que foi dito que existia.

Para mim, e para nós, para a nossa Bancada, causa uma enorme perplexidade isto. E também posso, de alguma forma, conjecturar que esses relatórios – eu aqui até posso dar



MUNICÍPIO DE POMBAL

de barato, porque era uma recomendação do próprio Governo que as autarquias fizessem essa identificação; agora, o que não me parece compaginável é que esses relatórios, que foram lavrados, com certeza, com determinado objetivo, de repente, só por causa de criarmos aqui uma justificação para reprovar uma proposta que me parece legítima – e, aliás, não só à Bancada do Partido Socialista – arranjar um argumento para votar contra, desviando o objetivo de um determinado relatório com outro assunto. E outra situação que é completamente incompreensível e que me permite conjecturar, é: estes relatórios estarão de alguma forma a ser refeitos? Há algum motivo objetivo – visto que existiam, foi admitido pela Senhora Vereadora – para não nos serem disponibilizados imediatamente? Nós podemos suspeitar.

Há aqui uma coisa que me parece interessante analisar, e conhecendo as pessoas deste Executivo, causa-me enorme perplexidade. Será que uma Bancada da Oposição se vê obrigada a fazer uma queixa para ter acesso a uma documentação a que tem direito? Não somos nós, são as pessoas que votaram em nós. Não pode haver aqui pombalenses com todos os direitos, com direito à informação, e aqueles que são representados por nós, que exerceram o seu direito de voto livremente, não serem respeitados.

Senhor Presidente, eu, como se recorda, não durante todo o mandato, desempenhei as funções de Vereador com o seu antecessor.

Discordávamos quase em tudo – na forma, no conteúdo, no estilo – mas nunca, em tempo algum, nos foi sonogado qualquer tipo de informação – aliás, nomeadamente o seu Chefe de Gabinete, que está aqui presente, lembra-se que, muitas vezes, o nosso pedido de informação era imediatamente dado em sede de reunião.

Senhor Presidente, eu digo isto com muita tristeza, mas eu acho que estamos perante uma situação que nos pode fazer pensar se estaremos, ou não, num retrocesso democrático.

Muito obrigado.”

Renato Guardado (PPD/PSD):

“Muito boa tarde a todos. Na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia, cumprimento todos os presentes.

Ora, o assunto que me traz aqui hoje, três meses volvidos da última Assembleia Municipal, de 29 de junho, e muita coisa aconteceu em Pombal, o assunto que eu queria referir neste período de antes da ordem do dia tem a ver com a temática das Festas do Bodo.

E quero falar sobre as Festas do Bodo porque acho que o evento deste ano refletiu que temos aqui verdadeiramente um problema – temos um problema nas Festas do Bodo: é que este Executivo Municipal investiu, não teve medo e quis fazer crescer as Festas do Bodo, e, de facto, percebemos que os espaços, os locais, no fundo, a nossa cidade, a forma como está habituada às festas, se revelaram manifestamente pequenos para o afluxo de população que aqui quis acorrer nestas festividades.

Dizer também aqui que se nota perfeitamente o carinho da população relativamente a esta festa, a este evento, a esta questão cultural, a esta identidade Pombalense que se reflete nesta união destes dias do ano. E dizer também que ficou provado que quanto mais se investe, quanto mais atratividade nós criarmos, mais a população responde.

E, portanto, eu não posso deixar de destacar alguns upgrades que foram feitos.

Destaco aqui, evidentemente, o Dia da Diáspora, porque quem percebe Pombal, quem entende o que é a Festa do Bodo e o encontro, percebe que a Diáspora, para os nossos



MUNICÍPIO DE POMBAL

emigrantes que estão longe a maior parte do ano, é um evento muitíssimo bem integrado nestas festividades.

Falar também da questão da identidade histórica, para que toda a gente tenha, de uma forma lúdica, conhecimento da tradição e da cultura que nos trazem aqui.

Falar também aqui na questão da própria exposição fora de portas, pela transmissão televisiva.

Destacar também a aposta nos artistas locais, em que, para além dos artistas de renome nacional em cada um dos dias, tivemos também oportunidade para que cada um dos artistas locais pudesse ter o seu espaço e pudesse apresentar o seu trabalho. E também realçar aquilo que para mim é importante – ou o que acho que é importante ter percecionado no local, que tem a ver com o facto da festa ter crescido em número de dias e em número de participantes. Não se verificou nenhuma diminuição no que toca à ocupação dos espaços e à resposta, com a afluência da população.

Portanto, acho que é uma aposta francamente ganha, acho que é uma aposta a continuar, acho que todas as questões que também tenham a ver com os resultados económicos – ainda não são conhecidos os resultados finais, mas da documentação que tive a oportunidade de consultar, no que toca à venda da ADILPOM, percebeu-se que em termos de receitas de venda de bebidas, estamos a falar de uma proporção de € 47.000,00 de 2019, para 73.000,00 € e, portanto, aqui percebemos que não dobrou, mas quase, cresceu aqui um bom bocado – não vamos dizer “dobrar”, porque os números não são rigorosos.

Portanto, sobre isto, dizer também que há coisas que eu acho que poderiam, num próximo evento, fazer crescer mais e que tem a ver com a área da vertente económica, dos stands económicos, acho que se pode e se devia apostar mais nesse espaço, e, também, na questão alimentar – eu sei que é preciso que colaborem e também vemos que nas Tasquinhas é precisa a colaboração de entidades, ou de associações; ainda assim, acho que as apostas ganhas deste ano devem continuar no ano que vem, porque, de facto, reduzir a discussão sobre um evento como o Bodo, - que está no coração dos pombalenses -, ao se custou mais um bocadinho ou menos um bocadinho, acho francamente redutor, e que é não querer ver o evidente.

Portanto, queria nestas palavras, manifestar ao Executivo Municipal um sinal positivo pela coragem que tiveram me uma palavra de reforço para com o seu trabalho.

Deixar uma mensagem final de que não tenham medo, quer seja nas Festas do Bodo, quer seja no resto das vossas atividades, não tenham medo de fazer Pombal crescer, independentemente do que a crítica irá dizer.

Muito obrigado.”

Carla Mariza (PS):

“Boa noite a todos. Cumprimento o Senhor Presidente e os restantes membros desta Assembleia Municipal.

E já que estamos a falar em festas, e ainda bem que o Renato iniciou o tema – também não há assim muito mais – eu queria perguntar ao Senhor Presidente, relativamente à 27.ª Feira de Artesanato e Tasquinhas, quando é que vai apresentar as contas e, em particular, gostaríamos de saber em quanto é que ficou a vinda da RTP a Pombal – não que não achássemos importante, porque achamos que é bom princípio promover Pombal, mas temos que ter em atenção o custo/benefício disso, o cunho que as



MUNICÍPIO DE POMBAL

Tasquinhas irão deixar e preparar a cidade e o concelho, sobretudo, para que o turismo aconteça – não é fazer festas, depois elas terminam, e o resto fica por fazer.

Portanto, gostaria que me respondesse a estas duas questões.”

José Gomes Fernandes (PPD/PSD):

“Apresento os meus cumprimentos à Mesa, na pessoa do Senhor Presidente, à Câmara Municipal, também na pessoa do Senhor Presidente, e aos restantes colegas desta Assembleia.

Antes de começar, tenho aqui duas fotocópias, e eu gostaria de mostrar ao Senhor Deputado Cardona – eu não sei se é seu, se é da sua autoria, que é o “Cartoon por Aníbal Cardona”. É seu, não é?

Eu ouvi a sua crítica ao funcionamento da política, relativamente à Câmara, e também me vou pronunciar, então, da mesma forma, sobre o funcionamento e sobre o prestígio desta Assembleia Municipal.

E direi que cada membro desta Assembleia é livre de criticar, obviamente, mesmo de forma mais agressiva, quando necessário, a defesa das suas ideias e tomadas de posição, tanto no exercício da sua atividade pública e política dentro desta Assembleia, como na crítica social.

Porém, cada um de nós é livre de apreciar tais tomadas de posição, que é o que estou a fazer, de crítica social e de cada um dos outros, quanto a efeitos sobre a dignidade e prestígio de cada membro da própria Assembleia e do exercício da política.

Vem isto a propósito do “cartoon” do Senhor Deputado Cardona, que eu tirei nestas datas, penso que será de 1 de julho de 2022 e 20 de julho de 2022, do Jornal de Pombal, também difundido nas redes sociais, a propósito de diálogos com desenhos animados de uma chávena e de um copo – ainda pior, um rolo de papel higiénico e um penico.

Então, é um diálogo entre um rolo de papel higiénico e um penico, sobre uma Senhora Vereadora, sobre o exercício da sua atividade política, e também o exercício da atividade política desta Assembleia.

O primeiro caso, sobre a atividade política, diz: “A Cloaca – Sofisticação: Este mês vai haver outra sessão de Assembleia Municipal. Vais assistir?” – pergunta um para o outro, o rolo para o penico – “Não. Para aturar um ambiente de tasca, prefiro ir a uma que venda vinho.”

Devo dizer que não ando, e penso que nunca andei, com o Senhor Deputado nas tascas e nos copos, nunca andei. A Assembleia e os seus membros têm defendido as suas posições com dignidade, mesmo no calor das suas discussões, o exercício da política é uma função e atividade nobre e que deve motivar todos os cidadãos a nela participarem, para construção da sociedade.

Por outro lado, sendo o Senhor Deputado tão cioso do seu orgulho e da intocabilidade das suas intenções e ações, perde a credibilidade e a coerência com estas posições públicas, dando oportunidade a que se virem contra si. Esta dualidade de posições, por um lado, de poder livremente atingir a dignidade das pessoas e órgãos, e por outro lado, de intolerância a que outros lhe façam críticas mais fortes, manifestando a exigência de retratação e o apelo até à família e às origens, faz lembrar a obra de “Petitione Consulatus”, sobre a candidatura ao senado romano, sessenta anos antes de Cristo, de Quinto Túlio Cícero, enviada a seu irmão Marco Túlio Cícero, onde são retratados os optimates e os populares, com estes a tudo terem de provar, enquanto aqueles que faziam parte da elite política, nada tinham que provar. Já há milénios que era assim.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Bem sei que a minha origem é dos populares e que pretendo sempre recordar, mas não reconheço nem aceito mais mérito a outrem, por nascimento ou origem.

Vamos, então, aqui dignificar esta Assembleia, mesmo com críticas fortes e agressivas, que seja assim.

Mas, deixem-me ler também sobre a Senhora Vereadora, para se perceber: “– Em Pombal é só más-línguas, agora andam a criticar a Vereadora da Proteção Civil por estar de férias quando começam os incêndios. – Tem razão, o problema não é o que ela faz por estar de férias; o problema é o que ela faz quando está a trabalhar.”

É isto, enquanto deputado municipal, é a este nível que o Senhor leva a política, a própria Assembleia e os seus membros.

Tenho dito.”

Luís Couto dos Santos (OI):

“Boa noite a todos. É um prazer estar aqui convosco, após este período de férias. Espero que venham com energia.

Estamos quase a celebrar um ano de mandato como eleitos, todos os que estamos aqui. E, portanto, obviamente que é expectável que ao fim de um ano possamos fazer algumas avaliações.

Para a ordem do dia, infelizmente, trago assuntos que já tenho vindo a referir ao longo deste início de mandato.

O primeiro tem a ver com o Conselho Municipal de Juventude, no último, que foi, e bem, pela nossa recomendação, na altura, de participação, de criar um Conselho Municipal de Juventude exclusivo, que foi quase exclusivo sobre saúde mental, em que houve uma deliberação desse Conselho Municipal de Juventude, ao qual o Senhor Presidente preside, e que, de certa forma, havia um consenso globalizado de criar um grupo de trabalho na área da saúde mental para políticas, principalmente na área da juventude.

A minha pergunta é: para quando é que nós podemos esperar isto? – ou seja, se será na próxima reunião, de que forma é que o Senhor Presidente está a pensar operacionalizar este grupo de trabalho. E também, recentemente, com a criação do Conselho Municipal de Saúde, que, naturalmente, tem aqui algum poder estratégico que me parece extremamente ligado com esta iniciativa de um grupo de trabalho da saúde mental, e de que forma é que o Presidente da Câmara está a pensar articular este grupo de trabalho da saúde mental com o novo Conselho Municipal de Saúde.

Este é um dos pontos.

O segundo tem a ver com um pedido de informação, feito no dia 29 de junho – ou seja, na última Assembleia – relativamente a uma coisa muito específica, que era uma informação de despesa sobre o processo concursal para a requalificação da Zona Industrial da Formiga.

Normalmente, eu entendo que, quando são feitos pedidos complexos de informação, por vezes nem sempre é fácil responder rapidamente. Mas, neste caso aqui, é um documento específico que nós solicitámos para poder avaliar e, até à data, não temos resposta. Eu compreendo que existem muitas complexidades nos processos de pedido de informação; neste específico, é um documento que nós pedimos, que penso que já faria sentido facultarem.

Aguardamos também resposta para a marcação com a área da mobilidade, sobre a questão do Pombus, e sobre os nossos contributos para o alargamento a outras



MUNICÍPIO DE POMBAL

freguesias, nomeadamente a questão da Pelariga, da Ilha, da Guia, da Mata Mourisca e do Carriço.

Relembro novamente, também, da última Assembleia, a ausência de resposta relativamente à questão da extração do consumo de água sobre o aquífero da Mata do Urso – ou neste caso aqui, de Monte Real – Leirosa – e que, até à data, pelo menos na documentação da Assembleia ou da Câmara, não houve resposta ao nosso pedido – só para lembrar que após as nossas intervenções, enviei um e-mail relativamente a esses pedidos específicos, exatamente porque esta área aqui acaba por ser um aspeto de alguma importância, face à situação, o que é comumente sabido. Era importante ter essa informação, para percebermos se existe algum esforço ou consumo adicional nesta época de seca, relativamente à principal fonte de água desta região.

Finalmente, como é do conhecimento do Executivo, nós tivemos também, já no passado, uma reunião com os serviços da Câmara relativamente ao corredor ecológico das três lagoas da Mata do Urso, e também houve aqui alguma participação dos serviços técnicos, não houve encaminhamento.

Nós, como movimento cívico, acabámos por mobilizar aqui um pedido de autorização ao ICNF, - e só lembrar que nos foi aprovada a realização de residências científicas sobre este ecossistema de grande valor ecológico – ou seja, nós aqui também mostramos que não estamos só na parte da crítica, mas também de encontrar soluções e de poder apoiar, e esperamos que a Câmara se associe a este esforço. Vamos ter investigadores, não só do Concelho de Pombal, mas da Universidade de Coimbra e da Universidade de Lisboa, a participarem, pelo menos nos próximos dias 7 a 9 de outubro, na Freguesia do Carriço e, obviamente, seria interessante também envolver o Município, principalmente na sua competência, que é a revisão do PDM, ou a preparação, na nova delimitação daquela zona, e poder criar aqui algumas regras de proteção adicionais a este ecossistema.

Esperamos que este seja o primeiro passo para uma continuidade de investigação desta área, mas também que haja depois uma evolução, e quem sabe, a inclusão desta área na Rede Natura, a nível nacional.

Finalmente, só agradecer à Junta de Freguesia do Carriço, não só na participação, em abril, no primeiro levantamento exploratório, como também no apoio ao evento que vai ocorrer agora, neste fim de semana. Naturalmente, assim que nós tivermos os resultados, teremos todo o gosto em os partilhar com a Câmara Municipal.

Portanto, gostávamos muito que estas perguntas possam ser respondidas desta vez. Muito obrigado.”

Marlene Matias (PS):

“Muito boa noite. Cumprimento o Senhor Presidente da Assembleia, a Mesa, os Senhores Vereadores, os caros colegas, o público aqui presente e o público que está em casa.

Vou cingir a minha intervenção a uma pergunta ao Executivo. Por uns momentos, parecia que estávamos aqui num tribunal, e parecia aqui um juiz, mas é assim, eu vou ser juiz, e quero ser juiz do trabalho do Executivo, não dos meus colegas.

Senhor Presidente, decorrido um ano do nosso mandato, penso que esteja na altura do Executivo assumir publicamente que não vamos ter Polo Universitário em Pombal. E digo isto tendo em conta o Protocolo que foi assinado entre o Município e o Politécnico de Leiria, ainda no anterior mandato – julgo que ainda é esse Protocolo que está em vigor – há lá um artigo que é claro, em que o Município se compromete, até setembro de 2023, a ter instalações para o Polo.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Nós conhecíamos as pretensões do anterior Executivo, que foram polémicas, que era o Hotel Pombalense – pelo menos foi o que foi veiculado na altura. Conhecemos também as suas, que é de um edifício de raiz. Mas, não conhecemos, de facto, se há localização, se há projeto, se há terreno negociado ou comprado, até porque o Senhor Presidente também se comprometeu a envolver a Oposição nesta discussão.

Portanto, tendo em conta que é esta a solução, não é honesto dizer que vamos ter polo universitário neste mandato. Nós conhecemos o processo complexo que é fazer umas novas instalações, conhecemos também todo o processo de contratação pública, e portanto, acho que deve assumir publicamente que não vai ser neste mandato que nós o vamos ter.

Agora, a minha questão é: o Protocolo foi renovado, foi alterado? Qual será a posição do Politécnico, tendo em conta que o que está em vigor é o atual? Daí pedirmos esclarecimentos.”

Manuel Serra (PPD/PSD):

“Senhor Presidente, na sua pessoa, cumprimento todos os demais presentes.

E a minha intervenção hoje tem a ver com o processo de desagregação de freguesias no Oeste, e também sobre a auscultação, de 18 de outubro, que ocorreu.

Por deliberação unânime da Assembleia da União de Freguesias da Guia, Ilha e Mata Mourisca, de 22 de abril, teve lugar a auscultação pública da população das ex-freguesias da Guia, Ilha e Mata Mourisca, em 18 de setembro, para eventual desagregação das freguesias, ao abrigo da Lei n.º 39/2021, de 24 de junho, cujos resultados foram manifestamente favoráveis ao “sim” à desagregação, com 85,6% de “sim”, para 30,2% de votantes na Guia; 74,79% de “sim” para 38% de votantes na Ilha; e, 54,62% de “sim” para 23,77% de votantes na Mata Mourisca – ou seja, 57% dos votantes nas autárquicas de 2021, de 26 de setembro, ou 55,88% dos votantes nas legislativas de 2022, de 30 de janeiro, para o conjunto das freguesias.

Dentro de um quadro de progressivo aumento do alheamento e não participação da população na coisa pública, e atendendo ao caráter local, com promoção muito inferior à que costuma existir nos atos eleitorais, verifica-se que a participação foi, mesmo assim, de mais de 50% dos habituais votantes, não escamoteando a realidade de que houve quase 70% de abstenção, a confirmar a afirmação inicial.

Dada a forma da agregação das freguesias em 2013, sem qualquer preocupação com o sentimento popular das mesmas, e não deixando de reconhecer algumas vantagens funcionais, administrativas e de peso político que a dimensão melhora nestas estruturas autárquicas, estas, para conseguirem incutir nas populações essas vantagens, teriam de ter continuamente uma atividade pedagógica, promotora e estimuladora da população sobre os benefícios para todos da manutenção dessa forma agregada, o que manifestamente não aconteceu, como se percebeu pela crescente crispação política das gentes no Oeste, ou por incapacidade dos responsáveis autárquicos, ou por inabalável vontade das populações, que não sentiram ou valorizaram essas vantagens, preferindo, de qualquer forma, viver mais independentemente no seu espaço.

E foi exatamente a expressão dessa vontade que foi indiscutivelmente expressa nas urnas, a 18 de setembro, na União de Freguesias, apesar das leituras de alguns inconformados, que tentaram trazer para a praça pública a vitória da abstenção, ou a pequena representatividade numérica dos votantes, tudo numa pirueta interpretativa falaciosa, habitual dos que gostam de impor a sua vontade aos outros, dê por onde der.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Felizmente, vivemos naquela parte do mundo onde ainda é o povo quem mais ordena, onde até os intolerantes e os prepotentes têm voz sem serem perseguidos, mas onde, felizmente, imperam as regras éticas e funcionais da práxis democrática, que é de respeitar a vontade de quem se dá ao incómodo de a expressar, e se descarta ou não se permite que o desinteresse, o alheamento ou a preguiça de uma parte dos eleitores, por maior que seja, possa determinar o rumo das escolhas.

Aqui chegados, e em conformidade com o apurado, e bem, pela iniciativa da Assembleia da União de Freguesias, na sua consulta ao eleitorado – a quem aqui deixo uma saudação e aplauso pelo mais honesto, respeitador e valorativo apuramento da vontade popular -, embora num ato sem qualquer valor vinculativo, souberam todos retirar dele a leitura que se impunha, e por isso votaram unanimemente pela desagregação das três ex-freguesias, que dará seguimento ao início do respetivo processo legal, com diversos passos informativos e formalidades inerentes bem definidos na Lei.

A Lei aplicável, a Lei n.º 39/2021, de 24 de junho, determina nos seus art.º 10.º a 12.º, a elaboração de documentação de alguma complexidade e execução, a exigir apoio jurídico e financeiro de quem o pode dar, que, conforme o art.º 20.º da mesma Lei, incumbe a Câmara Municipal de o prestar, pelo que eu apelo aqui ao Senhor Presidente da Câmara, aos Senhores Vereadores e aos técnicos que poderão neste processo vir a ser envolvidos, que prestem a melhor atenção, e procedam com a maior celeridade, para ajudar a freguesia na elaboração e conclusão urgente do mesmo, dado que o tempo de apresentação e votação dado pela Lei termina já no final do ano.

De realçar que o PSD concelhio, no seu comunicado de 16 de setembro, aplaudia e exortava a população a manifestar a sua opinião na consulta da União de Freguesias, e comprometia-se a respeitar essa vontade expressa, fosse ela qual fosse. Assim já procederam os representantes do PSD na Assembleia de Freguesia, de 27 último, e em unanimidade toda a Assembleia, e estou certo de que assim procederão os membros do PSD da Assembleia Municipal, quando forem chamados a fazê-lo, creio que também num modelo de unanimidade deste fórum.

Por último, referir que se perde uma oportunidade de melhoria de eficácia administrativa, como já acima referi, onde porventura este concelho poderia vir a ser melhor gerido numa realidade de cinco ou seis freguesias só, por agregação das freguesias confinantes, mas verificando bem, não há, nem neste concelho, nem se ouviu falar no resto do país, de movimentos ativos de agregação de freguesias, que a mesma Lei também permite, pelo que este não é ainda o tempo desses desenvolvimentos.

Futuramente, outras gerações, com outras visões mais rasgadas e experiências mais amplas, terão a oportunidade de lutar por essas realidades, mas este é o tempo de respeitarmos a vontade das gerações atuais.

Saibamos, então, nós, os seus representantes políticos, agir em conformidade.

Muito obrigado.”

Leandro Siopa (PS):

“Quería tocar aqui em três assuntos.

Primeiro assunto, uma pergunta para o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia.

O Partido Socialista interpelou V. Exa. na Assembleia de 26 de abril, para que nos esclareça as dúvidas que o Partido Socialista tem sobre a intervenção do Senhor Deputado Manuel Serra e as suas ações junto do Município e junto do Executivo, que



MUNICÍPIO DE POMBAL

foram fora do âmbito – na nossa opinião – da comissão da qual eu fazia parte, relativamente ao aquífero da Mata do Urso. É uma questão para V. Exa.

Uma segunda questão, uma segunda abordagem, para responder ali ao nosso colega, Senhor Deputado Renato Guardado.

O Partido Socialista fica sempre satisfeito quando as festas correm bem, apesar de que a vida não é só festa, mas o Partido Socialista fica bem satisfeito. Porém, o Partido Socialista teme, e espera que as Festas do Bodo não venham a cair naquilo que foi no tempo da Pombal VIVA, aquele despesismo absoluto e absurdo. Aliás, creio até que, até agora, ainda não temos resposta quanto às contas do Bodo.

E também deixamos uma recomendação, que com certeza o Senhor Presidente da Câmara concorda, que é a necessidade de chamar as freguesias a estarem presentes no Bodo, não esgotando a função das tasquinhas.

Por último, e não gastando muito mais tempo, é sempre inevitável responder ao Senhor Deputado José Gomes Fernandes, porque aproveita sempre este espaço para algum circo. E então, o Senhor Deputado, ainda que tenha, ao que parece, alguns hábitos “pidescos” de guardar informação, o Partido Socialista não guarda informação, mas o Partido Socialista também se recorda de algumas coisas e o Senhor Deputado fez-me lembrar o Senhor Deputado André Ventura, quando na Assembleia da República apresenta fotocópias.

Eu sei que a colagem entre PSD e Chega já começa a ser visível, Senhor Deputado, mas não a traga para esta Assembleia.

E quero dizer-lhe outra coisa, eu quero ler aos Senhores Deputados, e para que conste em ata – o Partido Socialista não tem arquivo nenhum e, com certeza, V. Exa. também não, mas eu vou ler uma publicação no Facebook do Senhor Deputado, do dia 20 de julho, que diz assim...

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Eu peço para que criem condições para o Senhor Membro da Assembleia Municipal, Leandro Siopa... E também permitam que acrescente o seguinte: é claro que para dignificar a Assembleia Municipal, eu peço que não usem termos que possam dar origem à necessidade de defesa da honra, e na medida que for possível – houve um ataque à conduta, mas não propriamente à honra, na intervenção anterior, do deputado Aníbal Cardona, e eu penso que o adjetivo “pidesco” já é um pouco excessivo, tendo em conta o passado do nosso país.”

Eu fazia-lhe o apelo para que mudasse, ou retirasse, para que eu não tivesse de passar a palavra ao deputado José Gomes Fernandes, que já a pediu, em nome da Bancada do PSD.”

Leandro Siopa (PS):

“Senhor Presidente, não vou retirar nada, porque eu não disse que era uma ação “pidescas”; faz-me lembrar. Para tornar claro na ata, faz-me lembrar.

Senhor Deputado, nós não queremos trazer isto para aqui, o Partido Socialista não está aqui para isto, e muito menos eu. O Senhor Deputado José Gomes Fernandes escolheu trazer mais uma vez o circo para aqui. Todavia, haverá quem lhe responda.

E eu vou só ler, o Senhor Deputado refere-se aos “parolos urbanos”.

Então, Senhor Deputado, fala da política, que é uma atividade nobre, e V. Exa. utiliza esta linguagem no Facebook? E o nosso camarada, com a sua liberdade de expressão,



MUNICÍPIO DE POMBAL

está limitado? Nem V. Exa. está limitado, nem o nosso camarada está limitado, nem a Assembleia Municipal está limitada no seu uso da liberdade de expressão.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Eu tive aqui um pedido de inscrição, vou dar-lhe um minuto.

Senhores Deputados, a minha interpretação – e eu expliquei já isso – a minha interpretação, que eu defenderei, é de que não houve nenhuma ofensa à honra na intervenção que foi feita aqui pelo deputado José Gomes Fernandes em relação ao deputado Aníbal Cardona; houve uma crítica à sua atuação, dizendo que não dignificava a Assembleia. Penso que o adjetivo “pidesco” já é um termo ofensivo, e com certeza que os deputados do Partido Socialista aceitarão que é ofensivo.

Tem um minuto.”

José Gomes Fernandes (PPD/PSD):

“Para dizer o seguinte: antes de o Senhor Deputado ter nascido, já eu ouvia emissões clandestinas contra o antigo regime. E, portanto, não devo nada ao Partido Socialista, nem preciso de aprender nada com o Partido Socialista. E aprendi essa oposição com o meu pai, que já faleceu. E portanto, o Senhor Deputado não sabe o que diz.

Quanto às festas, não era às Festas de Pombal que eu me referia, do tal “parolo”, eram festas desses festivais, onde vão lá todos pagar milhares de euros, ou centenas de euros, e referia-me exatamente a isso e o Senhor Deputado, como não sabe, não percebe, ou não sabe ler, fez assim, veio aqui criar achincalhamento, e sim, fazer circo.”

André Tasqueiro (PPD/PSD):

“Muito obrigado, Senhor Presidente. Na sua pessoa, cumprimento o Presidente da Câmara, o Executivo, os caros colegas, membros desta casa, em especial aos novos, o público, a comunicação social e os serviços.

Como tem vindo a ser prática no nosso concelho, chega o verão, as crianças terminam as suas aulas, e iniciam a frequência dos ATL’s de verão.

Estas iniciativas desenvolvidas, quer pelo Município, quer pelas freguesias, são bastante importantes para todas aquelas famílias que não possuem oportunidade de ficar com os filhos em casa durante este período, para além de que a frequência destes programas auxilia os menores no desenvolvimento de diversas competências.

Tipicamente, estes programas não duram a totalidade do período de férias letivas, e caso a família em causa tenha suporte familiar a quem possa recorrer, ou tenha a possibilidade de tirar férias para tomar conta das crianças, estas interrupções destes programas durante as férias escolares não são vistas como um transtorno.

Contudo, o problema é para aquelas famílias que não possuem suporte familiar, ou então que não podem tirar férias no verão, fruto das suas próprias profissões, e que estão dispostas a tudo para que as crianças não fiquem sozinhas.

E perante esta situação, e atendendo a que é do especial interesse de todos os envolvidos, quer seja as crianças, quer seja o Município, quer seja as freguesias, quer seja os próprios pais, venho aqui apelar a que o Município e as Juntas de Freguesia concebam uma resposta articulada e ininterrupta para as próximas férias de verão, com o intuito de garantir que os pais das nossas crianças possam ter uma opção de ATL de verão ininterrupta, desde o final até ao início do ano letivo.”

Gonçalo Ramos (Presidente J.U.F. Guia, Ilha e Mata Mourisca, Independente):

“Muito obrigado, Senhor Presidente, muito boa noite.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Cumprimento-o a si e à Mesa, cumprimento também o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, caros deputados, comunicação social e público aqui presente.

Não obstante o voto de pesar que a Mesa, e bem, aqui promoveu hoje, pela ligação bastante significativa que as duas vítimas têm à freguesia e ao Oeste, eu não poderia deixar passar a oportunidade de manifestar a minha solidariedade para com o conjunto de pessoas que, naturalmente, estarão em sofrimento, nomeadamente colegas de trabalho, as próprias empresas, mas, e sobretudo, naturalmente, os familiares das pessoas que hoje, infelizmente, nos deixaram.

Contudo, a minha intervenção hoje prende-se com duas matérias, e é mais a título informativo. Uma delas já foi aqui abordada pelo colega Manuel Serra, que à sua maneira, e de acordo com a sua particular leitura, abordou o processo, no âmbito da Lei n.º 39/2021, e numa perspetiva de transmitir aqueles que são os acontecimentos da Assembleia de Freguesia passada, de terça-feira passada. Informar que, naturalmente, na sequência da auscultação pública promovida pela comissão que a Assembleia de Freguesia nomeou, surgiu um relatório, que foi apresentado, que foi votado, e é nesse relatório que está uma recomendação para que, de facto, se inicie um processo com vista a uma potencial desagregação daquela União de Freguesias.

Dizer que, de facto, a votação foi por unanimidade, e não me querendo repetir àquilo que o meu colega já aqui transmitiu, de facto, agradecer o apoio que a Câmara tem dado ao processo – apoio financeiro, convenha-se – e solicitar que, de facto, haja essa continuidade de apoio, porque o processo está longe de terminar, é um processo que é pesado, que é longo, e que tem, naturalmente, custos, e nós temos todos a noção clara – creio eu – que teremos de ter empresas e profissionais especializados para assegurar que o processo é desenvolvido e trabalhado da melhor forma possível.

E depois, informar também a Assembleia de um outro assunto, que vem sendo tema a Oeste. Naturalmente que depois da entrada na nossa correspondência, a 27 de julho, do pedido de atribuição dos direitos de exploração de depósitos minerais de caulino para a área designada “Fonte Cova I”, desencadeou-se todo um processo também, relacionado com um conjunto de manifestações de descontentamento, não só na nossa União de Freguesias, mas em toda a zona Oeste, às quais a própria Junta de Freguesia também se associou, nomeadamente, e numa primeira instância, no portal participa.pt, onde fizemos acompanhar a nossa posição de um abaixo-assinado da nossa população, reunimos também com a Quercus para termos mais elementos técnicos em relação à matéria, promovemos uma sessão de esclarecimento no Grou, e mais recentemente, integrámos também um grupo de trabalho, que é composto por um Vereador da Câmara Municipal de Leiria, pelo Vereador Pedro Navega, que – e bem – representa a nossa Câmara Municipal, e pelos três Presidentes de Junta diretamente envolvidos naquele território.

E, de facto, a nossa abordagem para a Assembleia é informar que está desencadeado um plano de trabalho que prevê, de forma muito concreta, estabelecer uma estratégia para impedir que haja mais explorações deste género naquele território, em função de considerarmos todos que ele já está demasiado fustigado com este tipo de explorações.

E nesse sentido, sabemos que, a seu tempo, a Assembleia Municipal terá que se pronunciar, e de facto, solicitar aqui, depois desta contextualização, que esta Assembleia também se possa associar a esta defesa, sendo que, conjunta, terá mais força na entidade responsável pela análise ao processo, que é, naturalmente, a Direção Geral de Energia e Geologia.



MUNICÍPIO DE POMBAL

E portanto, contamos com o apoio de todos, mas eu não poderia deixar de fazer o ponto de situação em relação a esta matéria, que é uma matéria que, creio eu, sendo do interesse do Oeste, é naturalmente também do interesse do concelho.

E para já, era só isto.

Muito obrigado.”

João Pimpão dos Santos (Presidente J.F. Meirinhas, PPD/PSD):

“Em nome da família do Senhor Presidente da Câmara, eu quero agradecer os votos de condolência que V. Exa. lhe dirigiu.

Eu sou representante dos Presidentes de Junta de Freguesia no Conselho Municipal de Saúde, e queria dar nota de que já reunimos por duas vezes – uma vez no Conselho Municipal de Saúde, outra vez no grupo de trabalho de saúde – e os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, todos eles estão informados do que aconteceu nas reuniões.

Eu queria dizer ao meu colega Manuel Serra que a credibilidade da ação tem estreita ligação com a coerência no tempo do nosso pensamento e ação política, e que a democracia permite que cada um tenha opiniões diferentes, sem ter necessidade de adjetivar.

Ao Senhor Leandro Siopa, eu queria lembrar que “pidesco” é um termo que não se usa. E eu não o queria usar num escrutínio da vida particular que fez, ou que tentou fazer. Uma coisa é a ação política, ou a ação pessoal num meio de comunicação, que é um quarto poder e que é uma atividade pública; outra coisa é a nossa esfera privada, do ser individual, que pode ser publicada e divulgada nas nossas contas pessoais. Eu também não venho aqui falar no Largo do Cardal; eu falo no Salão Nobre.

Muito obrigado.”

Aníbal Cardona (PS):

“Muito rapidamente, no dia 7 de janeiro de 2015, em Paris, houve uns imbecis que também não perceberam que um cartoon é exatamente isso, apenas um cartoon.”

Sandra Barros (Presidente J.F. Abiul, PPD/PSD):

“Senhor Presidente. Na sua pessoa, quero cumprimentar todos os presentes.

E agora, trago aqui um assunto importante, que foram os incêndios que deflagraram na minha freguesia no passado mês de julho. E quero fazer aqui um pedido de apelo ao Senhor Presidente da Câmara – e já falámos acerca desta situação várias vezes – mas também a todos os membros desta Assembleia, para nos ajudarem.

E tenho aqui duas situações distintas. Primeiro, aquilo que aconteceu durante os incêndios, falta de meios, foram claramente insuficientes. Foram diversas vezes pedidos reforços, e a resposta era de que os meios que existiam estavam no terreno. Não tivemos meios aéreos no combate aos incêndios, só no último dia, depois de já tudo ter corrido mal. Existiam bombeiros, mas muitas das vezes diziam que não podiam atuar porque não tinham autorização – não sei quem coordena, não sei como é que é coordenado, mas acho que tem de haver uma alteração, nem que seja para pior, mas pelo menos, como as coisas estão, não funcionam.

O que nos valeu foram as pessoas e os voluntários que se juntaram a nós e que muito fizeram pelas populações.

Isto para dizer que fomos claramente deixados ao abandono pelo Governo, porque não se preocuparam connosco, nunca nos contactaram para saber se era preciso algo.

E agora, numa fase pós-incêndios, o que é que está a acontecer? Falta de apoios para as pessoas que, ou ficaram sem as suas casas, ou ficaram sem as suas produções – olivais,



MUNICÍPIO DE POMBAL

vinhas, etc., e que, até ao momento, passados quase três meses, também ainda não existem formas de apoio.

Saiu, na passada semana, uma linha de apoio, ainda assim bastante vinculativa a quem tenha atividade agrícola, são duas ou três pessoas, naquela zona, as pessoas vivem muito da agricultura de subsistência – ou seja, produzem para consumo próprio. Ainda assim, muitos têm equipamentos para os ajudar nesses afazeres, e muitos desses equipamentos arderam – ou seja, arderam, não têm atividade, não têm forma de pedir apoio para reporem a situação. Alguns talvez consigam, mas muitos já falaram comigo e dizem-me que não têm dinheiro, têm que recorrer ao empréstimo, o que acho que é muito mau.

Depois, a nível das habitações, a mesma questão: para já, ainda não temos nenhuma resposta, se irá, ou não, haver apoios para as primeiras habitações que arderam – uma ardeu na totalidade, e temos três que arderam parcialmente, ainda assim com estragos avultados, e neste momento, as famílias ainda não têm respostas do Governo para poderem repor as casas, arranjar aquilo que ficou danificado.

Temos algumas famílias a pagarem renda, neste momento – porque nós também, infelizmente, na freguesia, não tínhamos nenhum espaço que pudéssemos ceder – o que é bastante mau.

Por isso, pedia também ao Senhor Presidente – e sei que também já foi feito algum trabalho por parte do Município, mas, ainda assim, penso que temos de reforçar toda esta situação, e fazer chegar junto do Governo estas preocupações, porque agora aconteceu-nos a nós, daqui a uns tempos acontece noutra freguesia, ou noutras freguesias, e pronto, percebemos que o que aconteceu ali não pode voltar a acontecer, e algo tem de mudar.

Relativamente a este assunto, muito ainda haveria para dizer, tenho a dizer-vos que foram dias preocupantes, de desgaste e de revolta – essencialmente de revolta – mas que, pronto, já passaram.

Agora, queria deixar um voto de agradecimento a todos os voluntários, ao Município e também aos Serviços da Proteção Civil do Município, a todas as pessoas que de alguma forma estiveram envolvidas em todo aquele processo – na logística, como sabem, foram evacuadas pessoas, e foi preciso ali um trabalho enorme à volta de toda aquela situação – às brigadas das Juntas de Freguesia, aos meus colegas Presidentes de Junta, que foram incansáveis e estiveram sempre, estivemos todos ao lado uns dos outros, que é mesmo assim, estiveram sempre disponíveis. Eu penso que todas estas pessoas até mereciam um voto de louvor, ao contrário do nosso Governo, que merecia um voto de censura, porque nunca se preocupou com a situação, nunca nos questionou se era preciso algo.

Muito obrigada.”

Carla Longo (Presidente J.F. Pombal, PPD/PSD):

“Cumprimento, na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, todos os presentes.

Eu queria falar sobre dois assuntos.

Primeiro, reforçar aqui a opinião que a minha colega Presidente de Junta, Sandra Barros, teve, que falou de todo o trabalho que foi feito, aqui em rede e em parceria, pelos Presidentes de Junta, com as suas brigadas de primeira intervenção, foi uma mobilização e um trabalho de equipa extraordinários, em que um Município inteiro, todas as freguesias trabalharam em prol da comunidade, não olhando a meios, e que tiveram todos os seus recursos alocados realmente para quem precisava, com uma mobilização



MUNICÍPIO DE POMBAL

total e completa de todos os seus voluntários e das brigadas de primeira intervenção. Somos solidários também com a nota que a Sandra referiu, e que realmente algo tem que mudar.

Mas, falamos de coisas também boas. Em Pombal, temos tido alguma dinâmica, que pode ter, de alguma forma, passado despercebida, que já foi há algum tempo, mas lembro aqui que foi realizado o 1.º Torneio Internacional de Basquetebol de Pombal.

Tivemos na cidade de Pombal equipas da Chéquia, da Polónia, da Lituânia, numa organização da Federação Portuguesa de Futebol, Associação de Basquetebol de Leiria, com o apoio do Município de Pombal, e aqui com a colaboração intensa do nosso Núcleo de Desporto Amador de Pombal.

Tivemos pessoas jovens que frequentaram a nossa cidade durante mais de uma semana, foi extraordinário vê-los a passear, a conhecer e a trocar experiências connosco. E congratulo o nosso NDAP, congratulo o Município por acolher estas iniciativas, foi na minha freguesia, fico muito contente, e que seja âncora para iniciativas do género.

Não posso deixar de falar também na Semana da Mobilidade, para já porque acarinhou um projeto muito especial, um projeto que nasceu da Assembleia de Crianças da Freguesia, foi uma semana onde o Município deu ênfase à mobilidade, à mobilidade suave, ações de sensibilização sobre estacionamento abusivo, viagens gratuitas de Pombus, vários workshops, e criou aqui um carinho especial para o dia de andar de bicicleta, onde as crianças da freguesia puderam andar livremente pela nossa avenida.

Espero também que, por exemplo, com a ação de sensibilização do estacionamento abusivo, tenha sido um mote para que o estacionamento abusivo na nossa zona histórica seja mais controlado, para que as pessoas, em termos de mobilidade, possam usufruir mais da nossa zona histórica, mais do nosso comércio, para que não sejam os carros os utilizadores primordiais, em vez das pessoas.

Em relação às viagens gratuitas de Pombus, elas já são bastante acessíveis – cada vez que eu falo a alguém de fora do nosso concelho que nós temos um passe de 6,25€ para andar na nossa Rede Pombus, ficam um pouco de boca aberta. Mas, devo referenciar que, embora se diga que a Rede Pombus está alargada a toda a Freguesia de Pombal, reitero aqui a necessidade de que chegue mesmo a toda a Freguesia de Pombal, e que não esqueçam da Arroiteia, que não se esqueçam dos Mendes, e que não se esqueçam do Casal Velho, que também são parte da freguesia, e que têm mostrado o seu descontentamento por não serem servidos por esta Rede Pombus.

Mas, não duvido que a mobilidade é um mote para o futuro, e que uma “cidade quinze minutos” seja realmente o futuro, e que vá realmente ser uma efetividade, não a muito longo prazo.

Obrigada.”

Humberto Lopes (Presidente J.F. Almagreira, PPD/PSD):

“Senhor Presidente. Permita-me que na sua pessoa cumprimente todos os presentes, e também aqueles que nos veem lá em casa.

Eu queria começar por me associar a esta nota de pesar pelo Eurico Santos, Presidente da Associação “Vespas do Marquês”, natural da Freguesia de Almagreira. Nós, freguesia, também fizemos este reconhecimento e, como é óbvio, quando se perde um dos nossos, ficamos mais pobres. Era um dos representantes da nossa freguesia e do nosso concelho em Portugal e fora de portas também. Portanto, a toda a família e a todos os amigos, esta associação.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Dar aqui esta nota também, que nós, em Assembleia de Freguesia, propusemos e aprovámos – e vamos também propor à Câmara – a alteração da toponímia da rua – atualmente a rua chama-se Vespas do Marquês, onde está a sede da “Vespas do Marquês”, e vamos propor a alteração do nome da rua para o nome Eurico Jorge Sousa Santos, que é o nome dele. Portanto, vou depois fazer esta proposta também à Câmara. Depois, aqui uma nota prévia também: nós, no PSD, tivemos eleições, eu fui eleito, no dia 30 de junho, Presidente do PSD. Tinha de fazer essa nota prévia aqui. O PSD, nesta Assembleia Municipal, é representado por todos estes membros, por esta Bancada do PSD, que tem o seu líder de Bancada, o José Gomes Fernandes, coadjuvado aqui pelo Renato e pelo João Santos, em quem eu reitero toda a confiança. Porquê? Porque eu estou aqui, estou eleito aqui como Presidente de Junta, e por isso, o meu cargo neste momento aqui é, no fundo, um cargo por inerência.

Era esta a nota que eu queria deixar, também para esclarecimento a toda a Assembleia, cá estamos para o que for preciso.

Depois a minha intervenção e uma outra nota, e um agradecimento aqui ao Município por ter acolhido o Conselho Geral da ANAFRE - Associação Nacional de Freguesias, pela primeira vez conseguimos reunir em Pombal um Conselho Nacional, com mais de cem participantes, do continente e das ilhas – Madeira e Açores estiveram representados – e a Câmara Municipal disponibilizou o Auditório Municipal, a Biblioteca Municipal, onde no dia a seguir – isto foi no dia 15 de setembro, e no dia 16 conseguimos ter a reunião do Conselho Diretivo, também pela primeira vez, o que aqui prova que Pombal tem centralidade, tem potencialidade para acolher este tipo de eventos, em que os nossos hotéis ficaram lotados – como se percebe perfeitamente por estes números – os restaurantes agradeceram, porque foram servidas refeições, toda esta dinâmica. Era esta nota positiva que eu queria dar, que também nesta função de Coordenador Distrital, conseguimos trazer este evento para Pombal, e aí está, Pombal poderá acolher outros eventos. Um agradecimento ao Município.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Muito obrigado, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, caros membros da Assembleia Municipal, Senhoras e Senhores Vereadores, todos os que nos acompanham. Queria, naturalmente, começar com uma nota mais pessoal, de agradecimento por todas as manifestações de pesar pelo falecimento do meu pai. Queria agradecer desta forma a todos, foram todos os Partidos políticos, fiquei muito sensibilizado, porque é nestas alturas que nós pensamos que, para além da política, há seres humanos, há cidadãos que se conhecem, que se respeitam, e que nos fazem falta, que nos deixam saudade. E por isso, queria agradecer, porque me comoveu o facto de perceber que, independentemente das divergências político-partidárias – e senti isto a nível local e a nível nacional – houve aqui realmente um sentimento de apoio nestes momentos. E por isso, queria deixar essa nota, que é uma nota mais pessoal, mas que também é política, e queria partilhar isso com todos, na impossibilidade de o fazer individualmente.

E naturalmente, também associar-me aos votos de pesar, tanto do Eurico – e dizer já ao Presidente da Junta de Freguesia de Almagreira – que creio que não preciso de consultar a Câmara, mas, naturalmente, depois, aprovaremos em reunião de Câmara a proposta que vier, de alteração da toponímia, mas parece-me mais do que justo, porque aquela associação, aqueles pilares, aquela mística, todo aquele espírito, deve-se muito àquele trabalho diário, permanente, do Eurico, da sua capacidade de mobilização. E creio que,



MUNICÍPIO DE POMBAL

quer a família, quer os amigos, quer os próprios associados da associação, é uma forma de fazerem uma justa homenagem ao Eurico, e creio que nos associamos, naturalmente, a essa solicitação.

Como já foi partilhado por todos, tivemos conhecimento de dois acidentes de trabalho trágicos no nosso concelho, associo-me também aos votos de pesar e, naturalmente, relativamente ao acidente de trabalho que ocorreu numa obra cujo dono é o Município de Pombal – trata-se de uma empresa privada, mas nós somos o dono de obra – nós suspendemos imediatamente a obra, e neste momento estamos a prestar todo o apoio disponível às autoridades competentes para averiguar as causas do acidente, e todos os mecanismos subsequentes neste processo.

Portanto, queria informar que, eu próprio e o Senhor Vereador Pedro Navega, nos deslocámos ao local da obra, e tomámos esta decisão, e agora estamos a acompanhar e a apoiar as autoridades. Mas, neste momento, em quem nós pensamos é nas famílias.

E deixar aqui essa nota também, do nosso pesar, às famílias das vítimas nestas condições. E relativamente às sugestões deixadas pelo Renato Guardado, dizer que sim, o Bodo é a nossa montra, e temos que assumir o Bodo como a nossa montra coletiva, daquilo que de melhor existe no Concelho de Pombal, nos vários domínios – económico, social, cultural.

Portanto, nós, quando assumimos realmente que queremos ter uma montra que nos posicione, do ponto de vista nacional, de uma forma diferenciadora, não há dúvidas nenhuma de que, em termos de eventos, o Bodo é o Bodo. Por si próprio já assumiu, no contexto da sua história e da sua implementação na nossa sociedade, um lugar de destaque, que merece ser valorizado. E nós temos que aproveitar – nós todos, coletivamente – a visibilidade que temos a nível nacional e internacional do Bodo para potenciarmos o que de melhor existe no nosso concelho.

E queria também aproveitar para realçar o facto de este tipo de eventos ajudar também a consolidar algumas iniciativas que temos e dar visibilidade àquilo que de melhor se faz no nosso Concelho.

Relativamente à questão dos artistas locais, há muitos anos que havia sempre a solicitação dos músicos locais poderem abrir, poderem fazer as primeiras partes das bandas com repercussão nacional. Conseguimos este ano, felizmente, fruto também de uma interligação muito positiva da nossa unidade de cultura com as produções dos espetáculos, e creio que isso é positivo, assim como tivemos uma dinâmica muito forte de artistas locais nos vários pontos da realização das Festas do Bodo, nomeadamente aqui no Jardim do Cardal.

Relativamente ao Dia da Diáspora, é uma homenagem mais do que justa e merecida, e é um incentivo, nós temos que valorizar aquilo que é o papel que os nossos emigrantes têm, não só naquilo que fazem do ponto de vista económico e social, porque levam a imagem de Pombal, levam o produto, a marca Pombal, e vários bens e serviços associados, para os locais onde estão, mas, sobretudo – e eu acho que nós temos que olhar cada vez mais para aquilo que eles também nos podem trazer. E hoje, temos um conjunto de investimentos – e por isso é que integrámos a Rede de Investidores da Diáspora – um conjunto de investimentos feitos por emigrantes, que aproveitam todo o know how adquirido nos locais onde se encontram para investir nas suas terras de origem. Este é um mercado muitíssimo relevante, que nós temos que continuar a valorizar – e agora, anualmente, no âmbito das Festas do Bodo, vamos assinalar o Dia da Diáspora, e vamos



MUNICÍPIO DE POMBAL

também distinguir aqueles nossos emigrantes que arriscam e que investem no nosso concelho, porque precisamos muito desse investimento em cada uma das nossas freguesias.

Destacar também a inovação digital. Nós tivemos uma parceria estabelecida com a NOS, em que, para além de vários projetos que temos em curso, conseguimos criar um atrativo diferente, para que todas as pessoas que visitassem as Festas do Bodo e fossem ao stand do Município de Pombal, por intermédio da realidade virtual, conhecessem os pontos de interesse turístico do nosso concelho. E isso é extraordinário, teve um impacto muitíssimo positivo no número de pessoas que, a partir daquele momento, depois ficaram com o incentivo de irem conhecer o Convento do Louriçal, irem ao castelo, irem à Sicó, irem ao Osso da Baleia. E esta realidade virtual permite-nos realmente criar aqui, do ponto de vista das novas tecnologias, condições para podermos mostrar, de uma forma mais inovadora, mais atrativa, mais apelativa, o que de melhor temos no nosso Concelho.

E portanto, nós conseguimos já também repercutir este projeto na Feira Nacional de Artesanato e das Tasquinhas, foi mais um grande sucesso – e um grande sucesso porque teve muita adesão, e depois, na interação com as pessoas que estão no nosso stand, há um real interesse por parte das pessoas que utilizam a realidade virtual, que depois querem saber informações sobre esses pontos turísticos, e depois querem ir visitar esses monumentos e esses espaços naturais do nosso concelho e, portanto, creio que isso é uma aposta mais do que positiva naquilo que é também a visibilidade que o nosso concelho tem, porque depois também tivemos repercussão a nível nacional, na imprensa da especialidade, em que fomos, realmente, também distinguidos como um Município que aposta nestas novas tecnologias, para promover os seus produtos.

E por isso, deixar essa nota também positiva.

Ao Aníbal Cardona, dizer duas coisas. Eu estava aqui a contar, porque fui acusado de retrocesso democrático. Retrocesso democrático significa voltar à ditadura, significa que eu, Pedro Pimpão, sou um ditador. Eu posso ser acusado de tudo, mas não me revejo em retrocesso democrático, no entanto, dou de barato, porque, na minha função, já ouvi tanta coisa, infelizmente.

Eu estava aqui a contar – e pedi para me enviarem os requerimentos todos que vocês mandaram, enviaram requerimentos antes mesmo de nós tomarmos posse, mas não faz mal, é porque tinham vontade de trabalhar, e isso também é positivo.

Estava a ver o número de requerimentos que mandaram, foram vinte e nove requerimentos. Destes vinte e nove requerimentos que enviaram, há dois que ainda não têm resposta, ou pelo menos a resposta completa – porque alguns já têm a resposta.

E por isso, somos acusados de retrocesso democrático, parece-me, na minha humilde opinião, um manifesto exagero.

Mas, vamos agora, então, às respostas.

Relativamente ao ponto de situação das associações, do levantamento que foi feito pelos nossos técnicos, são vários dossiers, são processos complexos e a Senhora Vereadora Catarina Silva, que está a acompanhar este processo, está disponível para poder agendar uma reunião convosco, para poder dar-vos toda a informação. E se quiserem alguma cópia de algum processo, também podem requerê-lo. Mas, no final desta sessão, agenda-se já uma reunião de trabalho, e até podem vir os técnicos que estão a acompanhar as vistorias, e eu até já disse isso numa Assembleia Municipal, creio que da nossa parte, estamos disponíveis para que o Senhor Vereador – até porque, do ponto de vista técnico,



MUNICÍPIO DE POMBAL

é conhecedor destas matérias -, se quiser acompanhar alguma vistoria a alguma instituição, também estamos disponíveis para isso, para perceber o nosso grau de abertura, que é genuíno, e é sincero. E a Senhora Vereadora vai agendar já uma reunião com o deputado Aníbal Cardona.

Relativamente à taxa de extração de inertes: naturalmente, eu só lhe posso dar uma resposta depois de perceber com os serviços jurídicos qual é que é o ponto de situação relativamente a cada uma das temáticas. No caso concreto, já tenho a informação técnica dos serviços relativamente àquilo que é a possibilidade, ou não, de nós podermos cobrar essa taxa. E nós não podemos cobrar essa taxa. Não está a ser cobrada. Mas, eu vou dizer, porque isto tem uma base legal, e eu vou dizer qual é a base legal, porque, inicialmente – e eu até vou ler, que é para não me enganar e lhe poder dar a informação correta – havia a Lei n.º 42/98, que foi revogada pela Lei n.º 2/2007, que fez desaparecer a menção à taxa municipal em causa.

Assim, quando foi aprovado e entrou em vigor o regulamento, a Lei não habilitava os Municípios a criar taxas por explorações de extração de inertes. E portanto, esta taxa era inconstitucional, e por isso é que não foi aplicada.

Atualmente, o Decreto-lei n.º 30/2021 – isto é a informação que nós temos, da informação técnica e jurídica – estatui que a taxa deverá ser fixada por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da geologia, o que, até ao momento, ainda não sucedeu.

Por isso, até este momento em que nos encontramos, e em que eu estou a dar esta resposta, baseada na fundamentação técnica ou jurídica, não se encontra base legal que legitime os Municípios para a criação de uma taxa para explorações de extração de material inerte.

E portanto, creio que está a resposta cabal à sua dúvida. E portanto, creio que há condições também para não pormos em causa o processo democrático e a forma como desempenhamos as nossas funções.

Relativamente às questões colocadas pela Carla Mariza, Feira Nacional de Artesanato, quanto é que custou a RTP.

Custa-me, sinceramente, que depois de um evento que mobilizou tanta gente, que teve tanta expressão positiva no contexto local, regional, nacional, internacional, em que nós conseguimos promover os nossos artesãos, os produtos endógenos, os nossos músicos locais, uma dinâmica superpositiva, não haja uma palavra de agradecimento, de reconhecimento, a quem contribuiu para que isto fosse possível – e esse reconhecimento e esse agradecimento, eu fiz na inauguração das Tasquinhas e da Feira de Artesanato, e não é para mim, é para os trabalhadores do Município, que foram incansáveis, foram realmente de uma dedicação e de um entusiasmo que permitiram, realmente, que não faltasse nada. E aquilo que eu estou a dizer é o retorno, é o feedback que eu tive no domingo, da parte dos artesãos, e por parte das pessoas que fizeram parte, e que estiveram neste evento.

E portanto, esse agradecimento que temos que deixar aos funcionários da Câmara, pelo trabalho, pela dedicação, pela entrega, pelo profissionalismo, aos artesãos, a todos os expositores, a todas as tasquinhas, a todas as coletividades de cada uma das nossas freguesias, que com tanto esforço, a cada um dos voluntários que esteve em cada uma das tasquinhas, que se empenhou para que, realmente, tivéssemos ali um ambiente muito



MUNICÍPIO DE POMBAL

positivo e uma adesão extraordinária – conseguimos superar todas as expectativas, do ponto de vista da mobilização.

E por isso, quando as coisas correm bem, vamos dizer que correu bem, vamos agradecer porque conseguimos posicionar Pombal pela positiva, e isso é bom. E portanto, creio que devíamos ter – é a minha interpretação relativamente ao evento, e agora vamos ver o que é que se pode melhorar. Pode-se melhorar, do ponto de vista gastronómico, ainda mais adesão àquilo que são as nossas características locais? Pode. Pode-se melhorar, ter as freguesias todas envolvidas, fazendo aqui um incentivo e um apoio para que as instituições, que fazem aqui um esforço enorme para lá estar, tenham mais incentivos para estarem presentes? Pode. Pode-se melhorar uma data de situações.

A RTP, enquanto serviço público, ajuda também a promover, não só o evento, mas tudo aquilo que envolveu o evento. E os custos para o Município foram de logística, de alimentação e estadias, e uns geradores que tivemos que alugar. Portanto, foram estes os custos para o Município de Pombal. E agora, compensa ou não compensa? Creio que compensa mais do que a simples interpretação de que isto custa dinheiro, então não vamos fazer. Não, claro que custa dinheiro, e nós assumimos isso, porque queremos promover o evento, e queremos promover Pombal, e cada uma das suas particularidades. E portanto, creio que também respondi à questão.

Em relação ao Dr. José Gomes Fernandes, revejo-me muito naquilo que diz, porque quando queremos que estes órgãos sejam credíveis lá fora – e foi esse o compromisso que assumimos todos, quando nos candidatámos para a Assembleia Municipal e para a Câmara Municipal, nós dissemos que queríamos elevar o nível da discussão pública. E não podemos ter um comportamento aqui, de uma forma, e lá fora de outra. E muitas vezes, aquilo que se escreve, mesmo que seja a título pessoal, sendo autarca, sendo eleito, tem um reflexo diferente do que aquilo que se escreve por quem, por exemplo, pode ser cartoonista, mas que não desempenha funções em representação da população que o elegeu. E portanto, vamos distinguir as coisas, porque eu acho que isso também vai ajudar a credibilizar, porque se eu fosse agora aqui responder a todas as provocações que alguns membros da Assembleia Municipal me fazem, enquanto Presidente de Câmara, nos escritos que partilham, se calhar o ambiente aqui não era o ambiente que nós todos gostaríamos que fosse, e que nós estamos a trabalhar para que seja, um ambiente com elevação, com nível, com credibilidade. Há cartoons, artigos de opinião e dizeres que ficam para registo e memória futura.

Mas, só para dizer que me revejo integralmente naquilo que é a sua perspetiva de credibilidade dos órgãos autárquicos e do desempenho de funções. E isso não significa que não possamos criticar e dizer coisas que achamos que não estão bem e que devem estar melhor, pelo contrário, a democracia dá-nos esse direito. Agora, o respeito entre membros do mesmo órgão também é muito relevante.

Relativamente ao Luís Couto, dizer que nós instituímos o Conselho Municipal de Saúde esta semana, estamos a concretizar mais um compromisso. Portanto, quando se fazem balanços de mandato, é importante ver tudo aquilo que já foi feito, porque, ao contrário do que algumas pessoas apregoam, não são só festas, pelo contrário, trabalha-se muito nesta casa, os oitocentos trabalhadores desta casa trabalham muito, e trabalhamos na concretização daqueles que foram os compromissos assumidos com os Pombalenses.

E, portanto, creio que agora há condições de, – a Vereadora Isabel Marto está a acompanhar também esta matéria – no âmbito do Conselho Municipal de Saúde com o



MUNICÍPIO DE POMBAL

Conselho Municipal de Juventude, criar esse grupo de trabalho, até porque nós vamos ter no Conselho Municipal de Saúde algumas entidades, nomeadamente o responsável da ARS Centro, na área da saúde mental, como entidade convidada também do Conselho Municipal de Saúde. E portanto, agora é uma questão de articularmos como é que vamos constituir esse grupo de trabalho entre o Conselho Municipal de Saúde e também os membros que o queiram integrar, do Conselho Municipal de Juventude.

Em relação aos pedidos de licenciamento, o Senhor Vereador também está disponível para lhe prestar toda a informação que seja possível, e que precise para ter informação sobre os processos.

O alargamento do Pombal às freguesias é um processo que está, neste momento, a ser estudado pela nossa Divisão de Transportes e Mobilidade. E portanto, a Senhora Vereadora Gina Domingues tem toda a disponibilidade também para reunir com o Luís Couto, para também ouvir as suas perspetivas, porque é um estudo que tem de ser feito com pés e cabeça, porque a partir do momento em que alarguemos, não há retrocesso. Aquilo que nós queremos é que realmente haja rede de mobilidade por todas as freguesias, mas que seja um processo que não tenha retrocesso – ou seja, a partir do momento em que possamos alargar a linha a outras freguesias, que seja um investimento consolidado e para manter no futuro, sustentável do ponto de vista também da gestão financeira.

E em relação às extrações do consumo de água, também com a Senhora Vereadora, estamos a acompanhar essas matérias com muita preocupação, dadas aquelas que são as dificuldades que sentimos todos a este nível. E, portanto, naturalmente está disponível também para poderem fazer um ponto de situação daquilo que têm sido as preocupações dos nossos serviços técnicos, internamente.

E que colide também com o corredor ecológico das três lagoas da Mata Nacional do Urso, e com o possível enquadramento numa revisão do PDM. E nós vamos iniciar – como já foi dito várias vezes – vamos iniciar no próximo ano a revisão do PDM, e essas preocupações devem ser analisadas nesse âmbito. E portanto, não assumo o compromisso de dizer que vão ser integradas – acho que não faz sentido; agora, faz sentido é aproveitar esse trabalho técnico e científico, de investigadores que vão estar associados ao projeto, e nós percebermos, em termos de revisão do PDM, o que é que podemos enquadrar dentro das especificidades, e da riqueza, e da biodiversidade enorme que existe naquele território, e que é uma mais valia, nomeadamente, quer na Praia do Osso da Baleia, quer na futura Praia do Urso, criar ali uma zona atlântica que seja atrativa a um turista especial, a um turismo de natureza, a um turismo sustentável, a um turista que aprecia também a valorização da biodiversidade, então fatores como esse concorrem para esta mais valia de promovermos o território com esta especificidade. Os nossos serviços, como já tem sido no passado, estão disponíveis para acompanhar essas sugestões.

Relativamente à Marlene Matias, eu estava a ouvir a Marlene e pensei que a intervenção fosse noutra sentido, porque se há assuntos delicados e que merecem consenso e união, creio que o polo do ensino superior é um deles. E por que é que eu achava que a intervenção ia noutra sentido? Porque houve uma mudança de Direção no Politécnico de Leiria, como todos sabemos, eu estive presente na tomada de posse do novo Presidente do Politécnico de Leiria e, neste momento, devido a uma posição que pode ser diferente, relativamente àquilo que é o entendimento da nova Direção do Politécnico de Leiria



MUNICÍPIO DE POMBAL

relativamente aos núcleos de formação descentralizados, pode colocar algumas dúvidas, ou tem colocado algumas dúvidas – e eu já pedi, com caráter de urgência, uma reunião com o Presidente do Politécnico de Leiria, para lhe dizer que, em Pombal, é prioritário este investimento no ensino superior.

Relativamente ao trabalho que temos vindo a desenvolver, temos um protocolo – como diz, e bem – até 2023, um protocolo que, obviamente, tem que ser renovado. E aquilo que nós temos como compromisso, e estávamos a trabalhar com os anteriores dirigentes do Politécnico de Leiria, era em dois projetos: o primeiro projeto é do alojamento estudantil, quarenta e duas camas, um processo de candidatura ao PRR, que passou a primeira fase, passou a segunda fase, foi dos projetos mais bem classificados aqui na região e a nível nacional, e neste momento, já foi assinado o protocolo entre o Politécnico de Leiria – ainda na anterior Direção, mas foi agora mesmo, antes da transição de funções – foi assinado o protocolo entre o Politécnico de Leiria e o Governo.

E, portanto, isso é um projeto que nós acompanhámos, com os nossos técnicos, juntamente com os técnicos do Politécnico de Leiria, politicamente assumimos que era um compromisso, e estávamos com essa expectativa – e continuo, eu, que tenho um espírito positivo, continuo com essa expectativa, porque este processo já passou todos os trâmites, tudo aquilo que era a avaliação que tinha que ser feita, foi positiva.

E por isso, é um projeto em que estamos a trabalhar com o Politécnico de Leiria, e que já está nesta fase de amadurecimento, porque a seguir era só lançar o procedimento concursal e fazer a obra, naturalmente com os tempos que estes procedimentos têm que cumprir.

E o outro projeto era já de um futuro polo do Politécnico de Leiria, que agora vamos ter que reunir com o Presidente do Politécnico de Leiria – como já disse, já pedi, com caráter de urgência, uma reunião, e na própria tomada de posse falei com o Presidente do Politécnico de Leiria – que eu queria aqui felicitar, e desejar votos de um bom trabalho, ao Prof. Carlos Rabadão, à sua equipa – e dizer que nós -, e aproveitar também este palco -, em Pombal, estamos muito motivados, estamos muito entusiasmados com a afirmação, também do ponto de vista daquilo que é o nosso posicionamento estratégico no desenvolvimento daquilo que é a rede de influência do Politécnico de Leiria para o Pinhal Interior, para a zona centro, e ter Pombal aqui como epicentro de formação avançada de qualidade, distintiva, diferenciadora, ligando aqui também ao nosso tecido empresarial.

E, portanto, quando a Marlene perguntou qual é que era a nossa posição, pensei que era relativamente a isto. O resto, não, no resto nós estamos empenhados e articulados com o Politécnico de Leiria, para que o ensino superior cresça em Pombal, e temos estratégias para afirmar os cursos técnicos superiores profissionais, de os elencar, quer às organizações sociais, os cursos de ESEC, quer aos cursos digitais ligados à STG.

E agora, tínhamos a novidade, este ano, de termos cursos, pela primeira vez na Escola Superior de Turismo e Tecnologias do Mar, no âmbito do turismo de natureza, do património, e de inovação alimentar, ligado também ao nosso cluster de agroalimentar em Pombal.

Portanto, a nossa estratégia era valorizar o ensino superior em Pombal. Sabemos que, ao início, tem sempre algumas dificuldades, foi assim também noutros pontos, mas vai ficar dependente, por enquanto, da reunião que eu vou ter com o Presidente do Politécnico de Leiria, mas, naturalmente, o nosso empenho é reforçado.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Creio que respondi à sua questão.

Manuel Serra, naturalmente que o Município de Pombal – e também relativamente à pergunta do Gonçalo Ramos – continua a apoiar, quer a Assembleia de Freguesia, quer a Junta de Freguesia, em termos logísticos, financeiros e jurídicos, neste processo, que é um processo também complexo, e onde, naturalmente, a opinião das pessoas, nas vossas intervenções, que entendem que deve ser respeitada, nós também entendemos isso, para isso é que serviu este processo. E, portanto, estamos alinhados em apoiar, realmente, na prossecução deste processo e nos seus trâmites normais.

Relativamente ao Leandro Siopa, é uma sugestão construtiva que nós acolhemos, que este ano já quisemos deixar aqui o desafio de envolver cada vez mais as freguesias nas Festas do Bodo, e para o ano vão haver mais novidades, porque queremos, realmente, que o Bodo seja a montra também de cada uma das freguesias do nosso Concelho e vamos trabalhar nesse sentido.

André Tasqueiro, início do ano letivo: o início do ano letivo foi um início muito positivo. Nós tínhamos vindo a perder alunos, conseguimos aumentar em trezentos alunos inscritos nas nossas escolas. É, realmente, um dado muito positivo, que nos dá alento para o trabalho que é desenvolvido. E queria dar aqui os parabéns a todos os dirigentes, aos professores, aos assistentes técnicos, aos assistentes operacionais, aos autarcas de freguesia, que têm sido também incansáveis, para criarmos aqui condições para que o ano letivo decorra com toda a normalidade.

Organizámos as jornadas de reflexão, com vários temas de interesse para os vários agentes educativos, que foi considerado unanimemente como muito positivo.

E também relativamente ao Gonçalo Ramos, em relação ao pedido de exploração do Fonte Cova, estamos empenhados em ajudar a esclarecer a população, e garantir, realmente, que todos os trâmites processuais serão respeitados.

À Sandra Barros, dizer que, relativamente aos incêndios florestais – se calhar, depois, ainda poderei voltar a este tema, mas a verdade é que nós já falámos várias vezes sobre isto, foi um momento muito difícil, foi um momento muito doloroso, foi um momento que nos custou muito a passar, e só quem viveu aqueles dias com as pessoas, com o grau de aflição que as pessoas tinham, percebe, realmente, muitas vezes aquilo que depois veio na comunicação social, que uns entendem que é um exagero, e aqueles que lá estiveram, acham que até é pouco para aquilo que se passou, porque, realmente, numa fase inicial, nós não tivemos meios suficientes para fazer face àquilo que era o evoluir e a propagação dos incêndios.

E portanto, esse reconhecimento às brigadas de voluntários, às próprias pessoas que ajudaram, não só nas suas casas, mas nas casas dos vizinhos, às empresas que também prontamente disponibilizaram os meios para apoiar no ataque aos incêndios, a toda a logística que nós montámos de apoio para as pessoas que ficaram desalojadas, para as pessoas que foram evacuadas dos lares, a alimentação, as nossas coletividades – foi tudo, realmente, um envolvimento e um espírito de solidariedade que a mim, neste primeiro ano de mandato, foi o que mais me marcou até agora, porque nós saímos muito mais fortes do que aquilo que entrámos, e eu sinto isso, com aquele espírito de união e de mobilização que eu senti nas pessoas, que se envolveram de forma muito entusiasta, realmente, para ajudar a ultrapassar aquelas dificuldades.

E, portanto, nós saímos mais fortes. Agora, é verdade que quem teve prejuízos, neste momento, está muito mais debilitado. E nós já tivemos reuniões com o Secretário de



MUNICÍPIO DE POMBAL

Estado da Conservação da Natureza e das Florestas, com o ICNF, com várias entidades, no sentido de apelar e de alertar para que os apoios prometidos àquelas pessoas cheguem, não só do ponto de vista agroflorestal, mas os apoios à retoma da atividade económica. Há várias empresas, e pequenas empresas, que foram afetadas e que precisam desse apoio para retomar a sua atividade, e para a recuperação das habitações, e pessoas, pelo menos duas ou três famílias, que ficaram desalojadas, e precisam de uma intervenção urgente na recuperação das suas casas...”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Senhor Presidente, com certeza que terá provavelmente ocasião, em algum ponto da ordem do dia, de retomar os pontos que não respondeu, até porque há questões transversais, mas eu pedia, uma vez que nós temos aqui um Regimento, com um tempo de vinte e cinco minutos, já lhe dei aqui uma tolerância de três minutos – também tenho dado, quando é necessário, aos outros membros da Assembleia – pedia que concluísse, sem prejuízo de poder retomar alguma resposta a algum ponto durante a ordem do dia, se assim entender.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, só muito rápido, também relativamente à intervenção da Carla Longo, referir essa questão da mobilidade e essa necessidade de continuarmos a ajustar a própria rede de transportes urbanos Pombus, às necessidades que vamos sentindo no terreno depois da sua implementação.

Salientar a Semana da Mobilidade e o impacto positivo, também na reflexão que nos permitiu fazer sobre o desenvolvimento urbano e a própria mobilidade no espaço urbano e no contexto do concelho.

E por último, ao Humberto Lopes, dizer que, realmente, ter cá o Conselho Geral da ANAFRE é uma mais valia, porque permitiu ter aqui autarcas de freguesia de todo o país, que vieram também conhecer a nossa realidade, vieram contactar com aquilo que fazemos, e bem, no nosso território, e que também se vieram inspirar no exemplo dos Presidentes de Junta do Concelho de Pombal, que são, realmente – eu ia dizer “profissionais”, mas que são voluntários do serviço público e merecem esse reconhecimento positivo.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigado, Senhor Presidente.

O Regimento prevê que pode haver aqui um período de intervenções de munícipes, mas não há nenhuma inscrição que tenha entrado na Mesa.

Vamos, então, agora passar à ordem do dia.”

Ponto 2 - Período da ordem do dia:

Ponto n.º 2.1. Leitura e discussão da informação do Presidente da Câmara.

O **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** perguntou se alguém pretendia usar da palavra, tendo-se inscrito:

Carla Leitão (PS):

“Muito boa noite a todos. Boa noite, Senhor Presidente.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Um dos meus assuntos, tem a ver com a pág. 24, em que estão referidas as visitas, os roteiros da educação de 2022, que, como lá diz e muito bem, têm como objetivo analisar localmente as principais questões ligadas à gestão das escolas, tendo em conta o novo quadro de competências das autarquias locais e as ações a desencadear por si, autarquias e parceiros, como por exemplo, as Juntas de Freguesia, para darem apoio e assegurarem as condições das mesmas, para que a componente educativa, os projetos e as medidas por elas desenvolvidas possam ser efetivadas.

Eu refiro-me aqui, nomeadamente, aos alunos do Desporto Escolar do Agrupamento de Escolas de Pombal, em que a visita foi realizada no dia 27, no início do ano, e estes alunos do Desporto Escolar Adaptado, eles não conseguiram o apoio relativamente ao transporte para se conseguirem dirigir à Piscina Municipal e poderem ter estas valências.

Portanto, a minha questão tem a ver com a possibilidade de estes alunos poderem, de acordo com o seu currículo próprio, usufruir desta valência, que é uma mais valia para eles. Eles têm assegurado pela escola um professor de educação física do Agrupamento, que lhes vai dar as aulas, que vai permitir que eles tenham esta atividade física. No entanto, falta-nos o compromisso da autarquia, penso que tendo em conta o vosso parceiro, que é a Junta de Freguesia de Pombal, que juntos consigam assegurar este compromisso de que estes alunos possam ter a valência que faz parte do seu currículo específico, próprio, de atividade física, e que sendo eles alunos vulneráveis, que não têm acesso a currículos ditos normais, gerais, seria muito importante conseguirmos dar-lhes isto, e todos em conjunto conseguirmos que eles tenham esta possibilidade de poderem ter esta valência.

Outra situação que eu gostaria de referir e de perguntar é que na pág. 7 deste documento há referência ao Plano Integrado para a Promoção da Alimentação Saudável e de Atividade Física. O nome está como PIPASAF – não sei se é assim que se diz, ou não, ou se será somente PIPAS, porque eu só vejo registo referente aos refeitórios escolares, não vejo nada referente à atividade física – pelo menos nesta informação. E gostaria de um esclarecimento da sua parte, do porquê de não constar a atividade física neste ponto. Obrigada.”

Luís Couto dos Santos (OI):

“Sobre a questão aqui da informação do Presidente, eu queria só falar de alguns pontos que tradicionalmente, nos anteriores documentos e nas anteriores Assembleias Municipais, estavam presentes neste relatório, e eu notei aqui algumas ausências que me preocuparam, relativamente a alguns assuntos que, no meu entender, deveriam estar presentes neste documento.

Um deles, obviamente, tem a ver – e como foi bem referido aqui na última Assembleia Municipal, pelo Renato Guardado, que exatamente ressaltou a importância da implementação da ZIG, e nós congratulamo-nos que o próprio PSD ache que este projeto é absolutamente prioritário para o concelho -, com a situação atual da ZIG, ou do alargamento para a zona norte, não está contemplada, eu, pelo menos, não encontrei neste documento nenhuma informação relativamente à expansão, como é que está a questão da aquisição, ou não, dos terrenos, a questão do estudo de impacto ambiental, se há, ou não, candidatura a cofinanciamento comunitário, se há alguma previsão, ou não, relativamente à questão do início desta obra, se será para 2022 ainda algum avanço neste processo, ou se será, eventualmente, em 2023.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Relembro que está em fase avançada, também muito próximo desta zona, um parque empresarial em Monte Redondo, de sessenta hectares, e, naturalmente, que isto nos preocupa, relativamente à concentração, principalmente pelo número de empresas que estão neste momento a aguardar por espaços nesta zona industrial.

É, obviamente, um processo crítico, relativamente ao desenvolvimento do concelho.

Outra questão que não está muito clara é relativamente ao ponto de situação da ampliação do Vale da Sobreira.

Outra questão que eu lhe pergunto é relativamente à questão da resposta ao PIP da Lusiaves, em que situação é que está, já foi a comissão que eu também incorporei, e relativamente a isto, efetivamente havia algumas recomendações e, no meu entender, a resposta ao PIP poderia ser dada já, no entanto, condicionada ao licenciamento, tendo em conta os levantamentos de alguns aspetos da salvaguarda, principalmente, em termos ambientais e do aquífero da Mata do Urso.

Há três meses que a providência cautelar já caiu, e, portanto, obviamente que faria algum sentido haver já resposta relativamente a isso. É um investimento que nos importa – eu recordo aqui o impacto da IBER-OLEFF relativamente ao concelho, e obviamente que identifiquei este investimento no mesmo patamar, em termos de tecnologia.

Aproveito também para perguntar, relativamente a alguns processos de potencial instalação de algumas empresas aqui, em Pombal, nomeadamente a Frutorra, que estava muito bem encaminhada no mandato anterior, relativamente à implementação na Freguesia da Pelariga, e em que estado é que isso ficou. Havia aqui a divisão entre estabelecerem-se em Soure ou em Pombal. Passou um ano, não temos informação.

A plataforma logística para o Carriço, também tinha sido já anunciada no passado, que era um grande distribuidor que iria implementar uma plataforma na zona nevrálgica, em termos logísticos, ali na Freguesia do Carriço, obviamente que também nos preocupa não haver mais informação sobre este processo.

Obviamente que Pombal tem bons exemplos também, que é o caso, por exemplo, da Doce Reina, que é um investimento estrangeiro que foi implementado neste concelho com grande sucesso, com intervenção da Câmara; a questão da Máxiplas, que também foi uma intervenção da Câmara, bons exemplos.

Obviamente que nos preocupa aqui uma promessa eleitoral, que é a via verde para o investimento, e estes projetos todos são de grande importância para o concelho, e preocupa-nos a ausência de informação neste documento, e aproveitando estes casos adicionais.

Obrigado.”

João Pimpão dos Santos (Presidente J.F. Meirinhas, PPD/PSD):

“Eu queria questionar o Senhor Presidente da Câmara.

Nesta informação está presente a atividade que a Câmara desenvolveu, e, infelizmente, os meses de julho e agosto trouxeram-nos grandes dissabores, nomeadamente no que concerne aos fogos florestais.

Na freguesia que tenho o gosto de presidir, tivemos muitos populares empenhados, muitas empresas que disponibilizaram os seus meios e equipamentos, a quem eu quero agradecer, e estender este agradecimento a todos os voluntários do Concelho de Pombal. Senhor Presidente, eu queria perguntar-lhe qual é que é o grau de satisfação que a Câmara tem sobre as medidas que o Estado propôs para apoiar o desenvolvimento e a recuperação destes territórios.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Muito obrigado.”

Carla Mariza (PS):

“Senhor Presidente, eu tenho aqui umas questões a colocar-lhe.

Obviamente nós todos gostamos que Pombal seja promovido, temos é que relacionar o custo com o benefício que isso nos trará.

Aqui na pág. 40 das informações, no que concerne ao Ponto n.º 1.2., relativamente ao turismo, vimos aqui um item, reunião sobre projetos para o novo Posto de Turismo. E realmente, também vimos na comunicação social o Senhor a anunciar – a vários órgãos até – a abertura do novo Posto de Turismo no centro da cidade.

Causou-nos alguma curiosidade, fomos perceber que seria aqui nos Paços do Concelho. Realmente, isto espantou-nos imenso, aqui na Bancada do PS, porque nós não vos entendemos, ao PSD.

Foi um Posto de Turismo edificado aqui ao lado, no tempo do seu antecessor, o seu antecessor vem, não gosta disto, e vai para o castelo, e agora vem o senhor, e agora vai outra vez para o centro, mas vamos fazer obras – 50.000,00 € para obras para um Posto de Turismo que já existe, o Posto de Turismo está ali, desanexo à Câmara, edificado com uma estrutura perfeita, de Posto de Turismo, que é aquilo que é.

Está arrendado a um particular? Sim, nós sabemos.

Agora, eu também gostava de questionar qual é que vai ser o horário deste Posto de Turismo.

É que é assim, se nós andamos aqui – vocês entendam-se, aprovam obras para depois irem desfazer nos mandatos que ambicionam ter, quer dizer, agora é ali, mas vamos passar para lá, afinal não gostei daquele, e agora vamos deitar abaixo, e vamos fazer ali.

Depois, queria também questioná-lo, aqui na pág. 90 – aliás, que não é novo para si, porque a Vereadora Odete Alves já o questionou – sobre a questão da habitação e da estratégia da habitação. Aqui na pág. 2, no Ponto n.º 5.2, o senhor diz “acompanhamento e apoio na estratégia da habitação, do Primeiro Direito”. Não esclarece, não percebemos. Vimos e assistimos à reunião de Câmara, e o que percebemos, aquilo que nos passou é que nada estava feito, e o Senhor não soube responder.

Depois, relativamente à pág. 129, Divisão Administrativa de Finanças Municipais, no quadro único de contratação pública, nas contas do Bodo – que, afinal, não sabemos de todas, porque já foram aqui faladas da ADILPOM, que não nos chegaram – no quadro constatámos adjudicações diretas. Nestas adjudicações diretas – até porque o Senhor frisou que até 15 de setembro iriam apresentar as contas do Bodo, a nós, Bancada do PS, não foi apresentada conta nenhuma – as contas na sua globalidade, da Câmara e dos seus parceiros intervenientes no Bodo. Das adjudicações diretas que lá tem, pelas contas feitas, abrangem aquilo que foi orçamentado para o ano de 2022 para o Bodo. Não sei, ficámos um bocado com uma dívida, e até começámos a pensar o que é que seria feito destas contas, se não estamos aqui a ter um remake de um Bodo de 2008, de João Vila Verde. E talvez, daqui a um tempo, ouçamos o Senhor Presidente da Câmara, aí num qualquer órgão de comunicação social, dizer o mesmo que disse o seu antecessor, que lamentavelmente os Pombalenses não contribuíram financeiramente para a realização das Festas do Bodo.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Nós queremos perceber quando é que vai apresentar as contas na globalidade, onde estão as da ADILPOM e da PMUGest, as contas dos ajustes diretos que estão aqui plasmadas, são 239.000,00 €, e com as contas indiretas.

E gostaria que nos esclarecesse acerca destes três pontos.

Obrigada.”

Nelson Pereira (Presidente J.F. Pelariga, PPD/PSD):

“Boa noite a todos. Começo por cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores e todos os membros da Assembleia.

Eu aqui venho falar no tema das Tasquinhas, e num tema que a mim me toca, como bombeiro, a ideia arrojada da Câmara de, com o apoio da empresa Htubo, criar um parque de estacionamento, cujos fundos reverteram todos a favor dos Bombeiros Voluntários de Pombal – e eu, como bombeiro de Pombal, não posso deixar de agradecer esta iniciativa, e apelar para que mais destas sejam tomadas no nosso concelho, para que possamos ajudar os bombeiros.

Obrigado.”

Humberto Lopes (Presidente J.F. Almagreira, PPD/PSD):

“Obrigado, Presidente.

Aqui na pág. 6, transportes escolares, é uma nota negativa. Eu continuo a falar neste tema porque continua a ter aqui uma nota da residência a mais de dois quilómetros da escola. Ou seja, isto vem no contexto do pagamento às Juntas de Freguesia, e eu faço um apelo novamente aqui nesta Assembleia, à Câmara Municipal, para que reveja esta alínea, porque na cidade, esta questão dos dois quilómetros não se coloca. Temos crianças na cidade que não pagam, e temos crianças, depois, nas freguesias que têm esta questão dos dois quilómetros.

Portanto, penso que não é por aqui, nem pelo número de alunos que estão em causa, mas pela medida e, no fundo, pela igualdade que queremos em todo o nosso território. E era um assunto que eu já trouxe aqui a esta Assembleia várias vezes, e já coloquei esta questão à Câmara.

Depois, a questão do alargamento da Rede Pombus, como é óbvio, é uma área que nos é muito cara, a freguesias que estão mais longe do centro, e que também, com pequenos ajustes – nós também já fizemos questão de os colocar, ou seja, de estudar esses pequenos ajustes – com pequenos ajustes de rota, em que o tempo de deslocação do próprio meio não implica novo veículo – ou seja, nem investimentos em novos veículos, nem em novos condutores, que é esse o grande problema também que percebemos todos que está aqui em causa – e penso que assim conseguimos ter uma mais valia na própria rede e incrementávamos mais clientes. Era esta nota que também queria deixar aqui.

Depois, uma nota positiva, a questão do BUPi. Na pág. 102 já tem aqui esta nota, mas já temos o BUPi nas freguesias.

É um serviço que foi descentralizado para as freguesias, uma nota de confiança nas Juntas de Freguesia, as Juntas aderiram. É um trabalho que tem benefício logo à partida na mobilidade – ou seja, poupamos logo combustível nas deslocações, somos amigos do ambiente também nesta matéria.

Um alerta: é que esta questão poderá trazer – e eu também já o disse noutros fóruns – alguns conflitos entre vizinhos. E eu faço também aqui publicamente este apelo para que as pessoas utilizem os serviços de topógrafos, de pessoas que tenham equipamentos, que



MUNICÍPIO DE POMBAL

façam a georreferenciação dos terrenos, porque fazer a georreferenciação com base na carta, numa planta vista num computador, sabemos todos que trará grandes divergências, e que depois, na prática, são mais difíceis de corrigir. As Juntas estão disponíveis para ajudar – eu falo aqui por mim, e acho que por todos os Presidentes de Junta – estamos no terreno, conhecemos muitos proprietários, e estamos para ajudar também neste processo, que é uma boa medida também para o nosso concelho.

Agora, uma nota também para a questão do saneamento, na pág. 111, porquê? Porque nós estamos a executar neste momento obras de milhões, na Freguesia de Almagreira e em outras freguesias, que são pacotes de obras, todos nós percebemos, tivemos empréstimos bancários, tivemos fundos comunitários, mas foram projetos que estamos a executar agora, com dez anos, com todos os problemas que sabemos que estes projetos têm. E agradecer, quer aos técnicos do Município, quer aos técnicos do empreiteiro, e eles próprios, moradores, que têm sido excecionais no encontro de melhorias de todo o processo – ou seja, para, no fundo, otimizar a rede que está a ser construída.

O apelo que eu faço aqui à Câmara é que para os projetos novos, ouçam as Juntas de Freguesia – e apelava aqui uma vez mais, e publicamente, para a questão de Vale Nabal, Chãs, Carrascos, Portela, Pingarelhos, Barbas Novas, Pinheiros e Sazes, porque, no fundo, é um conjunto de lugares em que nos continuam a questionar, em todas as Assembleias de Freguesia – eu tive a última esta semana, e voltámos a tocar também neste assunto.

Portanto, digo-o aqui mais uma vez, para não nos esquecermos, e para aproveitarmos o Orçamento para 2023 para pensarmos já neste projeto – porque sem projetos de execução realizados e bem feitos, depois não vamos conseguir ter obra nos próximos anos, como é óbvio.

Uma última nota aqui para os incêndios florestais, é um assunto que também nos é muito caro, somos uma freguesia com muito potencial a nível de floresta – e eu falo em potencial por isso mesmo, ou seja, para mim, continuo a ver a floresta e o meio rural como um potencial, e não como um problema.

Enaltecer aqui o trabalho dos voluntários – já foi aqui referido, temos muitos voluntários nas freguesias, e que trabalham juntos. Viu-se perfeitamente aqui, em Abiul, que ninguém teve problema nenhum em sair da freguesia onde estava para ir ajudar onde fosse preciso.

Portanto, esta nota para esses voluntários, que não ganham nada, e que temos de enaltecer.

E uma nota negativa: o Governo mais uma vez discriminou negativamente um território. Não percebo porquê, não percebo qual é o critério, por que é que Abiul foi discriminado negativamente face a territórios de um concelho ao lado – Ansião, por exemplo – em que o fogo, como todos nós sabemos, andou de um lado para o outro, e que agora, nem na fase de combate, nem nesta última fase, em que eu pensava, sinceramente, que houvesse uma nota positiva e um acompanhamento das populações, a Senhora Presidente de Junta andou a fazer o que lhe pediram para fazer, o levantamento das necessidades, e agora não tem nada para dizer às pessoas, o que é muito triste.

Uma proposta à Câmara: no fundo, este assunto também não é novo, e aproveitando a questão da energia, apelava à Câmara para que fizesse um esforço, provavelmente junto dos privados, para fazer aqui, em Pombal, uma central de biomassa, para conseguir potencializar ainda mais os custos da energia. Sabemos que a energia vai ser um



MUNICÍPIO DE POMBAL

problema de futuro, mas com a nossa floresta e com o potencial que temos, certamente, também conseguimos resolver este problema.

Deixem-me só terminar com a questão do TGV, porque é uma notícia de ontem, o projeto de alta velocidade foi apresentado para Portugal uma vez mais – não é novidade nenhuma, já foi apresentado várias vezes, em vários anos. Penso que desta vez as coisas podem ser encaminhadas, mas, pessoalmente, acho que não fará grande sentido, mas faria uma proposta: nós temos uma Linha do Norte, que facilmente, com uma terceira via, conseguimos aqui, com apeadeiros – sigam o meu raciocínio: Simões, Pelariga (Venda da Cruz), Pombal, Vermoil, Litém, Albergaria dos Doze – criar uma ligação, que nas freguesias conseguíssemos fazer uma rede de transporte urbano – de rodovia, carros – conseguíssemos trazer os passageiros para estes apeadeiros, e depois vinham de comboio para a cidade.”

Daniel Ferreira (Presidente J.F. Vermoil, PPD/PSD):

“Antes de mais, os meus cumprimentos à Mesa e ao Senhor Presidente da Assembleia, assim como ao Presidente da Câmara e aos Vereadores, aos colegas membros da Assembleia, aos meus colegas Presidentes de Junta, e a todos os que nos ouvem lá em casa.

Eu vou falar em quatro ou cinco assuntos, muito rapidamente.

Na pág. 93, e o tema é as Eco Escolas, agradecer o apoio e o empenho do Município e dos seus técnicos na preparação e na ajuda que deram para que pudéssemos ter vinte e seis escolas com Bandeira Eco Escola no concelho. Dar nota de que, no dia de hoje, essas bandeiras serão entregues às respetivas escolas.

E sendo a primeira vez que é atribuído esse galardão ao Centro Escolar de Vermoil, gostaria de dar aqui os parabéns aos funcionários, aos professores e aos alunos que participaram neste evento.

Na pág. 100 – e custa-me estar sempre a tocar neste assunto, mas é dos assuntos pelos quais eu sou mais abordado na freguesia – voltar a solicitar ao Município e ao Executivo a definição urgente de métodos de redução de velocidade nas nossas vias de comunicação. Quando o IC2 estiver melhorado, eu estou convicto de que as vias secundárias vão aumentar muito a sua utilização, e com isso, também a perigosidade de grandes velocidades nessas vias. Volto a dizer, temos que tentar arranjar meios de redução de velocidade. Eu sei que não é fácil, são soluções que têm de ser estudadas, mas peço a intervenção do Executivo para que seja rápida uma solução – e eu estou disponível para experimentar várias, acho que a experimentar é que nós conseguimos ter a solução mais otimizada.

Aproveito para solicitar informação sobre o projeto do IC2, estou em crer que ele pertence ao PRR, e a informação última que tinha é que seria lançado este ano. Já estamos a chegar ao final do ano, e ainda não me apercebi de nada. Gostaria de ter alguma informação sobre este assunto, até porque fui questionado ontem, na minha Assembleia.

Na continuidade do que disse o meu colega Humberto, eu também vou tocar aqui um bocadinho no assunto do BUPi, e para enaltecer e para agradecer ao Município esta vontade de estar perto dos munícipes. Estamos a falar de um Balão BUPi pelas freguesias todas, incluindo as antigas freguesias que foram agregadas. E só para termos noção do que é que isto vale, em quatro dias já fizemos o cadastro a duzentos terrenos – em quatro dias. Desde o início deste processo todo já são onze mil terrenos que foram cadastrados.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Dar aqui os parabéns ao Executivo por levar isto às freguesias, e por ter isto mais perto. No caso de Vermoil, vou deixar aqui um bocadinho a publicidade, nós estamos a receber à terça e à quarta-feira. Por isso, desafio todos os vermoilenses e arredores a virem participar. Este serviço é gratuito, e acho que tem que ser feito agora, e aproveitá-lo, que está nesta fase.

Falando um bocadinho do saneamento, desafiar o Município a preparar os projetos das redes todas, porque a parte mais importante é sabermos quanto é que nós vamos gastar nestes processos. Se nós não tivermos projetos, se os projetos não estiverem feitos, se não estiverem coordenados entre eles, nunca saberemos quanto é que nos falta gastar. E eu acho que era importante o desenvolvimento de todos os projetos, de todas as áreas, e depois cortá-los aos bocadinhos e ir fazendo nesse seguimento.

Eu não tinha alinhado este ponto, mas na pág. 131, não posso deixar de dar os parabéns à Divisão de Informática, porque hoje experimentei mais umas novas funcionalidades dos pedidos de apoio, e funcionaram muito bem. E deixo aqui os meus parabéns à Divisão de Informática.

E é tudo. Muito obrigado.”

Marlene Matias (PS):

“A minha questão prende-se com a pág. 90, projetos desenvolvidos por equipas externas, e fala aqui do desenvolvimento dos trabalhos subjacentes à elaboração do projeto do polo do IPL. E como eu não fiquei inteiramente esclarecida com a explicação do Senhor Presidente – ou melhor, fiquei preocupada, fiquei preocupada ao ter afirmado que, com a mudança de reitor da universidade – esclareça-me só se eu percebi bem, se realmente, neste momento, o polo universitário aqui em Pombal está em risco pelo facto de ter mudado o reitor. Pelas suas palavras, foi isso que eu subentendi, de forma que eu queria que esclarecesse, porque podia ter sido má interpretação minha.

Contudo, aproveito para perguntar que equipa externa é esta – se subentendi que não há terreno, não há projeto, não há localização, o que é que esta equipa está a fazer. Ou então, também não respondeu se há localização para o polo.”

João Antunes dos Santos (PPD/PSD):

“Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente de Câmara, Senhores Vereadores, estimados membros da Assembleia Municipal, estimado público, funcionários do Município, comunicação social:

Na informação do Presidente vêm aqui várias referências – na pág. 100, entre muitas outras, como será de esperar – relativamente àquilo que foi o arranque, e que está a ser o arranque do início do ano letivo no Concelho de Pombal.

Em primeiro lugar, acho que importa desejar a melhor das sortes a todos os intervenientes nesse processo – todo nós já passámos por esse processo, uns enquanto alunos, outros enquanto pais, outros enquanto professores. E, portanto, desejar aqui o melhor ano letivo possível às famílias, aos alunos, aos professores, porque é importante, efetivamente, que isso aconteça da melhor forma.

Depois, perguntar também aqui ao Senhor Presidente de Câmara e ao Município que dificuldades é que o Município está a sentir, e o concelho está a sentir, com a questão da descentralização de competências na área da educação. Já percebemos, até por aquilo que têm sido alguns comentários e algumas intervenções dos Presidentes de Junta, que essa descentralização de competências do Estado na autarquia – neste caso, no Município de Pombal – tem algumas falhas, algumas lacunas. E, portanto, acho que



MUNICÍPIO DE POMBAL

importa aqui percebermos o que é que, efetivamente, podia estar a correr melhor, e o que é que se pode melhorar.

Obviamente que, há pouco, o Senhor Presidente de Câmara disse, e bem, que neste momento, o universo de trabalhadores do Município já ronda praticamente as oito centenas, e esse aumento deve-se, em grande medida, àquilo que são os funcionários das escolas, os auxiliares das escolas, que transitaram para o Município de Pombal. E, portanto, acho que enquanto Assembleia Municipal e órgão máximo deste Município, também nos fica bem dar as boas-vindas, naturalmente, a esses funcionários, e esperar que eles sejam acolhidos e tratados da melhor forma possível no Município de Pombal, porque são agora funcionários do Município de Pombal, e devem, obviamente, merecer esse tratamento.

Depois, dizer que, relativamente à educação, nos últimos anos, efetivamente, o Município tem feito um grande investimento, desde a pré-primária ao 1.º ciclo, ao 2.º e 3.º ciclo, ao ensino secundário, e obviamente que ainda há alguns projetos por cumprir, e alguns projetos que estavam no Orçamento deste ano, que estão no PPI, e que certamente vão melhorar também aquilo que é o parque escolar do nosso concelho.

Mas, felizmente, de há uns anos a esta parte, falar de educação e falar do início do ano letivo no Concelho de Pombal já não é só falar de pré-primária, 1.º ciclo, 2.º ciclo, 3.º ciclo e de ensino secundário; é também falar de ensino superior. E nem a pretexto das intervenções anteriores, dos membros do Partido Socialista, nomeadamente agora da Marlene Matias, eu julgo que já todos percebemos, e há um amplo consenso, não só nesta Assembleia, mas no Concelho de Pombal, da pertinência e da importância de que o ensino superior continue a existir em Pombal, se consolide, cresça, porque é importante para Pombal, para os pombalenses, e também, naturalmente, para aquilo que é a nossa dinâmica territorial.

E, portanto, neste início de ano letivo, e a pretexto também da recente eleição do novo Presidente do Politécnico de Leiria, eu propunha aqui, Senhor Presidente, nos termos do art.º 28.º, n.º 2, alínea d) do Regimento da Assembleia Municipal, em que confere aos membros da Assembleia Municipal o direito de propor alguns votos, nomeadamente votos de congratulação, e como eu, salvo melhor opinião, no Regimento, não encontro nenhuma tempestividade para que isso possa ser feito – ou seja, parece-me que em todo o tempo podem ser propostos os votos aí tipificados – eu propunha que esta Assembleia Municipal pudesse apreciar e votar o seguinte voto de congratulação, e que eu gostava – e acho que gostávamos todos – que, efetivamente, pudesse ser aprovado por unanimidade, para que pudesse também ser enviado a esta nova Direção do Politécnico, para que possam perceber e entender que, naturalmente, são bem-vindos, e são muito bem tratados e recebidos em Pombal, e que Pombal conta com o Politécnico, como o Politécnico pode contar com Pombal.

E, portanto, eu propunha o seguinte voto de congratulação:

“A Assembleia Municipal de Pombal, reunida a 29 de setembro de 2022, congratula o Politécnico de Leiria pela visão que tem em reconhecer Pombal como um território dinâmico e privilegiado para a sua dinâmica de crescimento e progresso, contribuindo certamente para a sua tão desejada afirmação como Universidade Politécnica de Leiria.”

Muito obrigado.”



MUNICÍPIO DE POMBAL

Leandro Siopa (PS):

“Duas questões. Inevitavelmente, quando se fala de BUPi – e aqui consta também nessa informação do Senhor Presidente – terei que tecer aqui algumas considerações.

O Partido Socialista não discorda de toda a gente por discordar, e portanto, entendo que concordamos com o Senhor Presidente da Junta de Almagreira sobre a matéria, sobretudo pela chamada de atenção e, em contraponto, com o que faz o Senhor Presidente da Junta de Vermoil – a minha freguesia – a chamada de atenção que faz à importância de verificação das extremas, porque fazer duzentos BUPi em quatro dias pode não ser bom sinal; pode ser sinal de que se estão a fazer as coisas de uma forma aligeirada. É verdade que a Lei permite a fotointerpretação, e os cidadãos devem recorrer a essa fotointerpretação, é verdade que o Governo disponibiliza uma aplicação para que o cidadão utilize essa aplicação e faça a georreferenciação dos prédios, mas eu chamo à atenção de que essa aplicação falha, tem falhas quanto à precisão – porque tem a ver com os equipamentos – e portanto, pode ser perigoso. E veremos no futuro, efetivamente, o Município a intervir – porque creio que é o Município que está neste momento como técni-cadastro, no futuro, a intervir na composição administrativa de interesse, porque vai haver sobreposição de polígonos.

Direi mais, só não há mais sobreposição de polígonos porque a plataforma permite que o cidadão verifique o polígono que já está feito, porque se não acontecesse assim, haveria uma sobreposição absurda, porque sobretudo em determinadas zonas florestais, é impossível fazer as coisas com precisão.

No futuro, o que se espera é que essas equipas, essa contratação que o Município fez, possa vir eventualmente a fazer os levantamentos no local, e o cidadão ficará, com certeza, com garantias de que o trabalho é feito.

Em relação aos fogos, o Partido Socialista quer dizer que se associa à dor e à perda. Eu, pessoalmente, conheço uma pessoa que está ainda hospitalizada, e portanto, para ela fica aqui um forte abraço, que rapidamente melhore, ela e as pessoas que ainda estão em convalescença – presumo que mais uma. E o Partido Socialista partilha da dor destas pessoas, e eu vi pessoalmente as perdas que estas pessoas tiveram.

Todavia, não é tão verdade que o Governo da República se tenha esquecido destas pessoas, porque há um despacho, e a Freguesia de Abiul está lá prevista. Se calhar não é o melhor, Senhora Presidente da Junta de Freguesia, não é o melhor – eu já percebi, falei consigo muito rapidamente – mas, naquilo que o Partido Socialista, do Grupo Municipal do PS aqui em Pombal, puder fazer e fazer chegar ao Governo, assim estaremos disponíveis para colaborar, para que todas as pessoas tenham. Aliás, temos até um Vereador da freguesia, do Partido Socialista – independentemente disso, mas que, com certeza, estará disponível para ajudar, sempre na medida do possível.

Quanto a esta inusitada proposta do Senhor Deputado João Antunes dos Santos, cumpre-me a mim – a mim, porque não represento o Partido Socialista, nem o Grupo Municipal do Partido Socialista – cumpre-me dizer que seria talvez estranho que cada vez que há uma alteração de Direção numa organização, seja ela qual for, viéssemos aqui congratular essa Direção.

Portanto, eu penso que não é este o espaço para isso, para estarmos constantemente a congratular. Aliás, ficaríamos em falha com outras associações, com outros institutos, com outras coletividades, sempre que eles alterassem de Direção.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Portanto, em relação a isto, é a minha posição – não representa a do Grupo Municipal, porque nos apanham aqui desprevenidos, mas o Partido Socialista pelo menos pensa alguma coisa desta matéria.

Muito obrigado.”

João Pimpão dos Santos (Presidente J.F. Meirinhas, PPD/PSD):

“Era só para me associar, enquanto Presidente de Junta, à proposta formulada pelo João Antunes dos Santos, em nome do PSD, porque, realmente, o Politécnico é uma instituição ímpar, é uma instituição que não conhece igual aqui na nossa zona, e é importante nós sublinharmos esta distinção.”

Carla Mariza (PS):

“Relativamente a este voto de congratulação, realmente é um bocado extemporâneo, não percebemos muito bem a razão deste voto. Cada vez que muda a Direção de uma escola, se tivermos que fazer um voto de congratulação, é realmente estranho. O Politécnico é uma escola, uma escola superior, certo? Pronto.

Portanto, não nos revemos, não percebemos muito bem qual é que é o receio para ter que haver este voto, receio aqui do PSD, para demonstrar que, sim senhor, todos apoiamos o IPL. Não percebemos muito bem.”

João Antunes dos Santos (PPD/PSD):

“Senhor Presidente, por favor, só para esclarecer, porque eu penso – se calhar, vou voltar a ler novamente, se não se importar, porque não é para congratular a nova Direção. Eu fiz a contextualização, mas o voto de congratulação não pretende congratular a nova Direção.

Eu vou ler novamente, se me permite, Senhor Presidente.

“A Assembleia Municipal de Pombal, reunida a 29 de setembro de 2022, congratula o Politécnico de Leiria pela visão que tem em reconhecer Pombal como um território dinâmico e privilegiado para a sua dinâmica de crescimento e progresso, contribuindo certamente para a sua tão desejada afirmação como Universidade Politécnica de Leiria.”

Nós sabemos todos que essa é também uma pretensão do Politécnico, que possa efetivamente vir a ser Universidade Politécnica.

Ou seja, não é para congratular a nova Direção, é para congratular a instituição.”

Aníbal Cardona (PS):

Pronto, sobre esta proposta do João, nós já sabemos há muito tempo que Pombal é, efetivamente, esse território, que tem essas qualidades. Eu penso que não termos o ensino superior em Pombal tem a ver com o facto de essa situação não ter sido aproveitada ao longo do tempo, porque houve várias oportunidades. E acho que Pombal tem uma dignidade superior até ao próprio Politécnico. É da mais elementar justiça que, não só o Politécnico de Leiria, mas eventualmente a Universidade de Coimbra, reconheça o valor e a localização estratégica deste território.

Isto parece-me uma proposta provinciana, e que nos coloca numa dimensão quase insignificante. Não percebo.

De qualquer forma, como conheço o João, e sei qual é a intenção que ele tem, obviamente não vamos votar contra, vamos abster-nos, obviamente, porque sei que o João tem as melhores intenções – porque o conheço e sei que esse é o espírito dele, e a forma de ele estar.

Mas, acho que é, no mínimo, desconexo com o facto de não ter acontecido nada ainda. Eles, a qualquer momento, podem roer a corda. Nada está concretizado.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Portanto, vamos abster-nos.”

João Antunes dos Santos (PPD/PSD):

“Senhor Presidente, eu não queria, de todo, arrastar a discussão. Agora, só para esclarecer, eu julgo que de provinciano não tem nada; acho que, efetivamente, demonstra – achava eu que era uma vontade unânime da Assembleia Municipal que representa o Concelho de Pombal - ter cá o Politécnico e que o Politécnico continue a crescer e a consolidar-se cá.

Gostava muito – e quando fiz esta proposta, foi com essa intenção – que esse voto pudesse ser aprovado por unanimidade, para ser enviado à nova Direção do Politécnico, porque julgo que havendo aqui algumas abstenções, podem vir a existir dúvidas sobre a real vontade que o Partido Socialista de Pombal tem sobre o futuro do ensino superior em Pombal.

Se eu fosse Presidente do Politécnico, se me chegasse lá um voto que não era aprovado por unanimidade numa Assembleia Municipal, eu concluiria que, efetivamente, as forças políticas do concelho não estão de acordo com aquilo que eu acho que devia ser consensual para todos.

Mas, pronto, se o Partido Socialista entende que se deve abster, ficará com essa votação para futuro.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Atenção, eu peço aos Senhores Membros da Assembleia Municipal que sejam sintéticos, para podermos passar à votação. Além do mais, recordo que só podem haver duas intervenções em cada ponto da ordem do dia, por cada membro.

A seguir, vamos passar à votação, se for possível.”

Leandro Siopa (PS):

“Senhor Presidente, vou ser muito sucinto.

Não há diferenças ideológicas que marquem que o Partido Socialista está contra o Instituto Politécnico de Leiria, ou qualquer outro instituto, antes pelo contrário, nós queremos. E, portanto, isto aqui que fique e fica gravado.

O Partido Socialista não pactua é com esta estratégia. E já agora, ninguém também deve limitar – porque a censura está na ordem do dia – o Partido Socialista a votar de que forma entenda, até porque V. Exas., dos vinte e nove requerimentos ... - isto é uma estratégia, a interrupção, para ver se me castiga; a pena deve ser dele, não é minha. Não vale a pena falar depois do Senhor Presidente das Meirinhas, fique com a razão. Os Meirinhenses vão-se lembrar disto um dia.”

De seguida o **Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal**, colocou a votação o voto de congratulação, apresentado pelo membro da Assembleia Municipal João Antunes dos Santos, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com seis abstenções do Partido Socialista, uma do Oeste Independente e uma do Presidente da Junta de Freguesia da Redinha.

Ato contínuo deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, que respondeu às interpelações efetuadas, como se segue:

“Muito obrigado, Senhor Presidente.

Eu prometo ser objetivo e direto, relativamente às respostas.

E começando rapidamente pela Carla Leitão, dizer que, relativamente ao Desporto Escolar Adaptado, claro que é um direito de todos, e nós queremos o desporto cada vez mais inclusivo, e não há dúvida nenhuma de que o desporto, do ponto de vista da coesão



MUNICÍPIO DE POMBAL

social e da igualdade, tem aqui um campo de ação muitíssimo relevante. Portanto, vou averiguar a situação, no sentido de perceber em que é que nós podemos ajudar, para que realmente se possa promover o transporte adaptado dessas crianças.

Em relação ao nosso Plano Nutricional e de Incentivo à Atividade Física, as medidas que estão plasmadas na informação das ações estão mais vocacionadas para a componente nutricional, porque começou o ano letivo, e foi também nesse reforço dos refeitórios escolares, de todo este trabalho que é notável, o trabalho que as nossas técnicas fazem – e eu aqui queria aproveitar para agradecer, de todas as áreas, dentro da educação, a todas as técnicas de diversas especialidades, que têm sido realmente de um empenho que merece esse reconhecimento positivo, e neste particular, mais focado no início do ano letivo, na componente de refeitórios, de todo o trabalho que é preciso fazer de articulação, de assistentes operacionais com as escolas, e com as novas alterações. E agora, o objetivo é monitorizar esse plano, e ter também atividades relacionadas com a promoção da atividade física e desportiva.

Portanto, vamos acompanhar esse plano, para também incentivar a atividade física, que também está muito relacionada com a componente nutricional – como a Carla, do ponto de vista do conhecimento técnico que tem, sabe. E daí, essa relação, que eu considero muito positiva, nestas faixas etárias, nomeadamente onde é importante que as nossas crianças e jovens percebam o impacto que a alimentação tem no seu desempenho – no desempenho académico, no desempenho desportivo, etc.

E, portanto, estamos a trabalhar nesse sentido, e a dar mais enfoque nessa componente da atividade física e desportiva, para que as nossas crianças e jovens cresçam com hábitos de vida saudáveis. É isso que nós queremos, e é de tenra idade que nós começamos a trabalhar nessas matérias.

Relativamente ao Luís Couto, muito rapidamente, as informações que eu lhe posso dar neste momento, mas falou aqui de vários processos que estão a ser articulados entre o Gabinete de Apoio ao Investidor, os nossos serviços técnicos de licenciamento, e portanto, algumas são questões mais delicadas, outras mais técnicas.

E, portanto, mais uma vez, renovo a disponibilidade do Vereador Pedro Navega para o acompanhar em algum processo que queira consultar, ou de que queira ter conhecimento mais pormenorizado.

Aquilo que eu lhe posso dizer da zona industrial da Guia é que, neste momento, nós estamos a dar respostas às entidades no que diz respeito àquela que era a necessidade de haver um estudo de impacto ambiental, e estamos ao mesmo tempo a adquirir terrenos. Das quatro propostas de aquisição de terrenos, uma está em registo na Conservatória, a outra está num processo dependente de alteração de loteamento, de permuta do terreno, uma terceira, que tem sido a mais delicada, falta encontrar o nome dos herdeiros, dos proprietários do terreno, e uma quarta, em que houve um proprietário que, depois de a escritura já estar realizada, veio invocar usucapião do terreno. Portanto, estamos a tentar encontrar, com os serviços, alguma solução, mas são as questões técnicas.

Isto para dizer que, para nós, é prioritária a Zona Industrial da Guia, essa ampliação a norte daquela Zona Industrial é prioritária, e não é para a Guia, é para o nosso concelho, para a nossa região, para ter mais empresas, mais investimento na Guia, como na esmagadora maioria das freguesias, mas neste processo, que está neste nível, nós avançarmos, realmente, para implementar aí mais unidades industriais.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Relativamente às outras questões mais particulares, sem prejuízo, depois, de outra informação mais especializada, mas na resposta do pedido de informação prévia da Lusíaves, foram pedidos esclarecimentos, e neste momento estamos a aguardar que sejam entregues elementos para o processo continuar, e esses esclarecimentos foram no seguimento daquilo que foram as conclusões do relatório da comissão que foi criada, no âmbito também desta Assembleia Municipal.

Na questão da Frutorra, eles também deram entrada de um PIP, mas no terreno já havia um processo de licenciamento prévio, e agora estão a tentar encontrar uma solução. Há várias situações em que nós estamos a trabalhar com essas entidades, no sentido de resolver as situações que, naturalmente, se colocam neste tipo de procedimentos de licenciamento, o mais agilmente possível.

E agora, termino a sua resposta, dizendo que nós já temos a Via Verde para o Investimento implementada. E hoje, os processos, do ponto de vista daquilo que são processos de investimento no território, são logo classificados à entrada e têm uma tramitação muito mais rápida por parte dos nossos técnicos, num esforço também notável, que eu queria aqui destacar, do Senhor Vereador Pedro Navega e da equipa que está a acompanhar estes processos, dos técnicos, que realmente estão a despende do seu tempo extra para dar vazão às situações relacionadas com os processos de licenciamento que, normalmente, são processos de licenciamento complexos, com muitas especificidades. E por isso, nós estamos a trabalhar no sentido de agilizar cada vez mais o investimento no nosso território, e naturalmente também no próximo Orçamento serão vertidas algumas medidas nesse sentido.

Em relação à questão colocada pelo João Pimpão, eu já disse na intervenção inicial, nós não estamos satisfeitos, porque nunca estaremos satisfeitos enquanto houver pessoas que não têm apoio para fazer face aos prejuízos que tiveram. E enquanto nós não virmos, realmente, esse apoio a chegar às pessoas, nunca poderemos estar plenamente satisfeitos. E é aquilo que foi a manifestação por parte da Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Abiul, é essa falta de resposta efetiva, concreta, a algumas situações, nomeadamente, na componente económica e habitacional.

Nós, na componente agroflorestal, reunimos com o Secretário de Estado da Conservação da Natureza e Florestas, aqui neste Salão Nobre, com todos os Presidentes de Câmara do país que foram fustigados pelos fogos, temos o ICNF a trabalhar connosco na identificação das áreas de intervenção e de gestão da paisagem, precisamente para podermos agora criar aqui planos concretos de revitalização desses territórios, estamos a trabalhar com as entidades, e isso é positivo.

Na componente de ressarcimento de prejuízos económicos e de recuperação de habitações, nós não temos ainda uma resposta concreta e isso preocupa-nos a nós e às pessoas que vêm ter connosco – ainda na segunda-feira, e ainda disse isso na reunião de Câmara, tive atendimento de pessoas que ficaram desalojadas, e que não têm uma resposta. Nós também já estamos em articulação com a própria Segurança Social, no sentido de disponibilizarmos – nós próprios, Município - projetos, ou termos capacidade para implementar projetos, para ajudar estas pessoas. E, portanto, estamos a trabalhar nisso.

Eu próprio sugeri às entidades com responsabilidade que o próprio Fundo REVITA, que foi utilizado para recuperação de casas no Pinhal Interior, que ainda tem – pelo que nós sabemos – verba para alocar para outras habitações, poder ser alocada para este fim,



MUNICÍPIO DE POMBAL

para ajudar as pessoas. Ou então, assumirmos que íamos reforçar esse fundo, para ajudar a recuperar habitações – e neste caso, reconstruir mesmo habitações.

E, portanto, naturalmente que aguardamos com expectativa, em total colaboração com as várias entidades, a nível regional e a nível nacional, para que se encontrem soluções para as pessoas.

Carla Mariza, em relação ao novo Posto de Turismo, não é “destrói, constrói, destrói, constrói”. Aquilo que nós estamos a fazer é a criar um Posto de Turismo que seja mais do que um Posto de Turismo; é uma porta de entrada para o concelho, para a região e para o país. E nós queremos que essa porta de entrada seja precisamente na porta de entrada da Câmara Municipal. E é por isso que o Posto de Turismo vai ser sediado aqui, onde já foi no passado, o Posto de Turismo já foi precisamente no rés-do-chão dos nossos Paços do Concelho, há muitos anos.

Portanto, vamos recuperar essa ideia que antigos autarcas tiveram.

E vou ser sincero, não sei se era do PSD ou do PS – porque eu não ando aqui a competir com os autarcas do PSD ou do PS, pelo contrário, valorizo o que de bom é feito, e muitas coisas boas que foram feitas há vinte, trinta, quarenta anos, e que nós continuamos a valorizar, e não é a questão partidária que influencia a gestão autárquica; é, realmente, a mais valia dos projetos.

E aquilo em que nós estamos empenhados é, realmente, aproveitar este novo tempo, de aproveitarmos as novas tecnologias, e aproveitarmos tudo aquilo que turisticamente temos para promover o território, para ter aqui uma porta de entrada, para quem quiser visitar Pombal perceber que pode vir aos claustros do concelho, não tem que se deslocar para mais lado nenhum, no centro da cidade, e tem a informação para ir a cada uma das freguesias do nosso concelho e perceber o que existe de bom no nosso concelho, e valorizarmos os nossos produtos turísticos, com uma componente de inovação associada – queremos inovar neste Posto de Turismo, queremos ter um Posto de Turismo moderno. Tal como o Presidente do Turismo do Centro referiu na sua intervenção, nós estamos muito alinhados com o Turismo do Centro de Portugal, no sentido de ajudarmos a catapultar a nossa região, do ponto de vista dos produtos turísticos.

E sim, vamos ter um horário de funcionamento diferenciador, que vai permitir que o Posto de Turismo esteja aberto todos os dias, e esteja aberto ao fim de semana. É nisso que estamos a trabalhar, nessa organização, porque queremos que qualquer pessoa que venha a Pombal, em qualquer dia e em qualquer altura do ano, saiba onde é que vai ter informação privilegiada, para conhecerem Pombal, onde é que fica a dormir, onde é que pode comer, que iniciativas é que pode realizar, que dinâmicas. E isso, sim, creio que é ter visão, isso é ter estratégia e isso é liderar.

E, portanto, essa é a nossa perspetiva, de termos este Posto de Turismo no sítio onde está, sem necessidade de fazer uma grande obra, sem necessidade de fazer uma grande infraestrutura, aproveitando aquilo que temos, aquilo que são as mais valias de nós podermos ter aqui uma porta de entrada privilegiada para o Concelho de Pombal. E tenho a certeza – ou tenho essa expectativa, ainda, mas depois vou ter a certeza – que todos nós vamos ficar agradados com a visibilidade que vamos dar, positiva, ao nosso concelho, com este novo equipamento.

E, naturalmente, se tiverem alguma sugestão para dar à Senhora Vereadora Gina Domingues, que está a acompanhar este processo, é sempre muito bem-vinda.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Em relação à Estratégia Local de Habitação, e aquilo que falámos, eu e a Vereadora Odete, na reunião, neste momento – e em relação à equipa, à coordenação – estamos ainda a negociar com o IHRU aquilo que há de ser o empréstimo bonificado – estamos a falar de 8.000.000,00 €.

Eles pediram-nos alguns esclarecimentos, e nós precisamos de, primeiro, antes de avançar com esse protocolo, perceber em que condições é que vai ser estabelecido esse empréstimo, a Senhora Vereadora Catarina Silva, o Senhor Vereador Pedro Navega e os nossos técnicos, quer na parte do urbanismo, quer na parte social, estão a trabalhar internamente num conjunto de esclarecimentos – uma vez que esta Estratégia Local de Habitação está muito alavancada no Primeiro Direito e na habitação digna que queremos dar às pessoas. O diagnóstico está feito, e agora vamos passar ao terreno.

Mas, houve algum delay neste processo, até porque – e eu referi isso na reunião de Câmara – houve alteração de Governo, parou um bocadinho o processo e as negociações, mas nós estamos a trabalhar afincadamente, no sentido de perceber, e, até do ponto de vista orçamental – e essa é uma parte super relevante – daquilo que é a nossa capacidade de esforço financeiro na contração deste empréstimo, para depois perceber as intervenções que vão ser feitas, por ordem de prioridade.

Em relação ao Nelson Pereira, é bem lembrado. Nós, este ano, quisemos inovar também, valorizando a responsabilidade social de quem ia à Feira Nacional de Artesanato. Eu creio que o facto de termos criado condições – nós, e queria agradecer publicamente aos proprietários dos terrenos, que cederam gratuitamente, e que permitiram que utilizássemos aqueles terrenos para aqueles fins, naquele período, e nós próprios, criámos condições – os nossos técnicos, naturalmente – para que houvesse estacionamento em condições, em número que nunca é suficiente, porque, realmente, foram milhares e milhares de pessoas que vieram às tasquinhas, e portanto, o estacionamento nunca seria suficiente, mas o que é certo é que foram uma mais valia, aqueles novos parques de estacionamento, e sobretudo esta oportunidade que nós demos aos nossos Bombeiros Voluntários, de terem ali mais uma fonte, mais uma ajuda, que, naturalmente, é sempre bem-vinda para quem presta o trabalho que eles prestam, altamente meritório.

Ao Humberto Lopes e ao Daniel Ferreira, que falaram ambos do BUPi, isso é espetacular, nós estarmos aqui a falar bem de um projeto que chega a todas as freguesias – e isto custa muito dinheiro, custa centenas de milhares de euros. Isto não é só festas, isto é investimento prioritário, é nós dizermos às pessoas que contam connosco, no dia a dia, para ajudar a resolver os seus problemas. E a questão do cadastro rústico é um dos problemas que nós temos no nosso território.

E nós estamos a criar condições, com esse atendimento, que temos numa plataforma já digital, com os nossos serviços internos de informática, com os serviços de urbanismo, e com estes técnicos na área do BUPi, para fazer a diferença, e levar aquilo que era algo em que as pessoas teriam que vir até aos serviços técnicos da Câmara para fazerem esse registo, levá-los às freguesias, envolvendo os Senhores Presidentes de Junta – que desde já agradeço, foram mais uma vez extraordinários em todo o apoio que têm dado -, daquilo que é o feedback que eu tenho -, às nossas equipas, aos nossos técnicos, e que merece essa mais valia.

E é também uma recompensa, acho que é uma recompensa aos Presidentes de Junta, ao trabalho dos autarcas de freguesia, saberem que o Município de Pombal também conta



MUNICÍPIO DE POMBAL

com as Juntas de Freguesia para concretizarmos um processo, que é um processo da maior importância para o nosso país.

Relativamente à questão suscitada pelo deputado Leandro Siopa, e agradecendo esse reconhecimento a este trabalho positivo deste Executivo, que está preocupado em concretizar e em fazer com que, realmente, as pessoas reconheçam essa mais valia da proximidade, que tanto pode ser ao fim de semana, quando uma associação faz um almoço de convívio, como pode ser durante a semana, para os técnicos irem fazer o registo do cadastro rústico.

Agora, aquilo que pode estar menos bem no processo é a Legislação, porque aquilo que os técnicos fazem é o que está na Lei. E, naturalmente, se nós tivéssemos tido uma Lei que fosse mais rigorosa, se calhar poderia haver menos probabilidade dessas situações que o Senhor Deputado levantou, e que todos percebemos que podem ser suscitadas, virem a ocorrer no terreno, portanto, era uma boa oportunidade para também diligenciarmos, cada um nas suas funções, para que, realmente, esta Lei pudesse ser alterada, no sentido de ser o mais fidedigna possível à realidade. Mas, naturalmente que a responsabilidade nunca pode ser assacada aos técnicos, que fazem um trabalho meritório e de acordo com as responsabilidades que assumem.

Em relação ao Eng.º Humberto Lopes, em relação à linha de alta velocidade, nós já todos vimos este filme, creio que esteve em exibição nos cinemas em 1999, e deu o resultado que deu. Com isto eu não quero dizer que eu não ache que é importante para o nosso país apostarmos na modernização da ferrovia – que eu acho que já devíamos ter apostado há muitas décadas, e ainda mais; aquilo que eu acho é que estamos a falar de um investimento que supera os 5.000.000.000,00 €, um investimento que nós não sabemos qual é o impacto que estas novas linhas vão ter no nosso território e no nosso concelho – aliás, a indicação que temos, da aprovação do projeto e da análise que já fizemos, esta nova linha, a primeira fase, vai só até Soure, não significa que Soure vá ter estação, Soure não vai ter estação nenhuma nova, é um equívoco; a intervenção é que vai ser desde o Porto até Soure, e depois, de Soure para sul.

E aquilo que é importante esclarecer é que nós não sabemos qual é o impacto, por onde é que passam estes traçados no nosso concelho. Lembro-me por onde passava o TGV, lembro-me que passava na sua freguesia, que era mesmo por cima da capela, e da escola. Agora, não sei.

E com isto, quero dizer que eu, enquanto autarca do Concelho de Pombal, tenho de defender os interesses dos pombalenses e considero que seria muito mais estratégico para o nosso país que, avançando para um investimento desta dimensão, se calhar, pudesse ter uma estação única no centro de Portugal, aproveitando aquilo que é o privilégio, do ponto de vista das acessibilidades, do nosso eixo rodoferroviário, porque temos duas linhas ferroviárias, temos duas autoestradas, temos o IC8, temos o IC2, e poderíamos aproveitar este nosso posicionamento estratégico no contexto da região e do país para podermos ter aqui alguma centralidade a esse nível. Infelizmente, não foi essa a opção. Mas, isto é a minha opinião pessoal, enquanto autarca.

Agora, eu, enquanto autarca, aquilo que eu gostava era que houvesse investimento efetivo, e o mais rápido possível, na modernização da Linha do Oeste, para a tornar mais competitiva, para as empresas, as famílias e as pessoas, naturalmente, poderem usufruir daquela Linha poder ajudar a desenvolver todas as freguesias que nós temos na zona oeste do nosso concelho, da região e do país.



MUNICÍPIO DE POMBAL

E uma Linha do Oeste dinâmica, atrativa, com ligação ao Porto da Figueira da Foz, e com ligação a sul, naturalmente é uma mais valia, e estamos empenhados em que isso se concretize. Mas, essa deveria ser uma prioridade estratégica para o nosso país, e uma estratégia a curto prazo, tal como a Linha do Norte, que deveríamos aumentar a sua competitividade, nomeadamente aumentando aquilo que é o número que nós temos à nossa disposição, de comboios, porque, infelizmente, não temos o número de comboios, nem em horários que sejam compatíveis com um aumento da atratividade da linha, para o uso diário. E isso, se calhar, também era importante que fosse tido como uma prioridade. E depois, se quisessem pensar em altas velocidades, poderiam pensar.

Estrategicamente, para o nosso país, também acho que uma linha de alta velocidade, seria muito mais importante para o nosso país no contexto em que vivemos, até a nível internacional, nós termos uma ligação à Europa. Creio que seria a prioridade, mas não fui eleito para essas funções, nem para esses pensamentos. Preocupo-me com o nosso concelho, trabalho muito pelo nosso concelho, e do ponto de vista daquilo que são as acessibilidades do nosso concelho, estamos empenhados, com a Infraestruturas de Portugal, em melhorar o mais rapidamente possível o IC2, em melhorarmos a Estrada Nacional 109, a melhorarmos a linha ferroviária do Oeste, porque isso são investimentos que têm efetivo retorno para o nosso território.

Relativamente ao Daniel Ferreira, esse reconhecimento ao trabalho desenvolvido nas Eco Escolas é verdadeiramente importante, porque este trabalho de sensibilização ambiental que é feito nestes escalões mais jovens tem um impacto muito positivo no futuro, e sobretudo naquilo que é a formação de novas gerações, com um pensamento cada vez mais ecológico, e com a preocupação de terem comportamentos sustentáveis em termos ambientais. E esse trabalho é feito pelo Município de Pombal, há vários anos, e merece esse reconhecimento. E nós agora voltámos a ser reconhecidos como o concelho com maior número de Eco Escolas, e isso é fruto do trabalho dos nossos técnicos, da Eng.ª Catarina da Unidade de Ambiente e, muito importante, dos professores que estão nas escolas e que se empenham em liderar os vários projetos que, depois, são implementados no âmbito das Eco Escolas, também com o apoio das Juntas de Freguesia, que também estão muito motivadas no Eco Freguesias, e que também percebem que é a trabalhar em ecossistema, todos com o mesmo objetivo, que nós vamos criar um meio ambiente melhor no futuro, para as novas gerações.

Relativamente ao João Santos e à questão da Marlene, eu fui muito claro na minha intervenção. Se viu o Região de Leiria hoje, vê a reportagem, e pode ver aquilo que foram as declarações do Presidente do Politécnico de Leiria eleito, e os receios que gravitam em torno dessas declarações, porque, por um lado, diz que o núcleo de formação de Pombal e Torres Vedras vai ser alvo de uma avaliação, para perceber se tem continuidade, ou não – portanto, está afirmado. E da residência de estudantes, é afirmado que as residências de estudantes serão prioritárias – não sei se o termo é este – serão consideradas – e eu espero que não apenas, mas serão consideradas as residências de estudantes nos locais onde haja ensino superior consolidado.

E, portanto, isso faz com que os nossos receios, os receios que gravitam, nos deixem preocupados.

E deixa-me mais preocupado perceber que, estrategicamente, não estamos alinhados, todos os agentes políticos, que o Politécnico de Leiria, pela sua dimensão, pela sua atratividade, por aquilo que é o impacto que tem no território, ligação às empresas, o



MUNICÍPIO DE POMBAL

número de estudantes, a ligação ao desenvolvimento económico-social da nossa região, o compromisso que temos em conjunto, que seja – eu tenho que usar o melhor termo, porque eu acho que aquilo a que assistimos, politicamente, é muito relevante, porque um simples voto de congratulação pela visão de implementação regional do Politécnico de Leiria, onde Pombal quer ter um papel liderante no desenvolvimento de uma instituição de ensino superior no contexto de uma região, poder ser posto em causa por uma pequena manifestação de voto, num voto de congratulação, que é um voto de congratulação que é inócuo do ponto de vista político, mas que tem muita importância no contexto de afirmação de uma ambição concelhia, de querermos ter um núcleo de formação cada vez mais fortalecido no nosso concelho, e isso, creio que não é um bom contributo.

São leituras diferentes, eu faço a minha, e não vou partilhar a leitura que eu faço relativamente à vossa posição. Agora, não posso deixar de dizer que, enquanto Presidente de Câmara, que coloco o Politécnico de Leiria, e tudo aquilo que pode ser o potencial de envolvimento do nosso concelho na estratégia de desenvolvimento do Politécnico de Leiria, na ligação às empresas, ao tecido social, e a tantas dinâmicas, que possa ficar em causa, ou que possa ser posto em causa, neste momento, por uma determinada votação, mas isso é a minha perceção, são leituras diferentes, como vocês disseram.

Quando vocês falam que é preciso ter estratégia, que é preciso ter prioridades, esta é uma estratégia, esta é uma prioridade, nós queremos mais investigadores no nosso território. Nós já tínhamos o compromisso de poder ter licenciaturas em áreas diferenciadoras no nosso território, ter pós-graduações, ter formações avançadas, especificamente para reconversão profissional de certas classes de trabalhadores, relacionando com necessidades do nosso tecido empresarial. E essa era a estratégia de nós termos aqui mais massa crítica, de nós termos aqui mais capital de desenvolvimento do nosso território, associando aquilo que é a realidade das nossas empresas, que hoje já investem muito ao nível da investigação, com o ensino superior de qualidade, de referência. E isso é um edifício que se vai construindo, e nós ainda estamos só nos pilares e era importante que quiséssemos construir pilares fortes.

E por isso, quando falam em prioridades, em estratégia, esta, sim, é uma prioridade e é uma estratégia, que eu julgava, sinceramente, que era unânime, e que era partilhada por todos.”

Ponto n.º 2.2. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a 2ª Alteração Modificativa ao Orçamento de 2022 e GOP's 2022/2026.

Foi presente à Assembleia a proposta da Câmara Municipal sobre o assunto em epígrafe, que a seguir se transcreve:

“2.7.1. 2ª Alteração Modificativa ao Orçamento de 2022 e GOPs 2022/2026

Foi presente à reunião a informação n.º 37/DAFM/22, da Divisão de Administração e Finanças, datada de 20-09-2022, que a seguir se transcreve:

"Assunto: 2ª Alteração Modificativa ao Orçamento de 2022 e GOPs 2022/2026

1. Enquadramento



MUNICÍPIO DE POMBAL

Nos termos da NCP 26 (Norma de Contabilidade Pública), anexa ao SNC-AP (Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas) aprovado pelo DL 192/2015 de 11 de setembro, conjugado com o ponto 8.3.1 do POCAL (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais) que se manteve em vigor com a entrada em vigência do SNC-AP a 01 de janeiro de 2020, o orçamento e os planos plurianuais podem ser objeto de alterações modificativas, que se traduzem em revisões, quando se altera o seu valor global e/ou se inclui ou se anulam projetos inscritos nos planos, ou em alterações permutativas, quando se reforça ou diminui as dotações por contrapartida de outras dotações, sem alterar o valor global do orçamento.

Este é um dos poderes dos órgãos das autarquias, consagrado no princípio da autonomia financeira, estabelecido no Artº 6º da Lei 73/2013 de 03 de setembro.

2. Fundamentação para a alteração modificativa ao Orçamento Municipal

A alteração proposta tem dois fundamentos principais:

2.1. Ajustar as estimativas de despesas das obras de maior dimensão à execução real de 2022, procedendo à respetiva redução de receitas de financiamento comunitário e do empréstimo bancário.

Para além de um “natural” atraso que surge na execução deste tipo de obra devido ao maior número de situações imprevistas que devem ser geridas, verificou-se dificuldades acrescidas, fruto da conjuntura mundial. Dificuldades na aquisição de materiais e matérias-primas por parte dos empreiteiros, por um lado, e dificuldades na abertura de procedimentos, que ficavam desertos ou a custos proibitivos obrigando à reformulação dos projetos.

Em suma por conta deste fundamento, propõe-se a seguinte alteração:

- Redução global da receita: Eur. - 4.167.787,00;*
- Diferimento de despesa para 2023, por conta de obras de grande dimensão: Eur. - 4.243.000,00.*

2.2. Reforçar a dotação das Despesas sem plano de Bens e Serviços, também designadas “despesas correntes”, devido à inflação invulgar registada em 2022 e ao aumento do custo da energia. Este reforço será feito por contrapartida da redução das GOPS, adiando uns meses a execução de vários investimentos do PPI.

Em suma por conta deste fundamento, propõe-se a seguinte alteração:

- Aumento da dotação das Despesas sem plano: Eur. 2.240.000,00;*
- Redução dos investimentos no PPI: Eur. - 2.164.787,00.*

3. Conclusão

O reforço de dotação no Orçamento da Despesa sem plano e a redução no Orçamento da Receita, foram devidamente suportados através de uma redução operada em rubricas do PPI. Resultado dessa alteração modificativa, o Orçamento Global do Município passou a ser de Eur. 57.217.357,32.

4. Proposta

Para se proceder de acordo com o que é exigido nos pontos anteriores impõe-se que proceda-se, em conformidade com a NCP 26 do SNC-AP conjugado com os pontos 8.3.1 e 8.3.2 do POCAL, à aprovação da:

- a) Alteração Orçamental Modificativa ao Orçamento 2022, e;*
- b) Alteração Orçamental Modificativa às Grandes Opções do Plano 2022-2026.*

4.1. A alteração modificativa consubstancia-se:



MUNICÍPIO DE POMBAL

- a) Do lado do Orçamento da Receita para 2022, em reduzir o seu valor global em Eur. 4.167.787,00, de acordo com o respetivo mapa anexo;
- b) Do lado do Orçamento da Despesa para 2022, em reforçar a despesa corrente não inscrita nas Grandes Opções do Plano, assente nas rubricas identificadas no mapa em anexo, no valor total de Eur. 2.240.000,00;
- c) Do lado das Grandes Opções do Plano 2022-2026, em reduzir o valor global do PPI em Eur. 6.407.787,00, de acordo com o respetivo mapa anexo.

4.2. É da competência da Assembleia Municipal, autorizar a Alteração Modificativa (anterior revisão nos termos do POCAL) na moldura que define a alínea a) do n.º 1 do Artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

4.3. Termos por que se impõe, pondere o Órgão Executivo:

a) Deliberar, nos termos da alínea c) do n.º 1 do Artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submeter ao Órgão Deliberativo, a referida Alteração Modificativa, em conformidade com a competência prevista da alínea a) do n.º 1 do Artigo 25.º da referida Lei 75/2013;

b) Deliberar solicitar à Assembleia Municipal a aprovação da respetiva parte de ata por minuta, para efeitos de imediata execução."

A Câmara deliberou, por maioria, com dois votos contra, dos Senhores Vereadores do Partido Socialista, remeter a presente deliberação à Assembleia Municipal, para efeitos de autorização da 2ª Alteração Modificativa ao Orçamento de 2022 e GOPs 2022/2026, com o pedido da deliberação a tomar ser por minuta, para efeitos de imediata execução."

O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** perguntou se algum membro queria usar da palavra, tendo-se inscrito:

Marlene Matias (PS):

"Muito rapidamente, a Bancada do Partido Socialista vai votar contra. A razão do nosso sentido de voto prende-se essencialmente com o facto do reforço da despesa corrente ser feito à custa do adiamento de investimentos.

Pombal precisa de investimento – é verdade, Pombal precisa de investimento, e muito – mas, pelos vistos, o Executivo não entendeu que o investimento era prioritário, porque optou por alocar, ou por adiar o investimento para reforçar o Orçamento.

E, portanto, podia ter optado, na nossa opinião, por outras rubricas – olhe, por exemplo, a crescente adjudicação de planos, estudos e serviços que grassam na informação do Presidente; mas, não, foi mesmo investimento.

Pombal é um concelho adiado, sem dúvida."

Luís Couto dos Santos (OI):

"Ora, sobre a questão do Orçamento, e desta alteração, como nós já sabemos, isto é um ato corrente ao longo do ano – ou seja, o Orçamento é uma ferramenta que se utiliza exatamente para readaptar.

É também de recordar que, ao contrário de outra Oposição, nós aprovámos o Orçamento inicial, com as linhas diretivas, ou as linhas de direção do Orçamento, em termos de prioridade de investimento, que foi sufragado nas últimas eleições autárquicas. Numa primeira alteração, votámos contra, porque não incluiu nenhuma das nossas sugestões, relativamente à questão da alteração do Orçamento, e aqui, temos também de notar algumas coisas interessantes, de opções deste Executivo.

A primeira tem a ver com a forma como o Orçamento foi realizado para este Executivo, que ao contrário do histórico do PSD nos últimos anos, tinha normalmente uma



MUNICÍPIO DE POMBAL

abordagem muito mais conservadora no documento inicial, neste ano foi muito mais ambicioso, em termos do Orçamento inicial, ou da proposta, quer em termos de Plano de Atividades Municipais, quer em termos do PPI, e que agora, naturalmente, se está a fazer o inverso.

Historicamente, o que acontecia é que se ia incrementando a receita, e naturalmente a despesa, ao longo do ano, em termos de ferramenta. É uma escolha de estilo, ou de forma de abordagem. No entanto, eu compreendo perfeitamente que agora estamos a fazer o inverso, que é, obviamente, readaptar os números à realidade.

Obviamente que as grandes questões que aqui se colocam, e que com algumas não posso concordar, têm a ver, naturalmente, com que não há alteração do Plano de Atividades Municipal, em termos de redução de despesa, mas sim em sede de PPI – em termos de redução, estamos a falar de cerca de 6.500.000,00 €, mais coisa, menos coisa, em termos de investimento.

Historicamente, e tendo em conta que esta é uma Câmara do PSD, ao longo dos últimos trinta anos – e pelo menos na última década, mais ou menos – o que aconteceria é que nós, normalmente, em termos de despesa realizada, andávamos à volta dos 16.000.000,00 €, 17.000.000,00 €, em média, de ano para ano. Com esta alteração, preocupa-nos, naturalmente, que esta despesa vá – vamos apontar aqui, à volta de 13.000.000,00 € de investimento. É uma descida substancial na capacidade de execução. Compreendemos, naturalmente, que há situações extraordinárias relativamente a esta revisão, que têm a ver com a inflação e com os custos de aumentos de energia, que têm um impacto necessário dentro do vosso Orçamento – e daí a questão da conversão. Compreendemos isso. No entanto – e essa é que é a questão aqui que nos divide bastante, que é nomeadamente – e vamos dar aqui alguns exemplos, em termos gerais: eu compreendo que a vossa opção foi optar por um Bodo, no voltar à atividade, em termos de investimento em atividades de atração e de visibilidade. Em termos de receita do Orçamento, nós temos cerca de 207.000,00 € para o Bodo, incluindo a Corrida do Bodo, mais 6.000,00 €, daria 213.000,00 €.

À data de hoje, ainda não sei quanto é que realmente custou o Bodo, face ao planeamento. É óbvio que eu entendo as vossas prioridades; obviamente que fico preocupado se há uma grande divergência face ao que estava inicialmente planeado, Orçamento esse que nós votámos a favor. E a questão aqui que nos diverge é que numa situação de crise económica, de aumento substancial de custos energéticos, que tem um impacto tremendo no Orçamento de Estado, que não se priorizem ações que são estruturantes e que podem ter um impacto no desenvolvimento do concelho, nomeadamente as zonas industriais – que nós andamos sempre a bater nesta questão, e ainda não está claro para nós, ainda não foi respondido se o alargamento da zona industrial da Guia – obrigado pelo esclarecimento relativamente aos terrenos, mas se vai haver candidatura a financiamento comunitário, ou não, ou se a Câmara vai ter a coragem – e nós já dissemos que estamos aqui ao vosso lado, se for necessário – mas, se há essa intenção.

Senhor Presidente, a questão é a seguinte: se houver intenção de candidatura a financiamento, tem um modelo de desenvolvimento e de implementação; se não houver, e se não houver coragem em termos de priorizar este investimento, obviamente que tem outro prazo de implementação. São opções. Eu compreendo as vossas, e respeito as vossas, mas posso dizer que, obviamente, nos colocamos com alguma apreensão relativamente às vossas prioridades, com as quais não me consigo alinhar.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Esta alteração ao Orçamento é natural, ou seja, era expectável, face ao contexto económico. Mas, numa situação de crise, naturalmente, a questão das prioridades – como diz aqui o Senhor Presidente – preocupa-nos que as prioridades sejam, em termos práticos, mantendo o Plano de Atividades Municipal, e obviamente aqui a transição de despesa do PPI para despesa corrente, em termos de adjudicações diretas e de algumas obras necessárias a serem realizadas.

Portanto, é só nesta questão de opções estratégicas. E, obviamente, é perfeitamente compreensível que nós não possamos votar esta alteração, não recusando, obviamente, a necessidade de o fazer, principalmente a questão do nível de execução da despesa, que tem a ver com o cumprimento necessário de 85%, que isso depois poderia colocar, a longo prazo, uma situação crítica financeira da própria Câmara Municipal. No entanto, obviamente que compreendemos esta alteração de ferramenta.

Esperamos que nas próximas revisões de Orçamento – que ainda poderá haver mais algumas até ao final do ano – os preços de custos de energia tenham aqui alguma descida de custo, em termos de negociação – como o próprio Vereador Navega já disse, está em processo de negociação dos novos contratos – e esperemos que isto seja um reequilibrar das contas.

Para finalizar, era só a questão de que nos preocupa o nível de execução de obra no concelho.”

Renato Guardado (PPD/PSD):

“Ora, aproveitando também aqui, sobre este ponto, para fazer uma intervenção, e não posso deixar de fazer esta intervenção sem fazer referência às intervenções que me antecederam, nomeadamente da Marlene Matias, por parte da Bancada do Partido Socialista, e do Luís Couto, por parte do Oeste Independente.

E, portanto, dizer aqui uma coisa: eu resumo a intervenção da Marlene a “isto é mau, e vamos votar contra, porque estão a tirar dinheiro de investimento e estão a colocar em despesas correntes”. Grosso modo, é isto.

A intervenção do Luís Couto refere que estamos num contexto económico difícil; ainda assim, voto contra porque estão a retirar dinheiro de investimento para despesa corrente. Portanto, é no mesmo sentido. Então, retiro o que disse sobre isto, não ouvi atentamente. Peço desculpa, Luís.

Indo ao que importa, eu acho que nós não vivemos num sítio isolado, em Pombal; Pombal está num país, que está numa União Europeia, que está no mundo, em que há um contexto de guerra, e não basta referir isto, e passar depois por cima, como se isto não tivesse impacto.

Eu chamo a vossa atenção para um artigo que vinha esta semana no Expresso, no primeiro caderno, que um amigo partilhou comigo, onde, entre outras coisas, se referia à Associação Nacional de Municípios e à intervenção que esta está a ter juntamente ao Governo, por causa desta questão. Entre várias coisas, falavam, e cito, que há autarquias com aumentos de custos de eletricidade na ordem dos 650%. Em Mafra, por exemplo, o Presidente de Câmara que presta estas declarações está a deparar-se com um aumento do custo de energia na ordem dos 500%. A solução para algumas Câmaras, dizia ele, é desviar dinheiro de investimento para despesas correntes.

Depois, mais à frente, no mesmo artigo, a Associação Nacional de Municípios, na pessoa da sua Presidente, referia que – e atenção, estamos a falar de Luísa Salgueiro, Presidente da Câmara de Matosinhos, do Partido Socialista, insuspeita nesta matéria, ou seja, não



MUNICÍPIO DE POMBAL

estou a puxar de um caso partidário do Partido Social Democrata, é do Partido Socialista – onde refere que há obras a ficarem desertas, há orçamentos a ir para o dobro do inicial, no que toca a obras, e isto advém do aumento de matérias-primas, escassez de mão de obra, e tudo o mais.

E portanto, sobre isto – e aqui, cito mesmo: “A Associação Nacional de Municípios, na pessoa da sua Presidente, Luísa Salgueiro, pede ao Governo que olhe para as autarquias como olhou para as famílias, e que adote medidas que auxiliem a gestão municipal, neste momento tão difícil para a nossa vida coletiva.”

A Associação Nacional de Municípios faz ainda uma proposta, em que o aumento de receita que o Estado tem com o aumento da despesa nesta proporção, cria um aumento de IVA, em que eles próprios referem que seja acedido pelo Governo que seja reduzida esta taxa de IVA na eletricidade das autarquias.guardo com muita expectativa o Orçamento de Estado, relativamente a esta matéria.

E agora, exatamente por isto, porque este é o nosso contexto. E agora, não basta dizer que o Orçamento reduziu e que a Câmara está a fazer menos investimento; é preciso ver onde é que reduziu, para percebermos se este contexto nos está a afetar, ou não. Chamo a atenção para as obras de onde este valor é retirado:

- Requalificação da Zona de Interface de Transportes, revisão, menos 800.000,00 €. Ora, foi um projeto que foi a concurso, ficou duas vezes deserto, e num valor proibitivo, já sem parte do projeto, de 3.700.000,00 €. E portanto, acho que é de elementar bom senso que, independentemente do financiamento, não se desbarate dinheiro a fazer obras num contexto absolutamente proibitivo.*
- Requalificação Urbana da Várzea: como sabemos, os trabalhos decorrem, e há algumas negociações ainda a decorrer, e portanto, há aqui um atraso na obra, no volume de 1.200.000,00 €, que temos aqui uma questão de 150.000,00 € de orçamento que é retirado.*
- E depois, temos o grosso do bolo desta revisão orçamental, que tem a ver com as obras de saneamento, que temos aqui mais de 2.000.000,00 € no conjunto de obras de saneamento que vão passar para o ano que vem – tanto a receita, como a despesa, a receita no que toca ao crédito, que é o que o Município contratualizou e que nós aprovámos nesta Assembleia, como a própria despesa. E naturalmente, o Município tem todo o interesse em fazer a obra. Agora, se as empresas não conseguem contratar, se não conseguem ter os materiais, se não conseguem dar andamento à obra, é evidente que é de elementar bom senso também que só se contrate o orçamento no ano que vem, e só se faça a despesa no ano que vem.*

E, portanto, esta revisão orçamental não tem nada a ver – como o Luís dizia – com uma questão de opção, e depois sub-repticiamente fala-se aqui na questão do Bodo, como se fosse absolutamente relevante.

Eu confesso, não consigo perceber a fixação sobre a questão do Bodo, eu acho que é a prova contundente de que foi um evento fantástico, porque a única coisa a que a Oposição se agarra é às despesas das Festas do Bodo, quando falamos das Grandes Opções do Plano – estamos a falar de 5.000.000,00 € de revisão, estamos a falar desta questão das obras, estamos a falar deste contexto nacional. E vem o assunto das Festas do Bodo.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Para concluir, não vamos olhar para os papéis só de uma forma superficial, e vamos olhar para o valor que vai ser retirado deste Orçamento, onde é que ele vai ser retirado, e porquê e este “porquê”, vamos contextualizá-lo. Ora, com este contexto, com esta evidência que está nos documentos, de onde é retirado o valor, acho que a conclusão é evidente. Isto é uma questão de contexto, e não uma questão de ineficiência da autarquia, como tentam fazer passar a mensagem.

Muito obrigado.”

João Pimpão dos Santos (Presidente J.F. Meirinhas, PPD/PSD):

“Senhor Presidente, às vezes nós perdemo-nos a olhar para a árvore, e não olhamos para a floresta. O Município de Pombal, neste momento, tem dos maiores volumes de obras de saneamento em curso. É preciso procurar bem para ver o número total de valor de obras em saneamento. O Município, neste momento, tem cerca de 34.000.000,00 € em obras em curso, 34.000.00,00 0€ em obras em curso é superior a muitos Orçamentos de muitas Câmaras juntas.

Estarmos aqui a discutir as eventuais Festas do Bodo e os 250.000,00 €, realmente estamos a falar de cliques, quando comparados com os 34.000.000,00 € de obras em curso, sendo o grande valor em obras de saneamento, que são obras muito exigidas pela nossa população, são obras muito necessárias para o bom tratamento dos efluentes e para a sustentabilidade e a biodiversidade do nosso concelho, que interessa preservar.

Por isso, Senhor Presidente da Câmara, os 34.000.000€ de obras em curso que continuem em bom ritmo, como nos têm dado, gosto de o ver nas obras, gosto de o ver a trabalhar muito, como tem feito, e siga em frente, que vai muito bem.”

Colocada a votação a proposta da Câmara sobre a 2.ª Alteração Modificativa ao Orçamento de 2022 e GOPS 2022/2026, foi a mesma aprovada por maioria, com seis votos contra do Partido Socialista e um voto contra do Oeste Independente.

Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto n.º 2.3. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Proposta de 3.ª Alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Pombal para o ano de 2022 e de abertura de procedimentos concursais comuns.

Foi presente à Assembleia a proposta da Câmara Municipal sobre o assunto em epígrafe, que a seguir se transcreve:

“2.13.1. Proposta de 3.ª Alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Pombal para o ano de 2022 e de abertura de procedimentos concursais comuns

Foi presente à reunião a informação n.º 1119/DGDRH/22, da Divisão de Gestão e Desenvolvimento de Recursos Humanos, datada de 07-09-2022, que a seguir se transcreve:

“Assunto: PROPOSTA DE 3.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE POMBAL PARA O ANO DE 2022 E DE ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS COMUNS CONDICIONADA A DECISÃO DOS ÓRGÃOS MUNICIPAIS Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal,



MUNICÍPIO DE POMBAL

Considerando:

I. O Mapa de Pessoal do Município de Pombal para o ano de 2022, originalmente aprovado por deliberações da Câmara Municipal, proferida em reunião celebrada em 10 de dezembro de 2021, e da Assembleia Municipal, proferida em sessão celebrada em 20 de dezembro de 2021 e alterado por ocasião de reestruturação da estrutura orgânica interna dos Serviços Municipais, cuja proposta foi aprovada em sede de reunião da Câmara Municipal, celebrada em 16 de fevereiro de 2022 e de sessão da Assembleia Municipal, celebrada em 23 de fevereiro de 2022;

II. A primeira alteração entretanto operada no referido Mapa de Pessoal, por deliberações da Câmara Municipal de 13 de abril de 2022 e da Assembleia Municipal de 26 de abril de 2022, e a segunda, por deliberações da Câmara Municipal de 23 de junho de 2022 e da Assembleia Municipal de 29 de junho de 2022; e

III. O estabelecimento do quadro de transferência de competências para as autarquias locais e a concretização dos princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local, pela Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, IV. Considerando relativamente às competências transferidas, em concreto, no domínio da educação:

- a) A concretização, pelo Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, da transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da educação;*
- b) A definitiva transferência de todas as competências previstas naquele Decreto-Lei para as autarquias locais, a partir do dia 1 de abril do corrente ano;*
- c) A previsão nos mapas de pessoal das câmaras municipais dos postos de trabalho do pessoal não docente dos agrupamentos de escolas da rede escolar pública do Ministério da Educação (trabalhadores com vínculo de emprego público da carreira subsistente de chefe de serviços de administração escolar e das carreiras gerais de assistente técnico e de assistente operacional), localizados nos respetivos territórios, necessários ao respetivo funcionamento, nos termos do n.º 1 do artigo 42.º do Decreto-Lei n.º 21/2019;*
- d) Por força do disposto no n.º 7 do artigo 43.º do mesmo Decreto-Lei n.º 21/2019, a produção de efeitos da transição dos trabalhadores mencionados no ponto anterior para o Mapa de Pessoal do Município de Pombal com a publicação da lista nominativa dos referidos trabalhadores na 2.ª série do Diário da República, n.º 62, de 29 de março de 2022, através do Despacho n.º 3689/2022;*
- e) A integração, por essa ocasião, dos 199 postos de trabalho ocupados por aqueles trabalhadores dos agrupamentos de escolas de educação Pré-Escolar (PE), dos Ciclos do Ensino Básico (1.º, 2.º e 3.º CEB), e do Ensino Secundário e Profissional do concelho de Pombal, Agrupamento de Escolas Gualdim Pais (AEGP), Agrupamento de Escolas de Guia (AEG) e Agrupamento de Escolas de Pombal (AEP), na coluna 'Outras Situações' do Mapa de Pessoal do Município de Pombal em vigor;*
- f) As alterações desde então ocorridas nos três agrupamentos de escolas, a saber: vacatura de 14 lugares de Assistente Operacional, em regime de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo; de 2 lugares de Assistente Operacional, em regime de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo incerto, de 4 lugares de Assistente Operacional, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado e de 1 lugar de*



MUNICÍPIO DE POMBAL

Assistente Técnico, em regime de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo incerto, e exercício de funções no Município de Soure, a partir do dia 07-09-2022, por uma assistente operacional, ficando o respetivo lugar vago apenas quando se verificar a conclusão com sucesso do respetivo período experimental;

g) A manutenção de duas situações de licença sem remuneração de longa duração de 1 assistente técnica e de 1 assistente operacional;

h) Por conseguinte, o pessoal não docente dos referidos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, num total de 175 trabalhadores, vinculados por tempo indeterminado e distribuídos, à data, da seguinte forma, por Agrupamento: AEGP (1 coordenador técnico (carreira geral), 6 assistentes técnicos (carreira geral), 1 encarregado operacional (carreira geral) e 36 assistentes operacionais (carreira geral)), AEG (7 assistentes técnicos (carreira geral), 1 chefe de administração escolar (carreira subsistente), 1 encarregado operacional (carreira geral), em regime de mobilidade, e 30 assistentes operacionais (carreira geral)) e AEP (1 coordenador técnico (carreira geral), 13 assistentes técnicos (carreira geral) e 78 assistentes operacionais (carreira geral)); e

i) Por motivo, designadamente de recrutamento, a necessidade de se proceder, desde já, ao devido enquadramento dos postos de trabalho nas colunas 'Postos de trabalho ocupados' ou 'Postos de trabalho por ocupar', 'Por tempo indeterminado', 'A termo resolutivo certo ou incerto', 'Mobilidade' ou 'Comissão de serviço' do Mapa de Pessoal do Município de Pombal em vigor, V. Considerando relativamente às competências transferidas, em concreto, no domínio da ação social:

a) A concretização, pelo Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, da transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da ação social;

b) A definitiva transferência de todas as competências previstas naquele Decreto-Lei para o Município de Pombal, a partir do dia 1 de abril do corrente ano;

c) As referentes ao serviço de atendimento e de acompanhamento social (SAAS) e aos acordos de inserção;

d) A Portaria n.º 63/2021, de 17 de março, referida no n.º 2 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 55/2020, no âmbito da qual se encontram regulamentadas as competências de assegurar o SAAS e de elaborar os relatórios de diagnóstico técnico e acompanhamento e de atribuição de prestações pecuniárias de caráter eventual em situações de carência económica e de risco social, previstas nas alíneas a) e e) do n.º 1 do artigo 3.º e no artigo 10.º do referido Decreto-Lei, e os termos de operacionalização da respetiva transferência para as câmaras municipais;

e) A Portaria n.º 65/2021, de 17 de março, referida no n.º 2 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 55/2020, a qual estabelece os termos de operacionalização da transição de competências em matéria de celebração e acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários do rendimento social de inserção (RSI) para as câmaras municipais, tendo em consideração o disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 3.º e no artigo 11.º do referido Decreto-Lei;



MUNICÍPIO DE POMBAL

f) De acordo com o n.º 4 do artigo 10.º e o n.º 3 do artigo 11.º, ambos do Decreto-Lei n.º 55/2020, a possibilidade de contratualizar com instituições particulares de solidariedade social (IPSS) ou equiparadas, as competências previstas no n.º 1 daquele artigo 10.º e no n.º 1 daquele artigo 11.º;

g) A caducidade dos acordos e protocolos vigentes à data de entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 55/2020, por força deste, no fim do prazo inicial neles estabelecidos ou na data da sua renovação (n.º 1 do respetivo artigo 15.º);

h) No final do prazo que naqueles termos ocorrer, a opção de cada município em exercer diretamente as competências anteriormente objeto de acordo ou protocolo ou em celebrar novo acordo ou protocolo de colaboração (n.º 2 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 55/2020);

i) O exercício das competências referidas no ponto V. alínea c) da presente informação, até à sua transferência para o Município de Pombal, por três técnicas superiores com formação na área de serviço social, uma das quais pertencente ao Mapa de Pessoal do Instituto da Segurança Social, I.P. (ISS, I.P.) e as outras duas ao abrigo de protocolos de colaboração entre o referido Instituto e as IPSS Associação de Pais e Educadores para a Infância (APEPI) e Cáritas Diocesana de Coimbra;

j) Concluído o processo de transferência daquelas competências, entre outras, para o Município de Pombal, a manutenção da afetação da primeira técnica ao Mapa de Pessoal do ISS, I.P., deixando a mesma de exercer as competências e passando a exercer outras, e a celebração de protocolos de colaboração entre o Município de Pombal e as IPSS, APEPI e Cáritas Diocesana de Coimbra (deliberações da Câmara Municipal, de 13 de abril de 2022, e da Assembleia Municipal, de 26 de abril de 2022), de modo a ficar assegurada a continuidade do exercício das competências por parte das duas técnicas superiores que já as vinham exercendo ao abrigo de similares protocolos de colaboração;

k) Apesar de garantido o acompanhamento a esse nível, pelo período de um ano, renovável por sucessivos períodos de um ano, até ao limite do mandato dos órgãos autárquicos, a informação n.º I-000048/DDSS18/22, de 22-08-2022, subscrita pelo Chefe da Divisão de Desenvolvimento Social e Saúde, Dr. Rui Romão Lino, relacionada à presente informação, no âmbito da qual se encontra proposta a criação de dois postos de trabalho de técnico superior, área de Serviço Social, na Unidade de Desenvolvimento Social, na modalidade de vínculo de emprego público a termo resolutivo; e

l) O parecer da Vereadora com o Pelouro dos Recursos Humanos, Dra. Catarina Pascoal Silva, exarado na referida informação, sugerindo a criação não de dois mas de três postos de trabalho naquela carreira / categoria, unidade orgânica e modalidade de vínculo de emprego público,

VI. Considerando, quanto ao recrutamento no âmbito da transferência de competências, no domínio da educação:

a) A passagem para as câmaras municipais da responsabilidade de proceder ao recrutamento e seleção do pessoal não docente para exercer funções nos agrupamentos de escolas da rede escolar pública do Ministério da Educação, localizados nos respetivos territórios, nos termos previstos na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de



MUNICÍPIO DE POMBAL

20 de junho, na atual redação, de acordo com o n.º 2 do artigo 42.º do Decreto-Lei n.º 21/2019;

b) O facto de o recrutamento ser feito por procedimento concursal, cuja tramitação é regulamentada pela Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, alterada e republicada pela Portaria n.º 12-A/2021, de 11 de janeiro (n.º 2 do artigo 33.º e n.º 2 do artigo 37.º da LTFP);

c) Nos termos do n.º 1 do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, o cálculo do financiamento das despesas com o pessoal não docente de acordo com os encargos que resultam da aplicação dos critérios de afetação fixados pela Portaria n.º 272-A/2017 e sucessivas alterações, publicada, na sua versão consolidada, em Diário da República, a qual regulamenta os critérios e a respetiva fórmula de cálculo para a determinação da dotação máxima de referência do pessoal não docente, por agrupamento de escolas;

d) A determinação da regra geral de dotação máxima de referência dos assistentes técnicos para os agrupamentos de escolas, de acordo com o artigo 4.º da Portaria n.º 272-A/2017, pelo número de alunos do 2.º e 3.º ciclos dos ensinós básico e secundário do agrupamento;

e) Os critérios com base nos quais é fixada a dotação máxima de referência dos assistentes operacionais para os agrupamentos de escolas, previstos no artigo 3.º da Portaria n.º 272-A/2017: a tipologia dos edifícios escolares; as instalações desportivas; o regime de funcionamento; a prática de contratação de empresas para prestação do serviço de limpeza; o número de alunos; a oferta educativa / formativa; o centro de Apoio à Aprendizagem acolher a valência de ensino estruturado, no âmbito da educação inclusiva; o Centro de Apoio à Aprendizagem acolher a valência de apoio especializado, no âmbito da educação inclusiva; os territórios educativos de intervenção prioritária e as residências escolares;

f) A fórmula de cálculo dos assistentes técnicos e o ratio e fórmula de cálculo de assistentes operacionais a que aludem os artigos 6.º e 7.º da mesma Portaria n.º 272-A/2017;

g) A solicitação, via correio eletrónico, aos diretores dos três agrupamentos de escolas das dotações máximas de referência dos assistentes operacionais e dos assistentes técnicos, levada por estes Serviços a efeito, no dia 13 de julho de 2022;

h) A resposta ao solicitado pelo AEGP, através de emails datados de 25 de julho de 2022 e de 1 de setembro de 2022, subscritos pelo Senhor Adjunto da Diretora, Paulo Jorge Pinheiro;

i) As dotações máximas de referência dos assistentes técnicos e dos assistentes operacionais para aquele Agrupamento de Escolas, respetivamente de 7 e 43, não excedidas, portanto, nem num caso nem no outro, e o número de recursos para as completar de 0 assistentes técnicos e de 6 assistentes operacionais;

j) A resposta ao solicitado pelo AEG, através de email datado de 13 de julho de 2022, subscrito pela Senhora Adjunta da Direção, Anabela Sousa e de emails datados de 18 de agosto de 2022, subscritos pela Senhora Chefe de Serviços de Administração Escolar, Maria Júlia Gaspar;

k) As dotações máximas de referência dos assistentes técnicos e dos assistentes operacionais para aquele Agrupamento de Escolas, respetivamente de 8 e 36, não excedidas, portanto, nem num caso nem no outro, e o número de recursos para



MUNICÍPIO DE POMBAL

as completar de 0 assistentes técnicos e de 5 assistentes operacionais;
 l) A resposta ao solicitado pelo AEP, através de email datado de 17 de agosto de 2022, subscrito pelo Senhor Adjunto da Direção, Manuel António Rodrigues dos Santos;

m) As dotações máximas de referência dos assistentes técnicos e dos assistentes operacionais para aquele Agrupamento de Escolas, respetivamente de 12 e 74, excedidas, portanto, quer ao nível dos assistentes técnicos, em 2, quer ao nível dos assistentes operacionais, em 5; e

n) Sem prejuízo daqueles apuramentos, a manifestação das seguintes necessidades de recursos extra rácio: AEGP (2 assistentes técnicos, a tempo completo, 1 para substituição de trabalhadora em situação de ausência por baixa médica e 1 para fazer face a necessidades acrescidas de trabalho e 1 assistente operacional para substituição de trabalhadora a aguardar decisão de pedido de aposentação); AEG (3 assistentes operacionais, a tempo completo, para substituição de trabalhadora em situação de ausência por baixa médica, para substituição de trabalhadora a aguardar decisão de pedido de aposentação e para substituição de trabalhador a perfazer 70 anos de idade) e AEP (4 assistentes operacionais, a tempo parcial, para garantia do bom funcionamento do serviço e 5 assistentes operacionais, a tempo completo, para substituição de trabalhadoras em situação de ausência por baixa médica),

VII. Considerando, quanto ao recrutamento no âmbito da transferência de competências, no domínio da ação social:

a) A passagem para as câmaras municipais das competências previstas, designadamente nas alíneas a), e) e f) do n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto; e

b) A possibilidade de qualquer Município contratualizar com IPSS ou equiparadas o exercício dessas competências ou de as exercer diretamente,

VIII. E considerando, por fim:

a) No caso do Município de Pombal, a observância das regras de equilíbrio orçamental e o cumprimento dos limites de endividamento e das demais obrigações de sustentabilidade das respetivas finanças locais e a não verificação de qualquer condicionalismo ao recrutamento de novos trabalhadores;

b) O artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, e a transferência financeira relativa ao pessoal não docente das escolas, até ao momento, de 1 070 854, 96€ (informação fornecida pela Divisão de Administração e Finanças);

c) O disposto no n.º 6 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 55/2020, a publicação do Despacho n.º 9817-A/2021, na 2.ª série do Diário da República, n.º 196, de 8 de outubro de 2021, a que se refere o artigo 16.º do mesmo Decreto-Lei n.º 55/2020, contendo o mapa com os encargos anuais com as competências descentralizadas no âmbito da ação social relativos a acordos SAAS, protocolos acordos inserção RSI, subsídios eventuais e recursos humanos e a transferência financeira no que respeita a encargos com recursos humanos, até ao momento, de 9 795,55€ (informação fornecida pela Divisão de Administração e Finanças);



MUNICÍPIO DE POMBAL

d) De acordo com a informação prestada pelo Dr. Joaquim Alberto Gonçalves, Chefe da Divisão de Administração e Finanças, através de email datado de 7 de setembro de 2022, a dotação inscrita na rubrica orçamental 01010404 (recrutamento de pessoal para novos postos de trabalho) de 293 663,00€, para o recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho previstos e não ocupados no Mapa de Pessoal do Município de Pombal para o ano de 2022, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, tendo sido pago, até à presente data, 107 088,53€ e dotação inscrita na rubrica orçamental 01010604 (recrutamento de pessoal para novos postos de trabalho) de 100 874,00€, para o recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho previstos e não ocupados no Mapa de Pessoal do Município de Pombal para o ano de 2022, em regime de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo, tendo sido pago, até à presente data, 42 395,49€,

Propõe-se a V. Exa., caso concorde:

- 1. Para efeitos das competências estatuídas na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º e na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, e no n.º 4 do artigo 29.º da LTFP, conjugadas com a prevista na alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na atual redação, que a Câmara Municipal delibere submeter à aprovação da Assembleia Municipal, a terceira alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Pombal para o ano de 2022, no sentido da distribuição / criação dos postos de trabalho mencionados nas alíneas i) do ponto IV. e l) do ponto V. supra, em conformidade com o mapa apenso;*
- 2. Na condição de aprovação da terceira alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Pombal para o ano de 2022 e de autorização da Câmara Municipal, nos termos do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, a abertura de procedimentos concursais comuns para ocupação de sete postos de trabalho na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 57.º da LTFP, para assegurar necessidades urgentes de funcionamento dos serviços, pelo período máximo de um ano, incluindo renovações (n.º 3 do artigo 60.º da LTFP) e para ocupação de quatro postos de trabalho na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, em ambos os casos da carreira / categoria de Assistente Operacional - área de Auxiliar de Ação Educativa, para os Agrupamentos de Escolas Gualdim Pais, de Guia e de Pombal, de natureza externa, abertos a candidatos com e sem vínculo de emprego público previamente estabelecido;*
- 3. Na mesma condição, a abertura de procedimento concursal comum para ocupação de três postos de trabalho na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, nos termos da alínea h) do n.º 1 do artigo 57.º da LTFP, para fazer face ao aumento excepcional e potencialmente temporário da atividade, pelo prazo inicial de um ano, renovável, ao abrigo do disposto no artigo 60.º da LTFP, até ao limite dos três anos, da carreira / categoria de Técnico Superior - área de Serviço Social, para a Unidade de*



MUNICÍPIO DE POMBAL

Desenvolvimento Social, de natureza externa, aberto a candidatos com e sem vínculo de emprego público previamente estabelecido.

Propõe-se a V. Exa., por último, igualmente em caso de concordância, pedido de parecer ao Instituto de Gestão Financeira da Educação, I.P., quanto às necessidades extra rácio identificadas na alínea n) do ponto VI. da presente informação.

À consideração superior."

Junto à informação encontra-se a proposta de alteração ao mapa de pessoal, que se dá por integralmente reproduzida e que fica arquivada no respetivo serviço.

A Câmara deliberou, por unanimidade, submeter a 3.ª alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Pombal para o ano de 2022 à aprovação da Assembleia Municipal, bem como aprovar a abertura dos procedimentos concursais, nos termos propostos na informação supratranscrita."

Colocado este ponto a votação, foi o mesmo aprovado, por unanimidade e por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto n.º 2.4. Apresentação e discussão da proposta da Câmara sobre a assunção de encargos na área da Educação | Ano Letivo 2022/2023 – Para conhecimento.

O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** perguntou se alguém pretendia algum esclarecimento, tendo-se inscrito:

Carla Leitão (PS):

"Senhor Presidente, aqui no Ponto n.º 2.4, na pág. 13, temos um quadro referente às AEC's do ano letivo 2020/21. E olhando para o quadro, eu noto aqui algumas diferenças entre o valor previsto, o orçamentado, e o executado. Portanto, eu gostaria de saber, quando isto acontece, se são as entidades parceiras que assumem o valor, quando o executado passa o orçamento, ou se será o Município. E ao contrário, a mesma coisa, se quando o valor fica em sobra, quando o executado não iguala o orçamentado, se fica para a entidade – neste caso, as entidades parceiras são as Juntas. E noto aqui, em algumas situações, diferenças com valores que eu acho que têm uma diferença grande em relação ao orçamentado.

Para que estas e outras situações não aconteçam, eu penso (...) eu também gostaria de perguntar se sabem qual o valor final a ser distribuído pelos profissionais que asseguram este serviço, qual o valor que fica retido nas entidades parceiras, será que a contrapartida financeira que é entregue aos profissionais que asseguram a operacionalidade das AEC's é igual para todos, em todas as entidades parcerias, será que os serviços de educação do Município já realizaram este estudo, ou mais uma vez são meros intermediários na distribuição das contrapartidas financeiras das verbas provenientes superiormente.

Lanço-lhe assim este desafio de fazer este estudo, e de se comprometerem com as AEC's."

Carla Longo (Presidente J.F. Pombal, PPD/PSD):

"Ora bem, eu não podia deixar de fazer aqui uma pequena intervenção, porque, realmente, esta assunção de encargos na área da educação, e a sua delegação de



MUNICÍPIO DE POMBAL

competências nas Juntas de Freguesia, fez com que também nós, Juntas de Freguesia, aumentássemos imenso o nosso corpo de pessoal, graças à área da educação, e aumentássemos muito a nossa responsabilidade –responsabilidade essa que se reflete diretamente na população estudantil – no nosso caso, dos jardins de infância e do 1.º ciclo.

Esta assunção de encargos da educação tem sido tomada com muita proximidade, e traz-nos algumas observâncias e algumas preocupações, que penso que devem ser também preocupações do Município. Nós temos plena consciência de que pelo Estado Central, os encargos não estão a ser ressarcidos na sua devida envergadura. Isto preocupa-nos, porque, realmente, os recursos são muito escassos, e sabemos que os Municípios – inclusive agora com os encargos de que nós já ouvimos falar, sobre obras, sobre energia – não vão ter, se não for devidamente negociado, recursos financeiros suficientes para suprir estas necessidades.

Também em relação à intervenção da Carla, das AEC's, queremos que seja tido em conta que, realmente, as AEC's devem ser, na nossa opinião, feitas de uma forma mais inclusiva, onde nós também devemos contemplar nas AEC's os meninos com necessidades educativas especiais, e as especificidades dessas necessidades educativas especiais trarão, com certeza, de futuro, um caderno de encargos muito diferente. Nós temos observado um aumento extraordinário de número de meninos, na nossa freguesia, alunos com estas características, e este ano, tendo observado isso, e já tendo o concurso da nossa freguesia também a decorrer, consideramos que isto tem que ser observado com muita cautela. Não estava prevista a integração de tantos meninos com necessidades educativas especiais, e penso que o Município também deverá acompanhar esta situação com muita proximidade, para que os técnicos que vão ocupar estas áreas – tanto professores, como auxiliares, como assistentes operacionais das freguesias – tenham a capacitação suficiente para que, realmente, estas observâncias sejam acauteladas, e que tenhamos uma educação realmente inclusiva, precavendo todos estes casos.”

Humberto Lopes (Presidente J.F. Almagreira, PPD/PSD):

“Também nesta área, não podia deixar de intervir.

A Freguesia de Almagreira, desde que existe esta delegação de competências, assumiu esta parceria com o Município – e na minha opinião, e de outros colegas Presidentes de Junta, tivemos essa oportunidade também de o fazer aqui, já foi referido, a nível nacional, também esta reflexão, e Pombal assume-se na linha da frente também neste processo de descentralização. Não foi preciso haver nenhuma Lei para que o Município, já há vários anos para cá, tenha delegado, tenha confiado nas Juntas de Freguesia para acolher aqui uma série de atividades e de competências, para prestar este serviço de proximidade às nossas crianças e às nossas escolas. Encerrámos durante estes anos muitas escolas, criámos centros escolares, foi feito esse investimento a nível de edifícios – falta ainda, estou aqui a olhar para o Nelson, da Pelariga – mas, no fundo, os edifícios estão construídos. Agora, falta dar este enfoque nas pessoas e nos profissionais.

Só para dar estes números que estão aqui escritos, para que as pessoas percebam o investimento que está aqui em causa:

- *AEC's, 266.250,00 € de investimento;*
- *Atividades de Animação e de Apoio à Família, 587.150,00 €;*
- *Refeições do 1.º ciclo, 323.550,00 €;*



MUNICÍPIO DE POMBAL

- Transporte escolar, 203.500,00 €;
- Ação social, refeições, 385.350,00 €.

No total, temos aqui um investimento do Município de 1.765.800,00 €.

No fundo, este valor, gerido pelas freguesias, num processo de proximidade, tem sido uma mais valia, reconhecida pelas profissionais que trabalham diariamente nas nossas escolas – e é só perguntar a qualquer professor, a qualquer educadora, a qualquer auxiliar, e aos encarregados de educação principalmente, esta proximidade e este estar presente. Não tenho dúvida nenhuma de que este é o modelo – que tem que ser melhorado, como é óbvio, mas este é o modelo a seguir, porque de outra forma, é gerir isto a nível central – nós queixamo-nos sempre da centralidade do Estado perante os Municípios, e agora parece que queremos retroceder neste processo, para que seja o Município a tratar de todas as escolas. E depois, é preciso trocar uma fechadura, fazer qualquer coisa, e a Junta é que está lá.

Portanto, na minha opinião, está aqui mais do que claro – e queria dizer isto aqui, neste fórum, e à Câmara Municipal, no dia 12 estive cá o Secretário de Estado da Educação, António Leite, que frisou exatamente este exemplo de Pombal, de albergar todas estas áreas. Agora, como é óbvio, precisamos de melhorar, a questão das AEC's é um ponto com que nós há vários anos nos debatemos, por causa do horário, que está fechado pelo Agrupamento – ou seja, os horários das AEC's, não são as Juntas de Freguesia, nem é o Município, que os define. Como é óbvio, se for aquela AEC sempre àquela hora, possibilita um professor conseguir dar várias AEC's durante um dia, que não é muito bom, nem é apetecível esta atividade, ser professor de AEC. Temos de ser claros, já o dizemos isto há muitos anos, somos pela flexibilização de horário.

O que é que me preocupa aqui? É que neste processo de descentralização que está em curso – e que já foi referida aqui a passagem dos recursos humanos do Ministério da Educação para o Município, estamos a falar de assistentes operacionais – que este processo fosse mais simplificado, porque, no fundo, as Juntas de Freguesia aqui só são responsáveis pela componente não letiva. O que é que implica? Que as Juntas andem a tapar os buracos dos horários, para que um pai consiga colocar o seu filho às sete da manhã numa escola, e consiga ir buscá-lo às sete da noite. Ou seja, é este exemplo, todo o enquadramento tem que ser assegurado pela Junta de Freguesia, com todas as componentes que estão aqui vertidas.

É este alerta que eu faço ao Município também, e à Câmara, é que são valores que foram negociados há vários anos atrás, e que as Juntas, neste momento, subsidiam também estas atividades. Qualquer uma delas, as Juntas de Freguesia estão – como diziam aqui há bocadinho – a ir buscar recursos a outras atividades para injetar na educação. Mas, para nós – e eu falo por mim, pessoalmente – é um investimento na educação, e continuo a dizer isto mesmo, nós estamos a investir na educação.

Tenho dito.”

João Pimpão dos Santos (Presidente J.F. Meirinhas, PPD/PSD):

“Senhor Presidente da Câmara, com o pelouro da educação, nas AEC's, realmente o Município paga às Juntas de Freguesia, ou a quem faz as AEC's, o valor que é transferido pela DGEstE. As Juntas de Freguesia apresentam faturas, o que está estabelecido nos documentos, e a DGEstE depois transfere o dinheiro para a Câmara, que o transfere para as Juntas de Freguesia.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Sobre as AEC's, exceto aquilo que a colega de Pombal falou, pouco mais haverá a acrescentar, e também ao que o colega de Almagreira falou, relativamente à possibilidade de fazermos aqui uma gestão diferente dos horários.

Agora, Senhor Presidente, os encargos com as refeições, o Ministério da Educação tabelou 1,46€, que é a sua comparticipação, e não há memória da data deste despacho, há tanto tempo que foi. Nos últimos dez anos, eu não conheço uma alteração a este valor de 1,46€. A inflação disparou, como sabemos, nos últimos anos, e este valor não cobre, se não fosse a Câmara Municipal, os nossos meninos e meninas não tinham comida de qualidade, como têm, porque a Câmara faz o excelente serviço de participar todo o restante, até 2,62€.

Senhor Presidente, os 2,62 € já são curtos, já não comportam o custo por criança, por dia. No entanto, os contratos que todos temos permitem que este ano letivo decorra com normalidade e com tranquilidade.

Senhor Presidente, as Atividades de Animação e de Apoio à Família são geridas pelas Juntas de Freguesia, ou pelas entidades que fazem; no entanto, muitas das vezes somos confrontados com o direito à greve, com o direito à baixa, com o direito à falta. E têm sido as Juntas de Freguesia e as entidades que prestam este serviço de Atividades de Animação e de Apoio à Família que suportam, dos seus orçamentos, a totalidade da despesa que nos obrigamos a fazer para assegurar estas atividades, para além das estritamente necessárias e que estão acordadas. Isto é, se uma professora meter baixa, ou faltar, ou uma auxiliar de ação educativa meter baixa ou faltar, a professora pode não dar aulas, se a professora faltar, ela não vai dar mesmo aulas, o Agrupamento manda um e-mail a acionar as Atividades de Animação e de Apoio à Família, e a Junta de Freguesia tem que suportar o custo da funcionária o dia todo. Quando a funcionária devia fazer só duas horas, tem que fazer oito. Estas seis horas diárias são suportadas pelas Juntas de Freguesia.

Senhor Presidente, penso que isto é matéria a rever.

No entanto, sobre esta matéria da educação, quero também dizer, claro para todos: a descentralização do Partido Socialista é um logro, um autêntico logro, veio cercear as Juntas de Freguesia e as entidades que fazem o apoio às Atividades de Animação e de Apoio à Família. Não se compreende como é que esta descentralização, que queria dar mais poder, mais próximo, passa para as Câmaras o pagamento dos salários das auxiliares de ação educativa que estavam no quadro do Ministério da Educação, mas, por outro lado, as auxiliares de ação educativa do Município de Pombal passaram a responder diretamente ao Agrupamento de Escolas, perdendo a Câmara e as Juntas de Freguesia qualquer autonomia funcional sobre elas. Neste momento, as freguesias e a Câmara estão bloqueadas, no que concerne à decisão de trabalho funcional daqueles assistentes.

Nós, até esta data, não tivemos sindicatos nas escolas, não podemos, porque as funcionárias da Câmara passaram para funcionárias do Agrupamento de Escolas – são todas da Câmara, mas as nossas tarefeiras respondem agora ao Agrupamento de Escolas, e agora temos sindicatos nas escolas. Sindicatos? Muito bem; agora, que trabalhem. A nossa gente era de uma abnegação extraordinária. Hoje em dia, são portadores de mais direitos do que deveres. Não podemos aceitar que isto continue. Têm sido as nossas funcionárias, de Atividades de Animação e de Apoio à Família, a



MUNICÍPIO DE POMBAL

assegurar o normal funcionamento, as Juntas de Freguesia, Senhor Presidente, consigo, cá estamos para assegurar isto.

Agora, Senhor Presidente, eu sei que a Câmara compreende isto, sei que a Câmara tem tomado muitas diligências para acabar com esta situação, mas não posso deixar, em nome da minha freguesia, e em nome de todos os meus colegas, de deixar escrito e em bom som, que esta descentralização veio cortar a atividade normal nas escolas.

Maria José Marques (Substituta legal do Presidente J.F. Vila Cã, PPD/PSD):

“Boa noite. Vou ser rápida. Cumprimento todos, e permita-me que o faça na pessoa do Senhor Presidente.

“Eu estou aqui em substituição do Senhor Rogério, Presidente da Junta de Vila Cã, e depois de ver a intervenção aqui do colega João Pimpão, também gostaria de questionar aqui o Senhor Presidente relativamente a uma coisa que poderá não ser de muita importância, mas que, efetivamente, é mais um encargo, no caso da Freguesia de Vila Cã, que tem vindo a ter nestas primeiras semanas de início de ano letivo, que é a questão do leite escolar, porque nós ficamos sem perceber, neste momento, quem é que tem a gestão disso – se é o Município, se é, efetivamente, o Agrupamento. E ainda hoje fui mais uma vez interpelada por uma das funcionárias da escola nesse sentido, porque o leite ainda não chegou, e elas não conseguem pedir responsabilidades para saber desse assunto.

Outra coisa, também me associo aqui à questão dos almoços, isto já é um assunto recorrente. Efetivamente, parabeno o Município pela generalização dos almoços gratuitos, tanto no 1.º ciclo, como no jardim de infância. Mas, na verdade, a verba, neste momento, é curta, é muito curta – nós pagamos cada almoço a 3€, e na verdade, não é isso que recebemos. Portanto, acaba por ser mais uma vez aqui a Junta a utilizar das verbas próprias, dos seus orçamentos, para fazer face a mais essa despesa.

Na questão das AEC's, é também de muita importância, que cada vez mais temos dificuldades em arranjar professores, não é fácil contratar à hora – uma hora por dia, duas horas por dias, professores a fazerem três horas por semana – e ainda por cima com um horário das três e meia às quatro e meia. Ou seja, terão que ser pessoas que estão completamente disponíveis para fazer aquilo, e às vezes gastam mais em combustível do que aquilo que depois vão receber.

Será um modelo que também se terá que rever; ainda que a descentralização, efetivamente, traga vantagens, mas tem que se rever, em termos de valores, para que, de alguma forma, seja cativante a quem vá lá lecionar.

Tenho dito.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Muito rapidamente, Senhor Presidente, agradecendo, porque, realmente, este tema – eu já falei nele no período de antes da ordem do dia e na informação do Presidente, e volto outra vez a falar -, é um tema super importante, porque nós temos aqui um território educativo onde todos os agentes são muito relevantes para o papel que desempenham em cada uma das áreas, para o sucesso da aprendizagem das nossas crianças e jovens, e felizmente, temos um território educativo que é um território educativo de excelência. E é bom nós começarmos por aí: nós temos, neste momento, no Concelho de Pombal, um território educativo de excelência, ao nível daquilo que é o nosso parque escolar, somos uma referência a nível nacional, temos polos escolares modernos, atrativos, com



MUNICÍPIO DE POMBAL

condições extraordinárias, nomeadamente ao nível do 1.º ciclo – que é onde era a nossa responsabilidade maior.

Neste ano letivo, vamos terminar o investimento na requalificação do Centro Escolar da Pelariga, vamos avançar com a requalificação da Conde de Castelo Melhor, estamos já também a preparar os projetos, juntamente com a DGEstE, para avançar com a requalificação – assim que haja também financiamento, isso são projetos que vão ser concretizados de acordo com o financiamento que exista – da Escola Marquês de Pombal, da Escola Gualdim Pais. E na próxima década, nós temos um caderno de encargos que estima cerca de 15.000.000,00 € de investimento nesta área da educação, o que diz bem da nossa ambição de querermos continuar a dar mais condições físicas para que as crianças e jovens aprendam bem, para que os nossos professores, os técnicos, possam ensinar cada vez melhor e para que as nossas assistentes operacionais e assistentes técnicas também se sintam valorizadas nos seus trabalhos.

E portanto, é essa a visão que temos para o nosso território, com ofertas diferenciadoras, as AEC's em particular permitem essas visões diferenciadoras, porque, como já perceberam, dá aqui um grau de autonomia, em articulação, naturalmente, com os Agrupamentos de Escolas, autonomia às Juntas de Freguesia para poderem definir, dentro das áreas que estão estabelecidas nos termos da Lei, quais é que são as atividades em concreto que podem disponibilizar nos seus territórios, e isso pode ser um fator de diferenciação positivo, porque acho que pode criar aqui alguns focos de atratividade.

Em relação ao financiamento, é articulado diretamente com a DGEstE, num bolo, e portanto, é pago aquilo que é executado – à partida, ninguém fica com dívida, é só ajustado em termos globais, para que todos fiquem satisfeitos naquilo que são os seus encargos.

O desafio que colocou é um desafio que nós temos que trabalhar nesse processo, que é qualificar as nossas ofertas, melhorar o nosso desempenho. Eu também fui Presidente de Junta de Freguesia no último mandato, acompanhei muito de perto estas temáticas das AEC's, as dificuldades que é termos monitores para este período, no contexto do horário estabelecido em articulação com os Agrupamentos de Escolas, há aqui várias melhorias a fazer. E aquilo que eu sei – e sei porque também pertenci, e estive em reuniões já enquanto Presidente de Câmara, em que anualmente é feito um relatório de avaliação das AEC's, são feitos questionários aos encarregados de educação, onde os encarregados de educação respondem a várias questões, e também da perceção que têm dos seus educandos, – eu até tirei agora aqui um apontamento enquanto a Carla falava, o inquérito que fazem sobre os domínios de interesse dos alunos, se é da área desportiva, artística, científico-tecnológica, ligação ao meio, dos locais onde as AEC's devem ser desenvolvidas, no perímetro da escola – porque nas AEC's o objetivo é também saírem um bocadinho da sala de aula – um bocadinho, no sentido de que há vários espaços na escola que podem ser usados, e pode ser a sala de aula também, e muitas vezes é; pode é ser usada de forma diferente. É esse contexto diferenciador. E nomeadamente, numa das reuniões em que estive presente, na avaliação do relatório do Agrupamento de Escolas aqui de Pombal, onde fizeram também a avaliação das AEC's do ensino à distância, que também existiu no período letivo anterior.

Portanto, esse trabalho é feito pelos Agrupamentos de Escolas, envolvendo os encarregados de educação. Agora, é sempre um desafio nós termos aqui um campo de



MUNICÍPIO DE POMBAL

intervenção, onde temos alguma autonomia, e que nos permite fazer mais e melhor no futuro.

E agora faço aqui a passagem, muito rapidamente, para os Presidentes de Junta, subscrevo tudo aquilo que disseram, quer o reconhecimento que fizeram a quem está nas escolas, como também às dificuldades que vocês sentem, que nós sentimos nas escolas, no desafio que é fazer esta agregação das várias entidades que estão nas nossas escolas, mas também agradecer-vos o vosso empenho – e já o tinha referido na parte inicial – para que o processo de descentralização de competências, sendo muito curto para aquilo que nós gostaríamos de ter, enquanto histórico e o know how que existe no nosso território, nós temos capacidade para fazer muito mais e melhor, e temos essa, mas o que é certo é que, dentro das competências que estão no processo de descentralização, nós, em Pombal, somos um bom exemplo, porque assumimos as competências – e quando digo “nós”, mais uma vez não é o Pedro Pimpão, Presidente de Câmara, nem é nenhum dos Vereadores; somos nós, enquanto território educativo, todos os agentes que estão envolvidos, abraçámos este desafio e com muitas dificuldades que estão a ser colmatadas e, por isso, é que também um dos pontos que hoje aprovámos foi o recrutamento de mais assistentes operacionais na área da educação, precisamente para colmatar essa falha, que é das principais falhas que nós temos nas nossas escolas, porque os recursos humanos continuam a ser sempre insuficientes para o grau de especificidade que temos de desenvolver.

Portanto, terminando esta minha intervenção, o que é certo é que havia alguns arautos da desgraça que diziam que ia correr mal a descentralização, e o que é certo é que, no nosso concelho, fruto do envolvimento de todos, e da articulação, conseguimos que a descentralização na área da educação no Concelho de Pombal fosse uma realidade, e mantemos o nível do serviço – mantemos o nível do serviço com qualidade acrescida.

E também queria dar nota aos Senhores Presidentes de Junta que numa das reuniões que eu tive com a Associação Nacional de Municípios, uma das reivindicações que tínhamos era precisamente esse aumento do custo da refeição, e que, no acordo que fizemos com o Governo – e que tem que agora ser materializado – o que estava a ser discutido era termos 2,75€ por cada refeição, da negociação com o Governo sobre esta matéria.

Dizer também que, em relação às questões suscitadas pela Maria José Marques, o leite escolar não foi igual em todos os Agrupamentos, porque havia alguns Agrupamentos que já tinham contratos estabelecidos até ao final do ano, e outros tinham diferenças temporais. Quando se faz a descentralização, é bom perceber as várias especificidades, porque falamos em várias áreas – o leite escolar, o transporte, a manutenção dos edifícios, e tudo obedece, naturalmente, aqui a exigências maiores. Dá muito trabalho, há muitas reuniões, há muitas deslocações ao local e há muitas avaliações técnicas que têm de ser feitas. E esse trabalho, que é um trabalho invisível, mas depois, se as coisas correrem bem, está tudo bem; se as coisas correrem mal, lá somos responsabilizados, cada um de nós. Sabemos que é assim. Felizmente que as coisas correram bem, e estão a correr bem, naturalmente sempre com necessidades de melhoria.

E no leite escolar, o que estamos a fazer agora – nós, internamente, Município – já avançámos com o procedimento, já assinei até o relatório preliminar para avançarmos com o procedimento do leite escolar, para que, findos os contratos nos Agrupamentos que ainda estão a decorrer, possamos generalizar a oferta de leite escolar às nossas crianças.”



MUNICÍPIO DE POMBAL

A Assembleia tomou conhecimento.

Ponto 2.5. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre alteração da delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Poios.

Foi presente à Assembleia a proposta da Câmara Municipal sobre o assunto em epígrafe, que a seguir se transcreve:

“2.14.4. Área de Reabilitação Urbana de Poios | Proposta de alteração da delimitação

Foi presente à reunião a informação n.º 102/DUP/22, da Divisão de Urbanismo, Planeamento e Reabilitação Urbana, datada de 12-09-2022, que a seguir se transcreve: "Assunto: Área de Reabilitação Urbana de Poios | Proposta de alteração da delimitação

Exmo. Senhor Presidente,

Tendo subjacente a decisão vertida na informação I-000077/DUP/22, referente à instrução do processo conducente à alteração da delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Poios, serve a presente informação para submeter a V. Exa. a proposta, instruída nos termos do disposto do n.º 2 do artigo 13.º do RJRU.

De forma necessariamente breve, a proposta visa adequar a delimitação atual mediante a integração de duas componentes fundamentais para a evolução urbana do aglomerado, em franca consonância com os pressupostos funcionais definidos para a ARU já aquando a primeira fase de aprovação, e com as ações e medidas ponderadas para a execução da Operação de Reabilitação Urbana (ORU), instrumentalizada no Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU), que terá lugar numa fase posterior à presente proposta de alteração.

As componentes a integrar são o equipamento Explore Sicó – Centro de Interpretação e Museu da Serra de Sicó, e uma área de terreno que acede a execução de uma infraestrutura de transporte rodoviário, suplementar àquela existente e interior ao aglomerado urbano.

Com a presente alteração, procede-se ainda à atualização e clarificação dos critérios referentes aos benefícios fiscais e incentivos municipais, nos termos da alínea a) do artigo 14.º do RJRU, bem como aos procedimentos a adotar para o seu requerimento e atribuição.

De sublinhar que com a integração das duas componentes anteriores, a área total da delimitação da ARU passará de 12,10 hectares para 16,80 hectares.

Para tanto, nos termos estabelecidos no n.º 6 do artigo 13.º do RJRU, serve a presente informação para submeter a V. Exa. a proposta de 1.ª Alteração da Delimitação da ARU de Poios para, caso seja esse o entendimento, a remeta ao órgão Câmara Municipal para efeitos de apreciação e submissão à Assembleia Municipal para aprovação.

Refira-se que o ato de aprovação deve ser publicado através de aviso na 2.ª série do Diário da República, divulgado na página eletrónica do município, e, simultaneamente, remetido ao Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P., em cumprimento do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 17.º do RJRU.

À consideração superior. "



MUNICÍPIO DE POMBAL

A Câmara deliberou, por unanimidade, remeter à Assembleia Municipal, para efeitos de aprovação, a 1.ª alteração à delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Poios, em cumprimento do disposto no n.º 6 do artigo 13.º do RJRU, nos termos da informação supratranscrita.”

O **Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal**, perguntou alguém pretendia usar da palavra sobre este ponto, tendo-se inscrito:

Humberto Lopes (Presidente J.F. Almagreira, PPD/PSD):

“Obrigado, Presidente.

Só para dar aqui uma nota, no fundo, para perceber, e dar esse agradecimento ao Município, perceber que não há situações fechadas. Só dizer isto, o Município não viu este processo como um processo fechado, percebeu que o território está em constante alteração, e percebendo que o Explore Sicó, o Museu da Serra da Sicó, e o que está dito também aqui no documento, uma infraestrutura de transporte rodoviário, incluiu essa área neste programa. Ou seja, percebendo que o território é um território dinâmico, utilizando esta ferramenta que nós todos – e quem é do território e do urbanismo percebe que é uma ferramenta essencial para que a reabilitação urbana seja um facto, ou seja, que os proprietários que têm prédios devolutos – e falamos sempre aqui da desertificação das nossas aldeias e dos nossos territórios, e isto é uma ARU para uma aldeia, para os Poios, uma aldeia de uma freguesia, mas que tem esta ferramenta agora ao seu dispor, e ela depois vai ser dinamizada, e no fundo, irá permitir, de certeza, fixar ali mais pessoas, vai permitir também que aqueles edifícios sejam otimizados e rentabilizados, o turismo rural é uma das hipóteses.

E depois, uma nota – e está aí o Vereador Pedro Navega, e a ele lhe agradeço, e à Arq.ª Vera, e à Dra. Silvia, por este trabalho, e perceber que as freguesias também poderão ser alvo destas pequenas operações urbanísticas, que, depois, qualquer investidor e os próprios moradores tiram fruto daqui, quer com a redução de impostos, quer com os incentivos fiscais, são ferramentas que o Município está a utilizar.

Por isso, parabéns.

E também puxar a brasa aqui à minha freguesia, que tivemos também em estudo, e já está em estudo aqui o plano, a ARU para Almagreira, também esse agradecimento.

Obrigado.”

Colocada a alteração em título a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade e por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.6. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a desafetação de área integrada no domínio público municipal para o domínio privado do município – integração no lote M1 do Loteamento titulado pelo Alvará n.º 4/86 – Proc.º n.º 1412/20

Foi presente à Assembleia a proposta da Câmara Municipal sobre o assunto em epígrafe, que a seguir se transcreve:



MUNICÍPIO DE POMBAL

“Ponto 2.6.4. Proposta de desafetação de área integrada no domínio público municipal para o domínio privado do município – integração no lote M1 do Loteamento titulado pelo Alvará n.º 4/86 – Proc.º n.º 1412/20

Foi presente à reunião o parecer n.º 5 da Divisão de Urbanismo, Planeamento e Reabilitação Urbana, referente ao requerimento n.º 4285/21, do processo de loteamento n.º 1412/20(103.00), que a seguir se transcreve:

“ASSUNTO: Proposta de desafetação de área integrada no domínio público municipal para o domínio privado do município, com vista à sua integração no Lote M1 do loteamento titulado pelo Alvará n.º 4/86

Exmo. Senhor Presidente,

Para efeitos de desafetação do domínio público municipal para o domínio privado do município de uma parcela de terreno adjacente à Alameda Europa (EN237 desclassificada) com a área de 160,8 m², do loteamento titulado pelo alvará n.º 4/86, e, no seguimento da deliberação da Câmara Municipal tomada na sua reunião n.º 0009/CMP/22, realizada em 28 de abril de 2022, foi aberto um período de consulta pública de 15 dias, ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 124.º do CPA, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, conjugado com o n.º 1 do artigo 54.º do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação.

A consulta pública teve início a 12 de julho e fim a 1 do presente mês de agosto, não tendo sido apresentada qualquer participação, naquele período.

A referida desafetação da parcela de terreno do domínio público municipal para o domínio privado do município visa a sua integração no Lote M1, do qual o requerente é proprietário, no âmbito de um procedimento de alteração ao loteamento que se encontra em curso. Saliente-se que a dita parcela de terreno, apesar da sua dominialidade pública encontra-se, na realidade, circundada pelos muros de vedação do referido lote M1, tratando-se de um procedimento com vista à regularização da situação existente.

Acresce que as obras de requalificação da Alameda Europa se conformaram com o muro/limite do lote existente a regularizar, tratando-se presentemente de uma área consolidada.

Como contrapartida pela integração da parcela no Lote M1, o requerente propôs o pagamento de uma compensação ao município, em numerário, cujo valor se veio a fixar em 3.216,00€, tendo por base o valor aferido pelo perito avaliador do Município.

Face ao exposto, sugere-se a V. Exa. que submeta a presente proposta de desafetação do domínio público municipal para o domínio privado do município da parcela de terreno adjacente à Alameda Europa, com uma área de 160,8 m², ao órgão Câmara Municipal, para efeitos de remessa à Assembleia Municipal para, com base no disposto na alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, deliberar aprovar a referida desafetação.

À consideração superior.”

A Câmara deliberou, por unanimidade, remeter a proposta de desafetação de uma área total de 160,8m², do domínio público municipal para o domínio privado do Município, à Assembleia Municipal, para efeitos de aprovação.”

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, colocou o assunto a discussão, tendo-se inscrito:

Leandro Siopa (PS):

“Obrigado, Senhor Presidente.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Três questões, relativamente à documentação que é apresentada, e ao caso em si. Isto são migalhas – aqui o Senhor Deputado Renato Guardado dizia, e bem, que temos que nos focar naquilo que é importante – são migalhas, mas grão a grão, enche a galinha o papo.

Gostava de perguntar ao Senhor Presidente ou ao Senhor Vereador Pedro Navega, como é que se chegou a este valor de 20€/ m2 em relação a estes 160,80 m2.

Queria perguntar se este assunto esteve em discussão judicial entre o Município e o cidadão. Queria perguntar também se o munícipe ocupou este solo, ou se ocupava este solo, antes desta venda estar agora a ser preparada.”

Pedro Navega (Vereador):

“Muito boa noite a todos.

Relativamente a este processo, é um processo que já tem algum tempo. O que acontece é que esta parcela de terreno, por algum lapso no passado, foi identificada como de domínio público, mas ela sempre pertenceu ao lote em causa, ou seja, estava murada, o proprietário é que a utilizava, e estamos só aqui a tentar regularizar uma situação que já se arrastava há muito tempo.

Basicamente é isso.”

Leandro Siopa (PS):

“Então, registo que, para resolver um problema que estava identificado, o Município propõe-se a vender, e não a fazer outro tipo de operação urbanística. É isso? Muito bem. Votarei em consideração à resposta.”

Colocada a votação a proposta da Câmara sobre a desafetação de área integrada no domínio público municipal para o domínio privado do município – integração no lote M1 do Loteamento titulado pelo Alvará n.º 4/86 – Proc.º n.º 1412/20, foi a mesma aprovada por maioria, com uma abstenção do membro do Grupo Municipal do PS Leandro Siopa, que apresentou a declaração de voto abaixo transcrita.

Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

“Declaração de Voto

Exmo. Senhor Presidente

Da Assembleia Municipal de Pombal

Leandro Gabriel Pedro Siopa, CC 10738436 IZX3 válido até 08/05/2030, membro da Assembleia Municipal de Pombal, eleito pelo Partido Socialista vem apresentar o seu voto de Abstenção ao Ponto 2.6 da Ordem de Trabalhos da Sessão Ordinária de 29 de setembro de 2022, com os seguintes fundamentos:

1 – Considerando que junto à documentação anexa a esta Assembleia, não foi apresentado o Relatório de Avaliação do Avaliador do Município.

2 – Considerando que o preço estipulado por m2 para a venda não tem aparente respaldo Técnico e Jurídico.

3 – Considerando que as justificações feitas pelo Senhor Vereador Pedro Navega, e que constam em Ata e Audio, que se consideram legalmente reproduzidas, foram diferentes e pouco esclarecedoras dos constantes da documentação.

4 – Considerando que a localização do imóvel a transacionar situa-se em zona Central da Cidade, e por isso deve o relatório de avaliação ser conhecido desta Assembleia.

Entendo, abster-me na votação por não serem claras e suficientes as informações prestadas, para votação consciente.”



MUNICÍPIO DE POMBAL

Ponto 2.7. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Minuta da 4.^a Modificação de Contratos Interadministrativos – Gestão de Combustível.

Foi presente à Assembleia a proposta da Câmara Municipal sobre o assunto em epígrafe, que a seguir se transcreve:

“Ponto 2.8.1. Minuta de 4.^a Modificação de Contratos Interadministrativos - Gestão de Combustível

Foi presente à reunião a informação n.º 84/UJ/22, da Unidade Jurídica, datada de 16-09-2022, que a seguir se transcreve:

"Assunto: Minuta de 4.^a Modificação de Contratos Interadministrativos – Gestão de Combustível

Exm.º Senhor Presidente,

Na sequência das instruções dirigidas por parte da Senhora Vereadora, Dr.ª Catarina Silva, a Unidade Jurídica, em articulação com o Gabinete de Proteção Civil e Florestas, procedeu à redação de proposta de minuta de modificação dos contratos interadministrativos celebrados com as Juntas de Freguesia/Uniões de Freguesia do concelho, que consubstanciam a delegação de competências no domínio da gestão de combustível.

A modificação dos mencionados contratos subsume-se, essencialmente, num “novo” reajuste dos recursos financeiros a afetar à concretização das competências delegadas naquele domínio, ante a circunstância de se ter verificado um aumento dos custos operacionais associados à execução dos trabalhos, salvaguardando, assim, a estrita observância dos princípios gerais que devem nortear a negociação, a celebração e a execução dos contratos (cf. artigo 121º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (RJAL)), designadamente dos princípios da estabilidade, da prossecução do interesse público, da continuidade da prestação do serviço público, da necessidade e suficiência de recursos.

Atendendo a que o escopo subjacente à delegação é, nos termos da lei, e para além do mais, o de garantir o aumento da eficiência da gestão dos recursos, bem como os ganhos de eficácia, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização de recursos disponíveis (cf. n.º 3 do artigo 115º do RJAL), entende-se que a modificação dos Contratos Interadministrativos oportunamente celebrados, nos termos propostos, garantirá a continuidade de prestação de um serviço público de qualidade.

Em face de tudo quanto se acaba de valorar, submete-se à análise de V. Ex.^a a proposta de minuta que ora se anexa, propondo-se que, caso assim o entenda e concordando com o respetivo teor, sujeite a mesma à apreciação do órgão Câmara Municipal, para que delibere no sentido de, ao abrigo das disposições constantes na alínea k) do n.º 1 do artigo 25º e nas alíneas l) e m) do n.º 1 do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (RJAL), requerer a competente autorização ao órgão Assembleia Municipal, para celebração da aludida modificação ao Contrato Interadministrativo.

À consideração superior,"



MUNICÍPIO DE POMBAL

A Câmara deliberou, por unanimidade, remeter a minuta da 4ª Modificação aos Contratos Interadministrativos – Gestão de Combustível, ao órgão Assembleia Municipal, com vista à obtenção da competente autorização para celebração do referido Contrato Interadministrativo.”

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal perguntou se alguém pretendia intervir, tendo-se inscrito:

Daniel Ferreira (Presidente J.F. Vermoil, PPD/PSD):

“Mais uma vez, boa noite.

Relativamente a este assunto, gostaria de dar nota da experiência que temos tido na Freguesia de Vermoil, no abate das árvores e, tendo em conta que o valor que estava anteriormente definido era manifestamente insuficiente, é de bom grado que vejo que o Município revê estes valores, para nós conseguirmos fazer cumprir a Lei.

E tendo isto em mente, gostaria também de deixar aqui um contributo e deixar aqui algumas notas relativamente ao que tem acontecido.

Os nossos fregueses têm aceite, com alguma relutância, a implementação desta Lei, mas é a Lei e temos que a aplicar. Há aqui uma grande questão relativa à legalidade destes trabalhos, mas nós temos que a fazer cumprir.

Gostaria de deixar aqui, obviamente, a compreensão, principalmente do meu Executivo – e nos outros Executivos das freguesias também será a mesma coisa – que, obviamente, nós estamos a retirar, ou pelo menos estamos a abater árvores que são propriedade das pessoas. Mas, tendo em conta tudo aquilo que nós passámos nos últimos meses, relativamente aos fogos, e tivemos as nossas brigadas de intervenção – há pouco, a minha colega falou de Abiul, mas nós também tivemos as brigadas de Vermoil, das Meirinhas e de Carnide muito envolvidas a combater incêndios, até no concelho vizinho, e verificou-se que, efetivamente, os bombeiros, quando estas faixas de proteção estão executadas, nós conseguimos combater o fogo, o fogo, quando passa de um lado para o outro, passa mais devagar, e eu acho que é de extrema importância nós conseguirmos fazer isto em todo o concelho. Sei que não é fácil, é um trabalho que vai demorar alguns anos, mas cá estaremos para o fazer.

Dar nota, e levantar aqui uma questão que me pareceu que aconteceu e, tendo estado a acompanhar os fogos no Concelho de Leiria, e tendo-me apercebido que no nosso concelho isso não aconteceu, eu verifiquei que o incêndio da zona de Leiria tinha oito meios aéreos, enquanto o nosso concelho não tinha nenhum. Ou seja, eu estou em crer que as chamas são todas da mesma cor, mas parece-me que há aqui alguns concelhos em que as chamas são de cores um bocadinho diferentes. Não quero com isto dizer nada contra os nossos colegas do PS aqui de Pombal que - inclusive um deles até foi solidário connosco e esteve a ajudar-nos a combater, o Leandro Siopa ofereceu-se e esteve connosco nesta fase – mas que, efetivamente, isso aconteceu, e foi notório que houve aqui alguma diferenciação no combate ao incêndio.

E acho que era de deixar aqui esta nota.

Muito obrigado.”

Humberto Lopes (Presidente J.F. Almagreira, PPD/PSD):

“Obrigado, Presidente. Eu sou rápido.

No fundo, este é um dos assuntos em que se percebe perfeitamente que esta parceria freguesias / Município funciona. Como é óbvio, não é um processo fácil – e como dizia o Daniel, e bem, estamos a retirar uma mais valia de terrenos particulares, e isto tem de



MUNICÍPIO DE POMBAL

ser muitas vezes feito entender àqueles proprietários que zelam, e zelam muito bem pelos seus terrenos. E aqui, tenho que deixar essa palavra para eles, para esses proprietários que nos têm ajudado a fazer esse trabalho, porque sem eles, era muito mais difícil – lá está, à força, era muito mais difícil andarmos ali a cortar – estamos a falar no abate de árvores, que é a parte mais difícil de fazer.

E o desafio é este, esta alteração veio para compensar este abate, mas eu desafiava aqui o Município, temos o problema dos cepos dos eucaliptos e dos pinheiros, e era mais fácil nós conseguirmos, naquelas faixas – estou a falar nas faixas de dez metros, que é o que está aqui em causa, não nas dos cinquenta, nem dos cem, que isso é para outra história – nesta faixa dos dez, era fácil arrancar aqueles cepos, porque os proprietários, a seguir, e com a nossa ajuda, na cedência – e penso que esse projeto está em curso também, nas espécies autóctones, nos sobreiros, nos carvalhos, para aqueles dez metros, porque depois o compasso é completamente diferente, já é um compasso de quatro metros, já se consegue ter ali árvores, para não termos as espécies invasoras, a seguir, as acácias e as canas, ali depois a infestar aqueles dez metros, tínhamos ali um pequeno jardim, de dez metros para cada lado, os proprietários tiravam proveito daquelas espécies, a Câmara certamente tinha o território mais protegido, os condutores, num futuro temporal, de certeza que passavam naquelas estradas em muito mais segurança, porque não tínhamos árvores de grande porte, tínhamos ali um pequeno jardim de cada lado. E penso que é um processo que tem que ser iniciado. Sabemos todos que não é fácil fazer tudo ao mesmo tempo, mas estamos cá para ajudar, e as Juntas aqui são parceiras. Obrigado.”

João Pimpão dos Santos (Presidente J.F. Meirinhas, PPD/PSD):

“Senhor Presidente, antes de tudo, quero louvar, mais uma vez, o trabalho do Gabinete Técnico Florestal do Município de Pombal, da Senhora Vereadora Catarina Silva e do Senhor Presidente, neste ano de 2022, em que foram postos à prova e responderam galhardamente. E também, com a população que temos, também foi muito importante. Senhor Presidente, nós, nas faixas de gestão, e na floresta, o Concelho de Pombal tem andado à frente – à frente, e muito bem. E quero, em meu nome e em nome da minha freguesia, louvar a capacidade e a coragem que o Município tem em fazer estas faixas de gestão com o abate das árvores, que do meu ponto de vista, é extremamente importante.

Senhor Presidente, só que, na nossa perspetiva, temos que intensificar este nosso esforço. É urgente criar as faixas de proteção às unidades industriais; é urgente criar faixas de proteção a equipamentos públicos; é urgente começar os procedimentos para que se inicie a definição destas faixas, porque as unidades industriais – eu falo do caso da minha freguesia, em que tenho cinco polos industriais consolidados, com floresta a menos de vinte metros; se vem um fogo, vai-nos às indústrias e vai colocar muitos postos de trabalho no desemprego, vamos ter um retrocesso económico bastante grande. E o mesmo também das faixas de proteção aos equipamentos municipais, nomeadamente de ETA’s, estações elevatórias, ETAR’s, campos de futebol, pavilhões, em que há floresta a menos de vinte metros.

Senhor Presidente, é urgente criar um plano firme de limpeza destes espaços, e não termos medo – estamos cá nós para executar – de passar às limpezas coercivas.

Também penso que é importante olharmos para as faixas de gestão, e, no ano de 2023, fazermos um esforço grande, maior do que tem sido feito, nas faixas de gestão da rede



MUNICÍPIO DE POMBAL

viária. Há muitas estradas principais em que urge fazer esta gestão de combustível, bem como, – eu tive uma passagem de algum tempo nos Bombeiros Voluntários de Pombal e reparei que as linhas de água têm uma importância grande na diminuição da intensidade dos fogos - com as freguesias, percebermos as linhas de água mais estruturantes de cada freguesia, percebermos quais são as linhas de água que podem, sendo limpas, fazer um trabalho grande de redução da intensidade e do valor calórico, porque além de estarmos a trabalhar na água e nos cursos de água, estaremos também a arranjar maneiras de desacelerar, caso haja uma ignição.

E deixem-me partilhar convosco uma coisa: Portugal é o país em que as Câmaras, o Senhor Presidente da Câmara tem autorização legal para mandar cortar árvores, mas só o ICNF é que tem capacidade legal para mandar arrancar os cepos. Nós, nas faixas de gestão, cortamos os eucaliptos, os cepos ficam lá, tem que se pedir uma autorização especial ao ICNF para irmos arrancar cepos onde estamos a fazer a faixa de gestão de combustível. Esta é a organização que temos no nosso país. E não podemos ter este tipo de organização.

Senhor Presidente, não percebemos por que é que a descentralização também não passa pelas florestas. O ICNF tem a capacidade de autorizar as plantações e os projetos de plantações. As plantações são feitas com o parecer negativo do Município, e com o parecer negativo das Juntas de Freguesia. Não percebemos como é que o nosso território, que é 60% de floresta, não tem um tratamento como têm os outros 40%, em que é urbanizável. Nos outros 40%, quem tem a capacidade e a competência de autorizar ou não autorizar as obras de urbanização é o Município. Por que razão é que o ICNF é quem tem a tutela de autorizar as plantações nos nossos territórios? E ainda com a agravante de as plantações serem autorizadas sem respeitar a distância ao eixo da via – para fazer um muro, temos de fazer um muro à distância de cinco metros; para fazer uma plantação, podemos ter a plantação em cima da valeta. Não é aceitável autorizar-se plantações a menos de dez metros das vias. Não é aceitável.

Tenho dito.”

Luís Couto dos Santos (OI):

“Não tinha planeado intervir, mas, no seguimento aqui da intervenção do Presidente da Junta das Meirinhas, achei importante também comunicar aqui, é conhecimento nosso que a Câmara Municipal, através de um acordo com o ICNF, negociado através da CIMRL, vai ficar responsável pela gestão do talhão 88, próximo à Praia do Osso da Baleia, relativamente à gestão e manutenção desta área florestal. Isto irá ser anunciado muito provavelmente em meados de outubro.

A minha pergunta, quando vocês escolheram este talhão, quais foram os critérios por que o escolheram, e se têm algum plano previsto, depois, para a manutenção deste processo.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Isso está fora do tópico em discussão, estamos a falar da minuta da 4.ª modificação dos contratos de gestão de combustível.”

Luís Couto dos Santos (OI):

“Sim, mas era só na continuidade da gestão florestal, e da importância disso, era importante também ressaltar este assunto.

José Manuel Marques (Presidente J.F. Lourical, PPD/PSD):



MUNICÍPIO DE POMBAL

“Cumprimento o Senhor Presidente da Assembleia, os Senhores Secretários, o Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caros colegas Presidentes de Junta, caros colegas membros da Assembleia, estimado público.”

Na verdade, eu intervim porque saliento aqui que nos focamos muito naquilo que é a floresta – e aqui o amigo João Pimpão, Presidente das Meirinhas, falou num aspeto que a nós, Freguesia do Louriçal, de alguma forma nos suscita aqui a necessidade urgente também de pensar nessa mais valia, nessa questão em que é fundamental e urgente trabalhar, a questão da limpeza dos rios e ribeiros. A Freguesia do Louriçal talvez seja a freguesia – não sei, mas de proximidade aqui do concelho – que mais rios e ribeiros tem. Não me lembro, talvez trinta ou quarenta anos, que nada foi feito.

Existe hoje uma possibilidade, e no tempo em que vivemos, com a inflação, com a dificuldade de bens alimentares, nós, com a água que temos ali naquela região, junto aos arrozais, na questão de mais produtividade, de mais cultivo de terrenos, seria uma mais valia, não só para a floresta – que também temos uma floresta imensa – mas achamos que, neste momento, cada vez mais próximo do desenvolvimento que achamos, de muitos milhões de euros que vieram dos fundos comunitários, não se vê nada aplicado naquilo que foi o desenvolvimento daquele território, ao nível dos campos, dos arrozais, dos rios e ribeiros, a nível das infraestruturas de caminhos, nada foi feito.

Portanto, era importante, nesta ponta do concelho, perceber desta riqueza, que em mais de cinquenta anos se prevê – aliás, há um plano para um projeto de 1.000.000,00 € para o parcelamento, e nada disso ainda acontece, até o Ministro Capoulas Santos veio anunciar esse grande projeto, o que é certo é que ainda não passou do papel. E a verdade é que antigamente havia os guarda-rios, havia uma série de fiscalizações; hoje, ninguém consegue intervir nas margens dos rios, porque caso o faça, pode ser multado pela APA, ninguém faz nada, ninguém é responsável, os proprietários abandonam.

Senhor Presidente, aquilo que queria deixar aqui era um desafio, é que é importante nós percebermos de que forma é que, de uma vez por todas – há pelo menos quatro décadas, nenhum ribeiro foi aberto, e estamos a falar para aí de trinta quilómetros de ribeiros, só na Freguesia do Louriçal, onde corre água em pleno verão, e sustenta terrenos agrícolas. Portanto, eu acho que é importante pensarmos nisto, na rentabilidade, na salvaguarda da procura de cultivar mais terrenos, para nós podermos ser também uma parte desta questão nacional, que tanto falamos da inflação e da falta de alimentos, que temos de adquirir ao estrangeiro, e que podemos potenciar mais esta rentabilidade e criar empregos.

Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Eu queria pedir aos Senhores Membros da Assembleia Municipal que se atenham aos pontos da ordem de trabalhos, porque se nós, a propósito de cada um deles, começamos a falar de tudo, não saímos daqui.

Peço desculpa, eu não chamei à atenção para isso.”

Colocada a votação a proposta da Câmara sobre a Minuta de 4ª Modificação de Contratos Interadministrativos - Gestão de Combustível, foi a mesma aprovada por unanimidade e por minuta, para efeitos de imediata execução.

Nesta altura foi feita uma pausa nos trabalhos, tendo a sessão reiniciado às 23H30.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Ponto 2.8. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a aquisição de combustíveis a granel para o ano 2023.

Foi presente à Assembleia a proposta da Câmara Municipal sobre o assunto em epígrafe, que a seguir se transcreve:

“2.11.4. Aquisição de combustíveis a granel para o ano 2023

Foi presente à reunião a informação n.º 35/DGCEEM/22, da Divisão de Gestão e Conservação de Edifícios e Equipamentos Municipais, datada de 19-09-2022, que a seguir se transcreve:

"Assunto: Aquisição de combustíveis a granel para o ano 2023

Exmo. Senhor Presidente

Relativamente ao assunto suprarreferido, informa-se que se encontra ainda em vigor o Contrato de Aquisição de Combustíveis a Granel - processo n.º 009/CPV/SA/22, o qual se prevê terminar em dezembro de 2022;

Considerando que se torna necessário iniciar novo procedimento para esta finalidade, com início previsto a partir de janeiro de 2023, para um período de 12 meses;

Considerando, que esta despesa é classificada, na rubrica 02/02 01 02 01 (gasolina) e 02/02 01 02 (gasóleo), e que não se encontra ainda devidamente aprovado o orçamento para o exercício de 2023;

Considerando que o valor estimado dos bens a adquirir para o período em causa é de 750.000,00€, acrescido de IVA, perfazendo 922.500,00 € (IVA incluído);

Para este procedimento prevê-se adotar o ajuste direto ao abrigo de acordo-quadro ou o concurso público;

Atento que se trata de um valor de contrato sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, e pelo tempo necessário ao desenvolvimento desta contratação, de modo a iniciar o respetivo procedimento de aquisição, carece a respetiva despesa, de autorização, da Assembleia Municipal nos termos do n.º 1 e n.º 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99 de 8 de Junho, bem assim para efeitos de competente autorização de compromissos plurianuais prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro, na sua atual redação.

Nos termos propostos, sugere-se que o assunto seja submetido à reunião de Câmara, no sentido de ser solicitada à Assembleia Municipal a competente autorização de despesa e de assunção de compromissos para os anos económicos seguintes.

À consideração superior de V/. Exa."

A Câmara deliberou, por unanimidade, remeter a presente deliberação à Assembleia Municipal para efeitos de autorização de despesa e assunção de compromissos, conforme proposto na informação supratranscrita.”

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o assunto a discussão, não se verificando qualquer inscrição para uso da palavra.

Colocada a proposta sobre aquisição de combustíveis a granel para o ano 2023 a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade e por minuta, para efeitos de imediata execução.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Ponto 2.9. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o Fornecimento de Energia Elétrica - Assunção de compromissos plurianuais.

Foi presente à Assembleia a proposta da Câmara Municipal sobre o assunto em epígrafe, que a seguir se transcreve:

*“2.4.6. Fornecimento de Energia Elétrica - Assunção de compromissos plurianuais
O Senhor Presidente informou a Câmara que, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, houve necessidade urgente de proceder ao despacho da informação n.º 203/SEE18/22, da Secção de Eficiência Energética, datada de 20-09-2022, que a seguir se transcreve:*

"Assunto: Fornecimento de Energia Elétrica - Assunção de compromissos plurianuais e anos seguintes

Exmo. Senhor

Presidente da Câmara

Considerando que o procedimento de fornecimento de energia 005/AJD/SA/21 termina em março de 2023 sendo fornecido pela ENDESA S.A.;

Considerando que as recentes e constantes oscilações no mercado da energia, levaram o fornecedor a tentar aumentar as tarifas em vigor no contrato suprarreferido;

Considerando o risco iminente da suspensão do contrato de fornecimento de energia por parte da ENDESA S.A. e;

Por precaução considera-se necessário iniciar um novo procedimento que permita a continuidade do fornecimento de energia elétrica às diversas instalações e ou edifícios, pelo período de um ano e prorrogável por igual período até ao limite máximo de dois anos;

Considerando que esta despesa é classificada na rubrica 02/020201 e não se encontram devidamente aprovados, os orçamentos para os exercícios de 2023 e 2024, e;

Considerando que o valor estimado anual, ao custo atual da energia, dos bens a adquirir é de 4.300.000,00€ (quatro milhões e trezentos mil euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, perfazendo o montante de 5.289.000,00€, para o procedimento agregado;

Prevendo-se a seguinte execução da despesa:

Ano 2023: Estima-se o montante de 4.300.000,00€ acrescidos de IVA à taxa legal em vigor;

Ano 2024: Estima-se o montante de 4.300.000,00€ acrescidos de IVA à taxa legal em vigor;

Prevendo-se adotar para o procedimento de aquisição, o ajuste direto do acordo quadro da ANCP.

De modo a iniciar o respetivo procedimento de aquisição, carece a respetiva despesa de autorização da Assembleia Municipal, nos termos do n.º 1 e n.º 6 do artigo 22º do Decreto Lei n.º 197/99 de 8 de junho, bem assim para efeitos de competente autorização de compromissos plurianuais prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua atual redação.

Nos termos propostos, sugere-se que o assunto seja submetido à Reunião de Câmara, no sentido de ser solicitada à Assembleia Municipal a competente autorização de despesa e de assunção de compromissos para os anos económicos seguintes.

À consideração superior de V/ Exa."

O despacho do Senhor Presidente é do seguinte teor:

"Autorizada a remessa à Assembleia Municipal. À reunião de Câmara para ratificação.

20-09-2022

Presidente

(Pedro Pimpão - Lic.)



MUNICÍPIO DE POMBAL

(a) Assinatura ilegível"

A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Senhor Presidente, supratranscrito.”

O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** perguntou se alguém queria usar da palavra não se tendo verificado qualquer inscrição.

Colocada a proposta sobre Fornecimento de Energia Elétrica - Assunção de compromissos plurianuais, a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade e por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.10. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Fixação da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis, relativa ao ano 2022.

Foi presente à Assembleia a proposta da Câmara Municipal sobre o assunto em epígrafe, que a seguir se transcreve:

“Ponto 2.11.5. Fixação da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis, relativa ao ano 2022

Foi presente à reunião a Proposta n.º 035/2022, ínsita na informação n.º 31/DAFM/22, da Divisão de Administração e Finanças, datada de 19-09-2022, que a seguir se transcreve:

"Assunto: FIXAÇÃO DA TAXA DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS, RELATIVA AO ANO DE 2022

Nos termos do n.º 5 do Artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), na sua atual redação, conjugado com a alínea ccc) do n.º 1 do Artigo 33.º e alínea d) do n.º 1 do Artigo 25.º, ambos da Lei 75/2013 de 12 de Setembro, compete aos Municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, fixar a taxa a aplicar em cada ano, relativamente a prédios urbanos, sendo que, nos termos do n.º 14 do mesmo Artigo, a deliberação tomada deve ser comunicada à Autoridade Tributária e Aduaneira até 31 de Dezembro, por transmissão eletrónica de dados, para vigorarem no ano seguinte, aplicando-se a taxa mínima referida na alínea c) do n.º 1, caso as comunicações não sejam recebidas dentro do prazo estabelecido.

A taxa, a fixar por deliberação de Assembleia Municipal, haverá de conter-se, em conformidade com a alínea c) do n.º 1 do Artigo 112.º do CIMI, com a redação dada pela Lei n.º 7-A/2016 de 30 de Março, nos seguintes limites:

- Para os prédios urbanos: 0,3% a 0,45%.

Para fundamentar a decisão municipal de aprovação da taxa, importa ter em conta o comportamento das receitas municipais decorrentes da tributação do património, transmissões onerosas de imóveis e da derrama.

	2019		2020		2021		2022		Exec. até Set (dados da AT)	Projeção
	Previsão Inicial	Cobrado	Previsão Inicial	Cobrado	Previsão Inicial	Cobrado	Previsão Inicial			
IMI	6.118.332,00	6.389.243,49	6.122.099,00	6.537.103,67	6.250.202,00	6.657.439,81	6.598.129,00	4.670.376,93	6.801.525,35	
IMT	1.507.776,00	1.458.546,43	1.396.507,00	2.031.389,39	1.645.102,00	2.163.924,94	2.068.741,00	1.840.554,49	2.398.192,05	



MUNICÍPIO DE POMBAL

<i>Derrama</i>	831.034,00	1.093.145,99	1.069.802,00	929.719,93	1.118.322,00	1.089.990,33	962.325,00	689.826,98	923.380,78
----------------	------------	--------------	--------------	------------	--------------	--------------	------------	------------	------------

TOTAL	8.457.142,00	8.940.935,91	8.588.408,00	9.498.212,99	9.013.626,00	9.911.355,08	9.629.195,00	7.200.758,40	10.123.098,18
--------------	---------------------	---------------------	---------------------	---------------------	---------------------	---------------------	---------------------	---------------------	----------------------

Os dados do mapa projetam a receita do ano de 2022, quanto a estes impostos diretos, para o valor de Eur. 10.123.098,18, prevendo-se um aumento de 2,14%, relativamente ao valor cobrado em 2021.

Da leitura do quadro, depreendesse que a receita do IMI e IMT, mantém uma tendência de aumento que, se espera, consiga superar a descida prevista para a Derrama.

Quanto à Assembleia Municipal, esta tem mantido, nos últimos seis anos, a taxa mínima aplicável aos prédios urbanos, avaliados em conformidade com o CIMI, acolhendo as propostas formuladas pelo Órgão Executivo. Desde a entrada em vigor do CIMI, regista-se a aprovação das seguintes taxas, no intervalo estabelecido no CIMI:

- ano de 2012 - 0,345%;
- ano de 2013 - 0,320%;
- ano de 2014 - 0,300%.
- ano de 2015 - 0,300%.
- ano de 2016 - 0,300%
- ano de 2017 - 0,300%
- ano de 2018 - 0,300%
- ano de 2019 - 0,300%
- ano de 2020 - 0,300%
- ano de 2021 - 0,300%

Do intervalo estabelecido pelo CIMI (0,3% a 0,45%), a taxa aprovada pelo Município em 2021, e que se propõe que seja a mesma para 2022, foi a mínima permitida de 0,3%. A despesa fiscal, pela taxa que se propõe, reporta a receita que o Município deixa de receber por não aplicar a taxa máxima permitida, estabelecida em 0,45%.

Com a proposta assente na taxa de IMI de 0,3%, e com base nos dados obtidos no portal da AT relativo ao ano de 2021, a despesa fiscal estimada para 2022 é de cerca de 3,43 milhões de euros.

A fixação da redução do IMI, de acordo com o nº de dependentes, é outro dos apoios às famílias que o Município aprovou em Regulamento Municipal, na sessão da Assembleia Municipal de 29 de abril de 2021, que entrou em vigor a 22 de maio de 2021.

Assim, atendendo ao nº de dependentes, ficou estabelecido no Artº 9º do Regulamento de Atribuição de Benefícios Fiscais do Município de Pombal, uma redução de Eur. 20,00, Eur. 40,00 e Eur. 70,00, para os sujeitos passivos com, respetivamente, um dependente, dois dependentes e três ou mais dependentes, a seu cargo, aplicando o máximo de redução permitido no nº 1 do Artigo 112º-A do CIMI, prevendo-se uma despesa fiscal, associada a esta medida, na ordem dos Eur, 133.000,00.

É pois notório o esforço e contributo municipais para o desagravamento dos custos com a habitação própria das famílias, esforço e contributos que se inscrevem no eixo de responsabilidade social municipal que orienta a nossa gestão pública neste momento de particulares dificuldades económicas e sociais.

É em linha com esta sensibilidade e responsabilidade, sem descurar a sustentabilidade das finanças municipais, que proponho:



MUNICÍPIO DE POMBAL

1.º Delibere a Câmara solicitar à Assembleia Municipal, em conformidade com o n.º 5 do Artigo 112.º do CIMI, conjugado com a alínea d) do n.º 1 do Artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a aprovação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis, a aplicar às cobranças de 2023, sobre aos prédios urbanos inscritos em 2022, nos seguintes termos:

a) Para os prédios urbanos (taxa a que se refere a alínea c) do n.º 1 do Artigo 112.º do CIMI): taxa no valor de 0,300%.

2.º Delibere a Câmara solicitar à Assembleia Municipal, a aprovação da respetiva parte de ata por minuta, para efeitos de imediata execução."

A discussão do presente assunto foi efetuada em simultâneo com o ponto 2.11.1, de cuja deliberação faz parte.

A Câmara deliberou, por unanimidade, solicitar à Assembleia Municipal:

- a aprovação da taxa do IMI relativa ao ano 2022, em 0,300%, nos termos da proposta supratranscrita; e
- a aprovação da respetiva parte de ata por minuta, para efeitos de imediata execução.

Nesta altura o **Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal**, propôs o seguinte:

"Eu proponho que os Pontos n.ºs 2.10, 2.11 e 2.12, que dizem todos respeito ao mesmo imposto, embora o Ponto n.º 2.10 diga respeito à proposta da Câmara sobre a fixação da taxa do IMI para 2022, o Ponto n.º 2.11, percentagem de majoração da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) aplicável a prédios urbanos degradados, proposta para 2022, e o Ponto n.º 2.12, também a proposta da Câmara sobre a fixação da percentagem de majoração da taxa de IMI, igualmente, mas aplicável a prédios rústicos em situação de abandono, eu proponho que, embora sejam votados separadamente, que a discussão seja em conjunto.

Ninguém se opõe a isto? Podemos discutir estes três pontos em conjunto, sobre o IMI?

Então, pergunto se alguém quer usar da palavra sobre estas três propostas – Pontos n.º 2.10, 2.11 e 2.12, da Câmara sobre IMI."

Presidente da Câmara Municipal:

"Muito obrigado, Senhor Presidente.

Eu creio que nós, na reunião de Câmara, debatemos e analisámos os vários pontos de vista, relativamente àquilo que era a estratégia, em termos fiscais, que devíamos seguir no Município, e aprovámos as propostas, que agora vêm aqui a discussão da Assembleia Municipal. E parece-me importante evidenciar – e se me permite, Senhor Presidente, eu falava já do bloco de impostos, para que pudessem perceber que há uma estratégia comum, coletiva, àquilo que é o nosso posicionamento relativamente à política fiscal.

E o primeiro aspeto que eu gostaria de destacar, naturalmente, agradecer aos serviços técnicos, à parte da contabilidade, que preparam sempre muito bem estas propostas, e esta análise. Como eu costumo dizer, isto dá muito trabalho até chegar às reuniões de Câmara e Assembleia Municipal, e, felizmente, temos no nosso Município de Pombal técnicos que merecem também ser reconhecidos pelo seu trabalho e pelo seu profissionalismo.

Relativamente à política fiscal para 2022, ela mantém-se, relativamente à política fiscal que já tínhamos aprovado em 2021, porque entendemos que há questões que merecem ser prioritárias nesta abordagem que fazemos à fiscalidade municipal, dentro daquilo que são também as prerrogativas que a Lei nos possibilita.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Desde logo, o princípio da responsabilidade social, e isso tem sido um princípio que tem orientado esta governação autárquica ao longo dos anos. E no âmbito desta responsabilidade social, nós vamos deixar mais de 5.200.000,00 € na economia, nas famílias, nas empresas. E parece-me que do ponto de vista do esforço financeiro do Município, é um elemento muito positivo, que merece ser destacado.

Depois, o princípio da prudência e da cautela. Nós, neste momento, entendemos que não podemos entrar em aventuras, nomeadamente quando se trata de impostos, e com este impacto também, do ponto de vista orçamental e da nossa capacidade de execução, porque os Senhores Membros da Assembleia Municipal querem é que nós possamos ter cada vez mais capacidade de execução, mais investimento, nós também queremos. E por isso, naturalmente que a cautela e a prudência, do ponto de vista daquilo que é a receita fiscal que podemos ter, e a despesa, aquilo que deixamos de receber, têm que ser sempre tidas em consideração.

E depois, o período em que vivemos; nós vivemos um período de incertezas, uma conjuntura super adversa, com uma crise internacional com impacto económico, financeiro e social, impacto nas organizações, impacto nas empresas, impacto nas famílias. E por isso, nós ainda não temos a perfeita noção das consequências que vai ter no nosso tecido económico local – da perspectiva que temos de desenvolvimento do conflito armado na Ucrânia, percebemos que ainda vamos ter muito mais dificuldades nos próximos meses, infelizmente. E por isso, naturalmente que estes princípios merecem – do nosso ponto de vista, naturalmente – esse enquadramento da abordagem que fazemos à política fiscal.

E é por isso que, no IMI sobre os prédios urbanos, mantemos a taxa mínima, e aqui com a clara intenção de manter esse desagramento dos custos com a habitação própria das famílias, e só nesta taxa de IMI, a despesa fiscal – isto é, o que não cobramos – está no valor de 3.481.000,00 €. Percebemos aqui o impacto – e não se esqueçam que nós temos esta taxa de IMI, e há muitos concelhos da região que praticam outras. Portanto, nós assumimos que mantemos a taxa mínima, e esta é uma taxa em que todas as pessoas que têm habitação própria naturalmente beneficiam destes valores.

Depois, mantemos o IMI Familiar – e é importante também essa nossa prerrogativa, que está já estabelecida no regulamento que temos, de atribuição de benefícios fiscais. E portanto, mantemos a redução do valor, em função do número de dependentes, e isso também é uma política de apoio às famílias, e só nesta rubrica perdemos, em termos de despesa fiscal, cerca de 183.000,00 €.

Depois, mantemos também aquilo que era a majoração do IMI em 30% para os prédios urbanos degradados – e vocês sabem que é a percentagem máxima que é aplicável a estes prédios urbanos degradados. E, portanto, o que nós queremos é que esses prédios voltem ao mercado, precisamos, naturalmente, de incentivar também a reabilitação dos imóveis combater a degradação destes imóveis, e promover a sua boa conservação. E é por isso que, naturalmente, mantemos esta taxa.

Temos também, naquilo que foi definido em termos da nossa ARU, também a majoração dos prédios degradados e devolutos, nomeadamente na zona histórica, porque está inscrito no próprio regulamento da ARU – a partir do momento em que aprovamos a ARU, sabemos que esses prédios vão ser majorados também, em termos de IMI.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Mantemos a majoração do IMI em 100% no caso dos prédios rústicos em situação de abandono, porque, naturalmente, há aqui um incentivo a que esses prédios deixem de estar ao abandono, que é isso que nós queremos todos no território.

E a este pretexto, dizer também que estamos a preparar e a delinear um programa também de apoio a pessoas que não consigam limpar os seus terrenos, por motivos de carência económica e financeira. Portanto, também estamos a analisar com os serviços, com o Gabinete Técnico Florestal, a possibilidade de também darmos esse apoio complementar a quem efetivamente precise dele.

E depois, nos Direitos de Passagem, temos a taxa máxima permitida.

Na questão da Derrama, também queria destacar a importância que nós temos de incentivar também aquelas PME's no nosso território, que tenham volume de negócios até aos 150.000,00 €, e que ficam isentas do pagamento da Derrama. E no caso da Derrama, na nossa despesa fiscal, mantendo 1% para quem tiver lucros superiores a estes 150.000,00 €, estamos a falar de uma despesa fiscal de cerca de 815.978,00 €, o que diz bem também daquilo que é a nossa perspetiva de mantermos aqui este incentivo também à atividade económica, com políticas fiscais positivas e atrativas para o território.

Assim como no IRS, em que mantemos a taxa variável em 2,5%. E no IRS, nesta taxa variável, a despesa fiscal cifra-se nos 873.000,00 €.

Isto significa que, no cômputo geral, se juntarmos a taxa variável do IRS, o não aplicarmos a taxa máxima, na Derrama e no IMI, e a questão do IMI Familiar, no total, dá mais de 5.200.000,00 €, naquilo que é a despesa fiscal – ou seja, aquilo de que o Município de Pombal prescinde para deixar na economia, para deixar nas famílias.

Creio que isso é, realmente, um elemento também positivo e distintivo no nosso território. E, portanto, é esta a nossa abordagem à política fiscal em 2022.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Senhores Membros da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente falou também sobre os Pontos n.º 2.13, 2.14 e 2.15.

Sem prejuízo de votarmos separadamente, se quiserem usar da palavra sobre qualquer um destes pontos, do 2.10 ao 2.15, está aberto o debate sobre as propostas da Câmara, relativas a alterações em matéria de IMI, de IRC, de Taxa Municipal de Direitos de Passagem ou de participação no IRS.”

Aníbal Cardona (PS):

“Em relação a estes três primeiros pontos, relativamente à taxa mínima do IMI, obviamente que votaremos a favor, e de alguma forma realçamos este facto, de se manter a taxa mínima.

Temos aqui uma leitura um pouco diferente relativamente às majorações. Como o Senhor Presidente disse, e muito bem, o momento que vivemos é efetivamente conturbado. E, nomeadamente, aqui a questão das majorações, relativamente aos edifícios que estão degradados, em muitos casos estão degradados, mas vivem lá famílias. E esse é o núcleo que nós temos aqui que proteger; pelas determinações até da União Europeia, pelo nosso Governo, inclusivamente pela Oposição, é o núcleo principal que nós devemos proteger. E nós não sabemos na plenitude o motivo pelo qual estas pessoas não procedem à requalificação das suas habitações.

A conjuntura internacional não augura nada de bom, e aqui, nós entendemos que pode haver talvez um anacronismo, no sentido em que, se calhar, este momento de incerteza



MUNICÍPIO DE POMBAL

não é o momento de majorar, ou seja, de sobrecarregar as pessoas com este acréscimo da taxa que já se lhes é cobrada.

Portanto, relativamente à taxa do IMI, perfeito, votamos a favor; discordamos relativamente à questão da majoração, desde logo do IMI, porque também penso que poderá haver aqui uma interpretação de uma desigualdade relativamente aos edifícios degradados que se encontram em ARU e os que não se encontram em ARU, eles são tratados exatamente da mesma forma, havendo aqui uma diferença em termos dos mecanismos.

Da mesma forma, relativamente aos prédios rústicos que estão abandonados, há uma dificuldade na monitorização da dimensão destes terrenos, muitos deles, não se sabe, efetivamente, de quem são. Para além disso, desconheço se, efetivamente, há uma correta monitorização e elencagem deste tipo de situação.

Portanto, relativamente a estas questões das majorações, entendemos que, mesmo que nós concordássemos, em termos filosóficos, digamos, com este conceito, no caso concreto das edificações urbanas, eu julgo que cada caso é um caso, e nós provavelmente poderemos estar aqui a sobrecarregar quem não pode efetivamente pagar.

Portanto, no primeiro ponto, Ponto n.º 2.10, votaremos a favor, e esta ressalva que fazemos, relativamente aos Pontos n.º 2.11 e 2.12, votaremos contra, pelos motivos que tentei, de alguma forma, explicitar.

Muito obrigado.”

João Pimpão dos Santos (Presidente J.F. Meirinhas, PPD/PSD):

“Senhor Presidente, o Município de Pombal tem à disposição das famílias carenciadas um instrumento que permite o apoio na requalificação das habitações degradadas. Por isso, as famílias que tenham necessidade de recorrer a este apoio, no Município de Pombal, nas Comissões Sociais Interfreguesias ou de Freguesia, podem ter acesso a esse mecanismo.

A majoração dos prédios degradados, acima de tudo, é um sinal político que se dá para a preservação e recuperação do património edificado. Este Município tem lançado, nos últimos anos, um conjunto importante de propostas para os proprietários privados e públicos procederem à requalificação do seu edificado, nomeadamente no que toca às ARU's – e são várias as sedes de freguesia que têm ARU's, a cidade de Pombal, quase toda ela tem ARU. Estas Áreas de Regeneração Urbana permitem um importante ganho de imposto, ao nível do IVA – que é 6% - a nível do IMI, e a nível também das taxas municipais.

Penso que se olharmos para estes instrumentos que o Município já disponibiliza, no âmbito das medidas de ação social e de apoio social, se olharmos para as medidas que também estão feitas, elaboradas e no terreno, na área do urbanismo, nomeadamente com as ARU's e com o apoio fiscal que é dado, estamos com condições plenas para assumir essa majoração do IMI.

No ano passado, eu lembro-me de ter feito uma intervenção sobre a possibilidade de nós chamarmos à sede do imposto um benefício para quem tenha uma eficiência energética alterada no seu património. Era importante, neste momento em que se debate uma crise energética no mundo, e na Europa em especial, era importante perceber de que maneira é que através do imposto, poderíamos ter aqui uma maneira de auxiliar e beneficiar aqueles que procurem maximizar a eficiência energética do seu edificado.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Há Municípios que já o fazem, penso que é uma questão de acompanharmos o que de diferente se faz.

Senhor Presidente, o PSD está consigo, e está muito satisfeito com a proposta que apresenta aqui hoje.”

Colocada a fixação da taxa de IMI relativa ao ano 2022 a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade e por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.11. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a fixação da percentagem de majoração da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis aplicável a prédios urbanos degradados, relativa ao ano de 2022.

Foi presente à Assembleia a proposta da Câmara Municipal sobre o assunto em epígrafe, que a seguir se transcreve:

“2.11.2. Fixação da percentagem de majoração da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis aplicável a prédios urbanos degradados, relativa ao ano de 2022.

Foi presente à reunião a Proposta n.º 38/2022, insita na informação n.º 34/DAFM/22, da Divisão de Administração e Finanças, datada de 19-09-2022, que a seguir se transcreve:

“Assunto: Fixação da percentagem de majoração da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis aplicável a prédios urbanos degradados, relativa ao ano de 2022

Nos termos do n.º 8 do Artigo 112.º do CIMI, podem os municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, majorar até 30%, a taxa aplicável a prédios urbanos degradados, considerando-se como tais os que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens Apelando ao sentido cívico e de responsabilidade dos munícipes, na manutenção dos prédios urbanos degradados, de que são proprietários, que proponho:

Delibere a Câmara solicitar à Assembleia Municipal, em conformidade com o n.º 8 do Artigo 112.º do CIMI, majorar em 30% a taxa aplicável a prédios urbanos degradados, considerando-se como tais os que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens.

Delibere a Câmara solicitar à Assembleia Municipal, a aprovação da respetiva parte de ata por minuta, para efeitos de imediata execução.”

A discussão do presente assunto foi efetuada em simultâneo com o ponto 2.11.1, de cuja deliberação faz parte.

A Câmara deliberou, por maioria, com dois votos contra, dos Senhores Vereadores do Partido Socialista:

- Solicitar à Assembleia Municipal a majoração em 30% da taxa aplicável aos prédios urbanos degradados, nos termos da proposta supratranscrita.
- Solicitar que a deliberação a tomar seja por minuta, para efeitos de imediata execução.”

Colocada a fixação da percentagem de majoração da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis aplicável a prédios urbanos degradados, relativa ao ano de 2022, a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com cinco votos contra do Grupo Municipal do Partido Socialista.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.12. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a fixação da percentagem de majoração da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis aplicável a prédios rústicos em situação de abandono, relativa ao ano de 2022.

Foi presente à Assembleia a proposta da Câmara Municipal sobre o assunto em epígrafe, que a seguir se transcreve:

“2.11.1. Fixação da percentagem de majoração da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis aplicável a prédios rústicos em situação de abandono, relativa ao ano de 2022.

Foi presente à reunião a Proposta n.º 39/2022, insita na informação n.º 35/DAFM/22, da Divisão de Administração e Finanças, datada de 19-09-2022, que a seguir se transcreve: "Assunto: Fixação da percentagem de majoração da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis aplicável a prédios rústicos em situação de abandono, relativa ao ano de 2022. Nos termos do n.º 9 do Artigo 112.º do CIMI, podem os municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, majorar até ao dobro, a taxa aplicável aos prédios rústicos com áreas florestais que se encontrem em situação de abandono, nas condições definidas no n.º 10 do mesmo Artigo, não podendo da aplicação desta majoração resultar uma coleta de imposto inferior a Eur. 20,00 por cada prédio abrangido.

Nos termos do referido n.º 10, consideram-se prédios rústicos com áreas florestais em situação de abandono, aqueles que integrem terrenos ocupados com arvoredos florestais, com uso silvo-pastoril ou incultos de longa duração, e em que se verifiquem, cumulativamente, as seguintes condições:

- a) Não estarem incluídos em zonas de intervenção florestal (ZIF), nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 127/2005, de 5 de agosto;*
- b) A sua exploração não estar submetida a plano de gestão florestal elaborado, aprovado e executado nos termos da legislação aplicável;*
- c) Não terem sido neles praticadas as operações silvícolas mínimas necessárias para reduzir a continuidade vertical e horizontal da carga combustível, de forma a limitar os riscos de ignição e propagação de incêndios no seu interior e nos prédios confinantes.*

Apelando ao sentido cívico e de responsabilidade dos munícipes na limpeza dos prédios rústicos com área florestal em situação de abandono, que proponho:

Delibere a Câmara solicitar à Assembleia Municipal, em conformidade com o n.º 9 do Artigo 112.º do CIMI, majorar em 100% a taxa aplicável aos prédios rústicos com áreas florestais que se encontrem em situação de abandono, não podendo da aplicação desta majoração resultar uma coleta de imposto inferior a Eur. 20,00 por cada prédio abrangido.”

A Câmara deliberou, por maioria, com dois votos contra, dos Senhores Vereadores do Partido Socialista:

- Solicitar à Assembleia Municipal a majoração em 100% da taxa aplicável aos prédios rústicos com áreas florestais que se encontrem em situação de abandono, nos termos supra propostos; e



MUNICÍPIO DE POMBAL

- Solicitar que a deliberação a tomar seja por minuta, para efeitos de imediata execução.

Colocada a fixação da percentagem de majoração da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis aplicável a prédios rústicos em situação de abandono, relativa ao ano de 2022 a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com cinco votos contra do Partido Socialista.

Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.13. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o Lançamento da Derrama sobre o lucro tributável do IRC do período de 2022, a cobrar no ano de 2023

Foi presente à Assembleia a proposta da Câmara Municipal sobre o assunto em epígrafe, que a seguir se transcreve:

“2.11.6. Lançamento da Derrama sobre o lucro tributável do IRC do período de 2022, a cobrar no ano de 2023

Foi presente à reunião a Proposta n.º 034/2022, ínsita na informação n.º 30/DAFM/22, da Divisão de Administração e Finanças, datada de 19-09-2022, que a seguir se transcreve: **"LANÇAMENTO DA DERRAMA SOBRE O LUCRO TRIBUTÁVEL DO IRC DO PERÍODO DE 2022, A COBRAR NO ANO DE 2023**

I

CONSIDERANDO:

Primeiro: Que a Lei do Regime Financeiro das Autarquias Locais (Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro), alterada e republicada pela Lei 51/2018 de 16 de Agosto), na sua alínea c) do Artigo 14º, consagra o produto da cobrança da derrama como uma das receitas municipais;

Segundo: Que o Artigo 18º da mesma Lei, na sua atual redação, define os termos do lançamento da derrama, de que se destaca:

a) Que os municípios podem deliberar lançar uma derrama, de duração anual e que vigora até nova deliberação, até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território;

b) Que a Assembleia Municipal pode, sob proposta da Câmara e nos termos dos n.ºs 2 e 3 do Artigo 16º, deliberar a criação de isenções ou de taxas reduzidas de derrama, contendo os seguintes critérios:

i. Volume de negócios das empresas beneficiárias;

ii. Setor de atividade em que as empresas beneficiárias operem no município;

iii. Criação de emprego no Município.

c) Que, em 29 de abril de 2021, a Assembleia Municipal aprovou o Regulamento de Atribuição de Benefícios Fiscais do Município de Pombal, tendo estabelecido no Artº 8º,



MUNICÍPIO DE POMBAL

que as pessoas coletivas sediadas no concelho de Pombal ou que, por criação ou transferência da respetiva sede social, se instalem no nosso concelho, podem beneficiar de isenção total da derrama aplicada sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC, desde que cumpram um dos seguintes critérios:

i. Volume de negócios igual ou inferior a 150.000,00 euros;
 ii. Instalação de sede social no concelho de Pombal nos últimos dois anos económicos, da qual resulte a criação de, no mínimo, três novos postos de trabalho.

d) Que, o Regulamento acima referenciado, entrou em vigor a 22 de maio de 2021, com efeitos aplicáveis ao ano de 2021 e seguintes;

e) Que, nos termos dos n.ºs 17 e 18 do referido Art.º 18.º, as deliberações a que se referem as alíneas anteriores devem ser comunicadas, por via eletrónica, à Autoridade Tributária até ao dia 31 de dezembro e, caso seja remetida para além do prazo, a liquidação e cobrança da derrama são efetuadas com base nas taxas e benefícios fiscais que estiverem em vigor naquela data;

Terceiro: Que, como consta no quadro seguinte, baseado na análise à cobrança efetuada até setembro do corrente ano (dados extraídos do portal da AT) e em período homólogo no ano transato, prevê-se uma redução na cobrança da receita, em cerca de 15 %, previsão justificada, em parte, pela atual conjuntura económica.

ANO ECONÓMICO, valores em Euros

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022 (projeção)
Derrama	884.196,86	952.284,72	1.069.808,29	1.093.145,99	929.719,93	1.089.990,33	923.380,78
Variação		7,70%	12,34%	2,18%	-14,95%	17,24%	-15,29%

Quarto: Que a responsabilidade social das empresas é um instrumento de reforço do desenvolvimento e coesão social local, cabendo ao Município, neste particular da derrama, o seu uso em favor das populações;

Quinto: Que a despesa fiscal estimada, para o que se propõe a seguir, com base nos últimos dados obtidos na AT reportados a 2021, é de cerca de Eur. 815.978, obtida no quadro seguinte:

	Lucro Trib.	Taxa 1,5%	Taxa: 1%	Isenção total	Despesa Fiscal
Volume neg. > 150.000,00	141.570.688,19	2.123.560,32	1.415.706,88		707.853,44
Volume neg. < 150.000,00	7.208.353,24	108.125,30		108.125,30	108.125,30
Totais	148.779.041,43	2.231.685,62	1.415.706,88	108.125,30	815.978,74

II

Proponho que, em conformidade com o disposto na alínea d) do n.º 1 do Artigo 25.º e a alínea ccc) do n.º 1 do Artigo 33.º, ambos da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, conjugados com o n.º 1 do Artigo 18.º da Lei n.º 73/2013 de 03 de Setembro, delibere a Câmara:

Primeiro: Solicitar à Assembleia Municipal a fixação da taxa de derrama sobre o lucro tributável do IRC do período de 2022, a cobrar no ano de 2023, no valor de 1,0%;



MUNICÍPIO DE POMBAL

Segundo: Solicitar à Assembleia Municipal a aprovação da respetiva parte de ata por minuta, para efeitos de imediata execução."

A discussão do presente assunto foi efetuada em simultâneo com o ponto 2.11.1, de cuja deliberação faz parte.

A Câmara deliberou, por unanimidade, solicitar à Assembleia Municipal:

- a fixação da taxa de derrama sobre o lucro tributável do IRC do período de 2022, a cobrar no ano de 2023, no valor de 1,0%; e

- a aprovação da respetiva parte de ata por minuta, para efeitos de imediata execução."

O **Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal**, abriu as inscrições para uso da palavra sobre este assunto, tendo-se inscrito:

Aníbal Cardona (PS):

"Votaremos a favor da taxa da Derrama proposta e dos direitos de passagem.

Relativamente à taxa variável do IRS, aplaudimos a trajetória de diminuição desta taxa ao longo do tempo, mas, mais uma vez, sublinhamos qual é o núcleo que nós temos que proteger, que é o núcleo das famílias, independentemente de onde é que vamos fazer este investimento.

Esta crise internacional, nomeadamente quando nós vemos as projeções e sabemos que o Concelho de Pombal tem uma taxa muito elevada até de habitação própria, e que são pessoas que vão ficar muito sobrecarregadas com o aumento das prestações, com os custos dos alimentos – o cabaz alimentar de referência está exponencialmente a aumentar – a desconfiança está instalada de uma forma muito acentuada.

E eu penso que, da mesma forma que o Senhor Presidente iniciou uma trajetória de diminuição desta taxa, também face à conjuntura determinada pela pandemia, eu julgo que vamos ter uma situação ainda mais difícil do que aquela que nos conferiu a pandemia, uma grande imprevisibilidade que determina que a falta de confiança se instale, e que a vida do dia a dia das pessoas se degrade.

Mais uma vez, também fazendo referência ao facto de que o próprio PSD na Assembleia da República insiste que poderá ser aqui, através do IRS, um instrumento adequado para fazer face a toda esta incerteza, ou quase uma certeza de degradação. E aqui, seria interessante fazer o apelo de que a decisão da Câmara fosse compaginável com a decisão, ou com o posicionamento do próprio PSD a nível nacional, que olha para este problema de frente, e que aqui a Câmara Municipal, tendo um instrumento, poder dar esse sinal de, efetivamente, poder decrescer este valor. E aqui, estamos a falar de um valor que se reflete exatamente nesse núcleo, que nós sentimos que vive cada vez pior, que são as famílias.

Relativamente a este ponto, votaremos contra, porque entendemos que essa trajetória, faz todo o sentido que continue.

Muito obrigado."

João Pimpão dos Santos (Presidente J.F. Meirinhas, PPD/PSD):

"Amigo Aníbal, tenho muito gosto em te dar uma ficha de filiação de militante do PSD, porque vejo que acompanhas com proximidade e colaboras nas propostas do Partido Social Democrata. Pena é que o Governo do Partido Socialista não as acolha.

Eu não falei da Assembleia da República, foi o distinto membro da Assembleia Municipal, Aníbal Cardona, que falou da Assembleia da República, porque eu ando tão em baixo, que nem me lembro da Assembleia da República, porque, realmente, não responde.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Portugal vive uma crise enorme, quem pode e quem tem competência para mexer nos impostos é o Governo, e o Governo do Partido Socialista não quer ajudar. O Governo do Partido Socialista não quer reduzir o IRS, não quer apoiar as famílias, não quer apoiar as empresas, não quer apoiar Portugal. E numa taxa de 100%, virem-nos falar que o Município devia prescindir dos 2,5%, esquecendo os outros 95%, é injusto para quem faz o esforço de reduzir em 50% o que podia receber – 50%.

Se o IRS descesse em 50%, estávamos todos muito melhor – muito melhor – e o Governo do Partido Socialista não o quer fazer, não quer ajudar.”

João Antunes dos Santos (PPD/PSD):

“Eu não sou tão otimista como o Senhor Presidente de Junta das Meirinhas, o João Pimpão, que acha que o nosso colega Aníbal Cardona já está apto para se filiar no PSD, mas há aqui algo que eu tenho que notar, que, efetivamente, o Aníbal Cardona está em contraciclo com aquilo que é o Partido Socialista nacional. E porquê? Porque, efetivamente, o Partido Socialista que, neste momento, governa o nosso país, quando se lhe pede mais apoio às famílias, mais apoio às empresas, nesta altura difícil, em que a inflação tem os números que tem, e em que toda a gente está a passar, e vai passar ainda por maiores dificuldades, o Partido Socialista diz que não, diz que tem de ser regrado nos apoios que dá, porque o dinheiro não estica. Quando lhe pedimos para baixar os impostos, diz exatamente a mesma coisa, que é necessária receita para o funcionamento do país, e está a aproveitar até essa receita para abater a tão famosa dívida pública, que no passado não era um problema para o Partido Socialista, mas que agora já passou a ser.

E a verdade é que há aqui uma coisa que eu penso que os deputados municipais aqui do Partido Socialista ainda não entenderam, que é: a única pessoa, a única entidade que, neste momento, está a ganhar com a inflação em Portugal é o Estado Central – o Estado Central que é governado pelo Partido Socialista neste momento, porque são eles que cobram IVA.

O principal imposto, a principal receita extraordinária que vem dos tempos em que vivemos é o IVA. O Município de Pombal não cobra IVA, pelo contrário, o Município de Pombal paga muito IVA dos seus consumos, dos custos energéticos, dos fornecedores. E portanto, se há aqui alguém que está a ganhar dinheiro com isto é, efetivamente, o Estado Central, não são as autarquias.

E, portanto, eu queria focar-me aqui num número bastante considerável, que são 5.253.036,34€. Esta é a despesa fiscal do Município para o ano de 2023, ou seja, este é o valor que o Município deixa de arrecadar, para deixar nas famílias e nas empresas, 5.000.000,00 €. Efetivamente, era dinheiro que dava para fazer muito investimento, dava para fazer muita coisa. Mas, é uma opção, e bem, do Município, deixar este dinheiro na economia – neste caso, nas empresas – e nas famílias. Mas, obviamente que não se pode querer o melhor de dois mundos; se deixamos o dinheiro nas famílias e nas empresas, depois não podemos estar a pedir também investimento cego, porque, obviamente, são 5.000.000,00 € que ficam na economia real.

E, portanto, saudar o Município por essa decisão.

Quanto ao IRS, permitam-me que faça aqui uma reflexão convosco, que acredito que, neste aspeto, certamente todos concordarão, que é: nós temos um Estado – e quando falo em “Estado”, falo em Estado Central, nem falo deste Governo em concreto – que, nos



MUNICÍPIO DE POMBAL

últimos anos, nas últimas décadas, sistematicamente aumenta a carga fiscal, aumenta impostos.

Ao dia de hoje, nós temos a maior carga fiscal de sempre, com um Governo do Partido Socialista, mas foi a tendência das últimas décadas. As autarquias locais, obviamente que também acho que não há grandes dúvidas de que o dinheiro público é melhor gasto nas autarquias locais do que é no Estado Central, e a verdade é que a dívida das autarquias locais, somada, é uma ínfima parte daquilo que é a dívida total do Estado. Mas, depois são as desgraçadas das autarquias locais – que é mesmo este o termo, as desgraçadas das autarquias locais, que se têm de esmifrar para ainda deixar algum dinheiro na economia, para devolver rendimento às pessoas e às empresas.

Eu acho que isto, a meu ver, sinceramente, não faz, de todo, muito sentido. Mas, infelizmente – ou felizmente – é o país que temos.

Agora, e focando-me no IRS, este é um imposto que, à partida, tanto nós, Social Democratas, como o Partido Socialista, consideramos um imposto, à partida, justo. Porquê? Porque é progressivo e proporcional. Podemos discordar das taxas, obviamente, mas concordamos com a progressividade e com a proporcionalidade deste imposto.

E, portanto, o que é que acontece? As pessoas que efetivamente têm menos rendimentos já não pagam, ao dia de hoje, IRS. Podemos discutir se devia haver mais pessoas isentas de pagar IRS, claro que devíamos discutir isso, mas a verdade é que as pessoas que mais necessitam, com mais necessidades, ao dia de hoje já não pagam IRS.

E, portanto, o que o Município aqui está a fazer é a devolver parte do IRS às pessoas que pagam IRS – ou seja, que não são as pessoas que propriamente estejam no limiar da pobreza, são pessoas que já têm condições para pagar algum IRS.

E, obviamente, podemos sempre achar que os 2,5% são muito ou são pouco. A verdade é que a Lei diz que tem de ser de 0% a 5%, e nós estamos a meio. E eu, hoje à tarde, antes de vir para a Assembleia Municipal, até fui ao site da Autoridade Tributária – aliás, coloquei no Google e fui direcionado para o site da Autoridade Tributária – e vi as taxas aplicadas no resto dos Municípios do país – Portugal Continental, porque as regiões autónomas têm autonomia fiscal neste aspeto. E usei o Excel, somei as percentagens todas, e fiz uma média. E a média nacional que os Municípios aplicam é 3,66%. Ou seja, nós, em Pombal, estamos abaixo da média nacional, mais de um ponto percentual abaixo da média nacional.

E ainda podemos fazer outro raciocínio, que é se a maior parte dos Municípios, ao dia de hoje, são socialistas, não temos grandes dúvidas de que as autarquias socialistas, a grande maioria delas, aplica uma taxa superior àquela que o Município de Pombal está a aplicar. Mas, aqui, o Partido Socialista de Pombal, mesmo assim, acha que é pouco, e acha que devíamos baixar mais.

Agora, eu também não entendo como é que, há uns pontos atrás, quando estávamos a discutir a revisão ao Orçamento, e sistematicamente o Partido Socialista está sempre a falar em mais investimento, mais obras; mas depois, quando chegamos a esta parte, quer menos receita. Ou seja, eu gostava de saber qual é que é a solução mágica para se conseguir mais investimento, mais obras, e mesmo assim ter menos receita, porque, efetivamente, nos últimos anos, ou no último ano, fruto da redução que foi feita em 2020, a receita com o IRS já baixou. E obviamente que não há milagres, é necessário dinheiro, é necessária receita para fazer investimento no território.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Portanto, parece-me que os 2,5% é uma taxa responsável, equilibrada, com bastante bom senso, que faz o equilíbrio entre aquilo que, efetivamente, o Município entende que pode devolver para ajudar as famílias – ao contrário daquilo que o Governo não faz – mas também não põe em causa aquilo que são os compromissos do Município para o futuro.”

Anibal Cardona (PS):

“Pronto, o que é que eu depreendi da intervenção aqui dos meus colegas? Que a trajetória de descida da taxa variável, que mereceu aqui a concordância de todos. Os Senhores, apesar da situação conjuntural ser a mais complicada, provavelmente, de décadas, entendem que essa trajetória – porque o que foi dito aqui é que a trajetória de descida, os senhores deixaram de concordar com ela, foi aquilo que eu disse quando apresentei a minha sugestão aqui ao Senhor Presidente.

Havia uma trajetória de descida, porque a situação, a pandemia, muito bem, tudo bem, vamos descer. De repente, estamos perante uma situação completamente imprevisível, e os senhores deixaram de concordar com essa trajetória.

E, obviamente que nós estamos perante uma situação muito particular, e a Câmara Municipal de Pombal tem, felizmente, um respaldo financeiro que pode dar um sinal claro – mais uma vez utilizando o termo – a esse núcleo que nós queremos defender.

Não nos podemos nunca esquecer que se nós virmos até os níveis de vencimento – que não são compagináveis com o custo da habitação e outros – do nosso concelho, provavelmente, nós devemos aqui ter uma atenção especial com as famílias. Vamos ver o que é que isto dá, este sinal era importante, na minha perspetiva.

Também acho que tenho lá umas fichas de adesão ao PS, se quiserem, para a troca.”

José Gomes Fernandes (PPD/PSD):

“Boa noite.

Muito rapidamente, para dizer apenas que, seguindo-se todos os anos uma trajetória de descida, haveríamos de chegar a um ponto de zero, ou abaixo de zero, o que não é possível. Há de haver um ponto em que há de parar. É de equilíbrio, é de bom senso perceber-se isto, em algum ponto temos de parar.

E, portanto, manter-se a mesma posição do ano passado. Já foi aqui explicado pelo meu colega de Bancada que outros Municípios, inclusive socialistas, têm uma taxa muito superior à nossa, e nós mantemos a taxa do ano passado, apesar de tudo.

Eu quero lembrar que a inflação fez aumentar impostos – como o IVA, por exemplo, porque as transações comerciais passaram a ser feitas com preços superiores, logo cobrou-se mais IVA. Mas, também quero lembrar que a nível do Governo Central, o Governo Central poderia ter subido os escalões do IRS. Com a inflação, as pessoas passaram a receber um bocado mais, mas o Governo não subiu os escalões, continua pelos mesmos escalões, a cobrar como se as pessoas estivessem a receber efetivamente mais, o que não é verdade. E por outro lado, aproveitou também esta inflação para pagar a dívida pública – se a inflação for de 16%, 16% da dívida pública foi paga à conta das pessoas que têm dinheiro, ou que guardaram o seu dinheiro. É assim que funciona o Governo Central.

E nós aqui, em Pombal, pelo menos a Câmara Municipal, não está a aproveitar para ganhar mais dinheiro, como está a fazer o Governo Central.

Era isto que eu tinha a dizer.”

João Antunes dos Santos (PPD/PSD):



MUNICÍPIO DE POMBAL

“Eu não posso deixar de dizer que concordo com o Aníbal Cardona, quando ele diz que, efetivamente, vivemos tempos excepcionais, mas não são só as famílias e as empresas; já percebemos nesta Assembleia que também o Município vive tempos excepcionais. Ou seja, já percebemos que só a despesa corrente, este ano, pode aumentar em cerca de 2.000.000,00 €, tendo em conta aquilo que estava estimado, fruto dos tempos em que vivemos.

E, portanto, isso também não pode ser desconsiderado na análise que deve ser feita neste ponto em concreto.

E depois, como eu entendo que o Aníbal Cardona da primeira parte da Assembleia é o mesmo da segunda parte, eu volto a questionar: como é que é possível fazer mais investimento, e reduzir mais a receita? Não entendo, deve haver uma fórmula mágica que eu desconheço.”

Colocada a proposta sobre Lançamento da Derrama a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade e por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.14. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Estabelecimento da Taxa Municipal de Direitos de Passagem a vigorar no ano de 2023

Foi presente à Assembleia a proposta da Câmara Municipal sobre o assunto em epígrafe, que a seguir se transcreve:

“2.11.6. Estabelecimento da Taxa Municipal de Direitos de Passagem a vigorar no ano de 2023

Foi presente à reunião a Proposta n.º 036/2022, insita na informação n.º 32/DAFM/22, da Divisão de Administração e Finanças, datada de 19-09-2022, que a seguir se transcreve:

ESTABELECIMENTO DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM A VIGORAR NO ANO DE 2023

I

CONSIDERANDO:

Primeiro: O n.º 2 do Artigo 106.º da Lei n.º 5/2004, de 10 de Fevereiro, na sua atual redação, firma a possibilidade de estabelecimento de uma taxa municipal de direitos de passagem (TMDP) sobre os direitos e encargos relativos à implantação, passagem e atravessamento de sistemas, equipamentos e demais recursos das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, dos domínios público e privado municipal, a qual obedece aos seguintes princípios, nos termos do n.º 3 do mesmo Artigo:

a) A TMDP é determinada com base na aplicação de um percentual sobre o total da faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do correspondente município;

b) O percentual referido na alínea anterior é aprovado anualmente por cada município até ao fim do mês de dezembro do ano anterior a que se destina a sua vigência e não pode ultrapassar os 0,25 %.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Segundo: A implantação, a passagem e o atravessamento dos sistemas, equipamentos e demais recursos destas empresas gera um encargo adicional de gestão do domínio público municipal, que, em bom rigor, deve ser transferido para os utilizadores efetivos dessas infraestruturas.

Terceiro. Que o Município tem mantido, em todos os anos, a percentagem de 0,25%, resultando daí uma receita anual, que se resume no quadro abaixo:

ANO ECONÓMICO, valores em Euros

<i>Ano</i>	<i>2016</i>	<i>2017</i>	<i>2018</i>	<i>2019</i>	<i>2020</i>	<i>2021</i>	<i>2022 (Projeção)</i>
<i>TMDP</i>	<i>18.247,39</i>	<i>10.359,38</i>	<i>10.481,78</i>	<i>14.853,52</i>	<i>14.809,76</i>	<i>16.116,40</i>	<i>18.812,54</i>

II

Proponho que, em conformidade com o disposto na alínea b) do nº 1 do Artigo 25º e a alínea c) do nº 1 do Artigo 33º, ambos da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, conjugado com a alínea b) do nº 3 do Artigo 106º da Lei 05/2004 de 10 de fevereiro, delibere a Câmara:

Primeiro: Solicitar à Assembleia Municipal o estabelecimento da Taxa Municipal de Direitos de Passagem a vigorar no ano de 2023;

Segundo: Solicitar à Assembleia Municipal a fixação do quantitativo de 0,25%, para a referida taxa;

Terceiro: Solicitar à Assembleia Municipal a aprovação da respetiva parte de ata por minuta, para efeitos de imediata execução."

A discussão do presente assunto foi efetuada em simultâneo com o ponto 2.11.1, de cuja deliberação faz parte.

A Câmara deliberou, por unanimidade, solicitar à Assembleia Municipal:

- o estabelecimento da Taxa Municipal de Direitos de Passagem a vigorar no ano de 2023;
- a fixação do quantitativo de 0,25%, para a referida taxa;
- a aprovação da respetiva parte de ata por minuta, para efeitos de imediata execução."

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia perguntou se algum membro pretendia usar da palavra, tendo-se inscrito:

Humberto Lopes (Presidente J.F. Almagreira, PPD/PSD):

"Obrigado, Presidente.

Aqui neste ponto, é só para dar uma nota, ou seja, quando há bocadinho falávamos do Estado, das autarquias, aqui falamos em empresas privadas, que dão lucro, e que estão a instalar dezenas de metros de cabo, centenas de metros de cabo por todo o lado. Ou seja, quando há algum tempo nos queixávamos da ausência – e estamos aqui a falar de fibra ótica, por exemplo, e nós já alertámos também o Município para esta questão – é este o meu tema, ou seja, a Câmara tem, e bem, esta proposta para fazer verter sobre empresas privadas uma parte do seu lucro aqui nos direitos de passagem, ou seja, um pagamento à comunidade por um serviço que prestam.

O alerta que eu faço é o controlo desse trabalho. Ou seja, o que é que está a acontecer? É só repararem, estão a deixar apoios, os postes, em vários sítios, acessos, junto a habitações, armários a estrangular passeios.



MUNICÍPIO DE POMBAL

É este alerta que eu faço, ou seja, é muito bom cobrar esta taxa, mas também é muito bom fiscalizar e controlar a execução destes trabalhos, eu já o fiz também formalmente, e deixo-o aqui publicamente.

Obrigado.”

Colocada a proposta sobre Estabelecimento da Taxa Municipal de Direitos de Passagem a vigorar no ano de 2023 a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade e por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.15. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Fixação da percentagem de participação no IRS para o ano 2023

Foi presente à Assembleia a proposta da Câmara Municipal sobre o assunto em epígrafe, que a seguir se transcreve:

“2.11.4. Fixação da percentagem de participação no IRS para o ano 2023

Foi presente à reunião a Proposta n.º 037/2022, ínsita na informação n.º 33/DAFM/22, da Divisão de Administração e Finanças, datada de 19-09-2022, que a seguir se transcreve: *“Assunto: FIXAÇÃO DA PERCENTAGEM DE PARTICIPAÇÃO NO IRS PARA O ANO DE 2023*

I

CONSIDERANDO:

Primeiro: Que a Lei do Regime Financeiro das Autarquias Locais (Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro), no seu Artigo 3.º, define como um dos princípios fundamentais para o desenvolvimento da atividade financeira das autarquias locais, o princípio da justa repartição dos recursos públicos entre Estado e as autarquias locais.

Segundo: Que no seu Artigo 25.º, n.º 1, alínea c), estabelece como uma das formas de repartição dos recursos públicos, a participação variável no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial.

Terceiro: Que o Artigo 26.º da mesma Lei, define os termos de participação dos municípios no IRS dos sujeitos passivos, de que se destaca:

a) Que os municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior;

b) A participação referida no número anterior depende de deliberação sobre a percentagem de IRS pretendida pelo município, a qual é comunicada por via eletrónica pela respetiva câmara municipal à AT, até 31 de dezembro do ano anterior àquele a que respeitam os rendimentos;

c) Que na ausência de deliberação ou de comunicação a que se refere o número anterior, o município tem direito a uma participação de 5% no IRS.

Quarto: Que no ano anterior, para os rendimentos de 2021, o Município deliberou reduzir a percentagem de participação variável no IRS, para 2,5%.

Quinto: Que a receita anual nos últimos 7 anos, de acordo com o quadro 12 anexo à Lei de Orçamento de Estado, se resume no quadro abaixo, com a receita de 2022 a reduzir Eur. 281.114,00 em relação a 2021, devido essencialmente, à redução na percentagem



MUNICÍPIO DE POMBAL

de participação no IRS, de 3,5% para 2,5%, que Assembleia Municipal deliberou em 2020, para os rendimentos do ano de 2021.

ANO ECONÓMICO, valores em Euros

Ano	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
IRS	1.307.397	1.204.404	1.314.838	1.366.760	1.176.789	1.154.994	873.880

Sexto: Que, numa política continuidade de apoio às famílias do Concelho, o Município pretende manter a percentagem de participação no IRS, em 2,5%, para o ano de 2023.

Sétimo: Que, com esta proposta, o produto da diferença de taxas e a coleta líquida é considerado como dedução à coleta do IRS, a favor dos sujeitos passivos.

Oitavo: Que, com a proposta assente na percentagem de 2,5 %, a despesa fiscal estimada para 2023, cuja receita será recebida em 2024 é de cerca de Eur. 873.000,00.

II

Proponho que, em conformidade com o disposto na alínea c) do n.º 1 do Artigo 25º e a alínea ccc) do n.º 1 do Artigo 33º, ambos da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, conjugado com o n.º 2 do Artigo 26º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, delibere a Câmara:

Primeiro: Solicitar à Assembleia Municipal, autorização para fixar a percentagem de participação variável no IRS, a aplicar aos rendimentos do ano de 2023, dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Pombal, no valor de 2,5 %.

Segundo: Solicitar à Assembleia Municipal a aprovação da respetiva parte de ata por minuta, para efeitos de imediata execução."

A discussão do presente assunto foi efetuada em simultâneo com o ponto 2.11.1, de cuja deliberação faz parte.

A Câmara deliberou, por maioria, com dois votos contra, dos Senhores Vereadores do Partido Socialista, solicitar à Assembleia Municipal:

- *autorização para fixar a percentagem de participação variável no IRS, a vigorar em 2023, no valor de 2,5 %.*
- *a aprovação da respetiva parte de ata por minuta, para efeitos de imediata execução."*

Colocada a proposta sobre Fixação da percentagem de participação no IRS para o ano 2023 a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com seis votos contra do Grupo Municipal do Partido Socialista.

Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de execução imediata.

Nesta altura o **Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** usou da palavra como se segue:

“Senhores Deputados, pergunto se podemos discutir em conjunto – aliás, isto não é para discutir, é para conhecimento – o relatório de execução orçamental da PMUGest – 1.º semestre de 2022, e é o relatório do fiscal único da PMUGest, referente ao 1.º semestre de 2022. Como ambos dizem respeito à PMUGest – um é o relatório de execução orçamental, outro é o relatório do fiscal único.”

A Assembleia concordou.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Ponto 2.16. Apresentação e discussão do Relatório de Execução Orçamental da PMUGEST - 1.º Semestre de 2022 - Para conhecimento.

Foi presente à Assembleia o Relatório de Execução Orçamental da PMUGEST - 1.º Semestre de 2022, o qual foi previamente distribuído.

Com a anuência dos Membros da Assembleia, o **Senhor Presidente da Mesa** colocou os relatórios a discussão, tendo-se inscrito:

Rodrigo Escapa (PS):

“Muito obrigado. Muito boa noite a todos. Cumprimento esta Assembleia, na pessoa de V. Exa.

Eu não me vou alongar muito, dado o adiantado da hora – ainda por cima, sendo uma matéria que não está sujeita propriamente a votação – não me vou adiantar muito, a noite já vai longa – o que também não é alheio ao facto de a Assembleia ter sido convocada para as horas a que foi, mas isso serão contas de outro rosário.

Relativamente aqui ao Ponto n.º 2.16 e ao Ponto n.º 2.17, eu li cuidadosamente ambos os relatórios, e o primeiro adjetivo que me ocorre é que é espantoso, porque são espantosamente omissos naquilo que interessa.

A verdade é que ambos os relatórios estão muito bonitos, com todas as parcelas e mais algumas, mas a verdade é que, naquilo que importa, nenhum dos relatórios – sobretudo o elaborado, não pelo fiscal único – responde àquilo que se exige. E à medida que vamos lendo o relatório, a pergunta vai ressoando com mais e mais força – e refiro-me claramente ao motivo pelo qual a execução orçamental está tão longe dos 100%, roça os 50%.

E, portanto, não existindo um motivo que justifique isto, esta Assembleia vê-se impedida de cumprir aquilo que é o seu dever, que não é propriamente elogiar a atuação da Câmara, mas sim fiscalizar. E não conseguindo perceber o porquê disto ter acontecido, isto torna-se um bocadinho uma “pescadinha de rabo na boca”, e portanto, não conseguimos perceber os motivos e não os podemos discutir, não os podemos fiscalizar, e fica assim esta Assembleia, e particularmente a Bancada do Partido Socialista, impedida de realizar aquilo que é a sua função de fiscalização.

Isto dito, e porque também acaba por ser – é uma questão lateral, bem sei, e que não é nesta sede do relatório de execução orçamental que cabe falar, mas acaba por ser referido, e, portanto, não posso deixar de manifestar que continuamos sem perceber muito bem qual é que é o espaço, ou qual é que é o futuro que o Executivo pretende dar, nomeadamente ao Café Concerto.

Bom, isto era apenas uma nota lateral, e vou concluir, dizendo o seguinte: é que não deixa de ser quase um vexame a necessidade que o fiscal único teve de fazer, relativamente a ter que salientar a inexistência de um manual compliance, relativamente às regras de prevenção à corrupção.

E, portanto, concludo, terminando dizendo que é lamentável que aquilo que consta, não devia constar, e aquilo que devia constar, não está lá.

Muito obrigado.”



MUNICÍPIO DE POMBAL

Luís Couto dos Santos (OI):

Sim, eu acho que a intervenção anterior está munida de vários erros de análise, e naturalmente, não posso concordar, de todo, com o colega do PS nesse sentido.

É manifestamente conhecida a nossa posição relativamente à integração destes serviços dentro da Câmara, a longo prazo.

Não obstante este aspeto, há aqui duas coisas de ressaltar, positivas, neste relatório, relativamente ao primeiro semestre de 2022, que se refere essencialmente ao aumento de receita face ao orçamento, e uma redução de custos, na ordem dos 46%. Ou seja, não obstante uma ótica de transparência – porque são serviços camarários, digamos assim, e continuamos a manter esse posicionamento – obviamente, há aqui evidências de boa performance de gestão, que são inegáveis.

A única coisa – e aqui, pedia a intervenção do Senhor Presidente – que neste relatório eu sei que existe aqui uma volatilidade ao longo do ano, em termos de serviços florestais, ou de serviços urbanos, mas sendo que nos resultados das vendas e prestações de serviços, quando temos na classificação, no Quadro 3 da prestação por atividade, os serviços urbanos representam mais do que 50% da receita desta empresa, não existe uma subdivisão disto, nomeadamente a discriminação dos serviços urbanos.

Isto, naturalmente, para monitorar novamente aquela questão do impacto potencial, ou não, sobre a questão da limpeza das fossas domésticas, essencialmente para monitorar esta questão, se, efetivamente, é uma questão de preocupação de futuro, ou não. Mas, será uma melhoria pontual do relatório, mas, não obstante aqui a boa performance, apesar de aqui, obviamente, a questão do Bodo ainda continuar a ser uma questão que me preocupa sobremaneira.

Mas, parabéns à administração. Quando é preciso dar os parabéns, temos que os dar, naturalmente, aos profissionais que trabalham nesta empresa.”

Manuel Serra (PPD/PSD):

“Senhor Presidente, sobre as performances desta empresa, enfim, fiz aqui uma análise – que é a minha – e que julgo que devia ser relevada nesta Assembleia, daí ser dado o crédito – o Luís Couto já acabou por indicar algumas das coisas positivas.

Relativamente à questão da execução orçamental, não há dúvida de que isto é um relatório que diz respeito a seis meses, e portanto, a execução orçamental diz respeito ao ano inteiro, não é de estranhar, ter mais de 50% de execução orçamental é uma ótima performance.

E, portanto, sobre este relatório semestral, gostaria apenas de relevar alguns aspetos que a empresa apresenta nestas suas contas do primeiro semestre, com uma realidade económico-financeira muito positiva, a deixar certamente muito orgulhosos os seus mais altos responsáveis e a garantir mérito e reconhecimento ao Conselho de Administração, que logo nos seus primeiros seis meses de vigência, consegue apresentar ao acionista Município de Pombal um resultado muito positivo do seu trabalho.

Assim, para 890.000,00 € de rendimentos, com execução de 52% da previsão orçamental, e 770.000,00 € de gastos com a execução de 46% da previsão orçamental, desvio previsional positivo, favorável, de 85.000,00 € - ou seja, gastaram-se menos 85.000,00 € do que o previsto para a mesma receita prevista e executada.

Das contas de exploração do semestre apura-se um resultado de 121.000,00 €, que passou de 10.000,00 €, no primeiro semestre de 2021, para 121.000,00 €, em 2022, com um aumento de 1.126% entre os períodos homólogos. Esta variação melhorou todos os



MUNICÍPIO DE POMBAL

indicadores financeiros apresentados, todos mais favoráveis e melhores que os do período homólogo anterior, sendo que destes 121.000,00 €, 35.000,00 € resultaram da atividade comercial das Festas do Bodo em 2022, o que demonstra uma intervenção economicamente muito eficiente da PMU nestes festejos.

Na atividade da empresa, os serviços urbanos e os serviços florestais correspondem à mais substancial atividade da empresa, 690.000,00 € em 860.000,00 € de receitas totais, correspondendo a um aumento da atividade da empresa em todas as rubricas, embora tenha havido alguma atualização das tabelas de preços dos serviços prestados e à racionalização dos custos.

De realçar a aposta na introdução de novas e mais expeditas formas de pagamento do estacionamento público – Via Verde, multibanco – que ajudaram também ao crescimento da receita nessas áreas.

Também a intervenção da PMU nas Festas do Bodo contribuiu para um maior crescimento da receita – cerca de 40.000,00 € - que anteriormente nem sequer existia, devido ao confinamento.

A cessão da exploração do Café Concerto e da Cafeteria do Castelo, cronicamente deficitária, contribuiu para subtrair custos à empresa.

Do parecer e recomendações do fiscal único, certifica-se que os rácios financeiros, liquidez geral, autonomia financeira e solvabilidade melhoraram substancialmente no semestre em análise. Quanto aos gastos, os custos com pessoal, que representam 70% dos mesmos, e secundados pelo fornecimento de serviços externos – cerca de 20% - estão ao nível da execução orçamental prevista, a demonstrar uma boa performance na gestão desses capítulos.

Relativamente aos rendimentos, também a administração foi eficiente, ao conseguir 52% de execução, com algumas rubricas com valor superior ao orçamentado, o que denota cautela na orçamentação e eficácia na execução, pelo cuidado em não deixar passar oportunidades de acréscimo da receita, como foi a candidatura com sucesso aos fundos de apoio que o Governo lançou.

Ainda as recomendações do fiscal único, no Ponto n.º 2.17, para que seja elaborado um manual de controlo interno para fazer face às necessidades da entidade, bem como para dar cumprimento ao Decreto-lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro, para a prevenção da corrupção, bem como a elaboração de um programa de cumprimento normativo, que inclua um programa de prevenção de riscos de corrupção, um código de conduta e um programa de formação, irão certamente ser acolhidos pela empresa, e proximamente já teremos certamente mais informação sobre o andamento deste processo.

Assim, temos de concluir pela eficácia e sucesso deste novo Conselho de Administração, que pelos números apresentados, conseguiu melhorar toda a atividade da PMUGest E.M., à qual não terá sido alheia a colaboração de todos os seus funcionários, bem como o aumento da sua saúde financeira e qualidade de execução orçamental, a demonstrar que a contratação desta nova administração, que entrou em funções em janeiro do corrente ano, foi uma aposta ganha, apesar de todas as polémicas públicas que estes atos sempre motivam, com vantagens para a atividade da empresa, para o sucesso do seu acionista, e principalmente para o benefício dos seus clientes, pelo que julgo que está de parabéns a sua administração, e também o Executivo Municipal, que soube dotar a empresa com administradores à altura das suas exigências, e que, por isso, devem ser



MUNICÍPIO DE POMBAL

informados do reconhecimento, aplauso e estímulo que esta Assembleia lhes dedica, para que continuem nesse caminho, que a todos nos beneficia e nos orgulha.

Muito obrigado.”

A Assembleia tomou conhecimento.

Ponto 2.17. Apresentação e discussão do Relatório do Fiscal Único da PMUGEST, referente ao 1.º Semestre de 2022 - Para conhecimento.

Foi presente à Assembleia o Relatório do Fiscal Único da PMUGEST, referente ao 1.º Semestre de 2022, o qual foi previamente distribuído.

A discussão deste ponto foi efetuada em simultâneo com o ponto anterior.

A Assembleia tomou conhecimento.

Ponto 2.18. Apresentação, discussão e votação dos pedidos de apoio das Juntas de Freguesia do Concelho de Pombal.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, perguntou se alguém pretendia usar da palavra, tendo-se verificado as seguintes inscrições:

Daniel Ferreira (Presidente J.F. Vermoil, PPD/PSD):

“Tomei a palavra só em forma de agradecimento ao Município, e salientar estes apoios que estão aqui a ser apresentados, e que são de extrema importância para as freguesias, e que gostaria de salientar dois grupos.

O primeiro, que tem a ver com os apoios que foram prestados nas aquisições das carrinhas de transporte de alunos, que eu acho que é de extrema importância para conseguirmos dar condições a todos os nossos alunos do 1.º ciclo. E neste caso, a Junta de Freguesia de Vermoil pode atestar essa utilidade, porque já tem as suas carrinhas em funcionamento há algum tempo, e acho que é de louvar que haja esta preocupação por parte do Município em apoiar, na sua totalidade – ou praticamente – estas carrinhas, para as outras freguesias.

E o segundo grupo, que me diz um bocadinho mais respeito neste ponto, é a aquisição de equipamentos. É uma das deficiências que a Freguesia de Vermoil tem, e algumas freguesias com quem nós temos conversado, é a falta de equipamento. Com a cada vez maior dificuldade em conseguir contratar pessoas para trabalhar, é fundamental dotarmos as freguesias de equipamento para fazer a limpeza das estradas, das valetas, dos passeios, e tudo aquilo que nos está atribuído como funções.

E neste caso, este equipamento, no caso da Freguesia de Vermoil, terá uma versatilidade muito grande.

E deixo desde já aqui o desafio, que nós inicialmente vamos tentar utilizá-lo a 100%, mas não tenho qualquer problema em poder ceder este equipamento às outras freguesias, caso seja necessário, porque eu acho que, neste momento, nós temos que utilizar tudo o que está nas nossas mãos, e na nossa possibilidade, para conseguirmos chegar a todo o lado.



MUNICÍPIO DE POMBAL

E era só. Obrigado.”

Carla Leitão (PS):

“Relativamente a este Ponto n.º 2.18, nós gostaríamos só de falar na aquisição de viaturas para transporte de crianças. Já foi referido, e bem, que é um apoio que nós valorizamos. No entanto, gostaríamos de deixar aqui uma ressalva e uma sugestão na organização do mesmo.

O que acontece é que nós, ao ler este documento, vimos que o Município deu apoio para a compra de quatro carrinhas. No entanto, nós consideramos que, sendo realizado pelo Município um concurso público centralizado, após levantamento destas necessidades, todo este processo seria mais organizado e mais vantajoso para todos. Acreditamos que não aconteceriam as situações que estão reportadas no documento, como por exemplo, a caducidade breve das licenças de algumas carrinhas, com a consequente dificuldade de organização no transporte destas mesmas crianças.

Sugerimos, então, que todo este processo de apoio, que nós também valorizamos, seja um processo mais centralizado.

É só.

José Manuel Marques (Presidente J.F. Louriçal, PPD/PSD):

“Querida, enquanto Presidente da Junta do Louriçal, agradecer à Câmara Municipal, ao Senhor Presidente, dois pontos essenciais.

Na questão de adquirir a viatura dos transportes escolares, nós quisemos aqui também, enquanto Executivo, de alguma forma, ao longo destes últimos anos, desde 2014, renovarmos a frota das viaturas de transportes escolares. E se de uma forma o Executivo, a Câmara Municipal de Pombal se tem preocupado, e bem, com a questão dos Centros Escolares, de dar condições para que as crianças ali estudem e ali se fixem, em todas as freguesias, a segurança das crianças, a nível do transporte escolar, também é muito importante. E aquilo que fizemos foi que adquirimos duas viaturas para substituir aquelas que já não podiam transportar crianças, e esta é a terceira, que vai também terminar o prazo agora, em outubro. A verdade é que, depois, aquelas viaturas que ficam, nós não as vendemos, porque ficam ao serviço também do desporto, de toda a questão associativa, e esse trabalho é importante.

Neste caso, nesta viatura, que custou menos de 10.000,00 €, se fosse uma viatura para transporte, não só de crianças, mas também de adultos – ou seja, mais tarde para as associações – custaria mais 10.000,00 €. Portanto, aqui também quisemos, de alguma forma, preservar esta carrinha mais diretamente para as crianças, para que ela fique ali sempre obrigatoriamente dedicada ao transporte escolar, a nível de crianças. Porque hoje, as viaturas – como muita gente sabe – obedecem a um conjunto de regras, desde os seguros que são obrigatórios nos transportes coletivos, depois a questão da legalização, a nível de IMT, de dois em dois anos, de legalizações próprias, as formações dos condutores, e um conjunto de coisas. E hoje, essas transferências de competências que as Juntas têm, com certeza é muito mais fácil superar quando o Município olha desta forma para as Juntas de Freguesia, e de alguma forma potenciamos a segurança nos transportes escolares.

Portanto, aqui agradecer à Câmara Municipal e ao Senhor Presidente o facto de, mais uma vez, apoiar neste pedido.

Também um apoio extremamente importante, para explicar aqui, a Freguesia do Louriçal tem quatro cemitérios, o maior é o do Louriçal, e precisava, neste momento, de



MUNICÍPIO DE POMBAL

ser imediatamente alargado. Começámos este processo há dois anos, tínhamos o terreno – e temos – com cerca de três mil metros, é de equipamentos, estava devidamente autorizado, simplesmente havia uma questão que tinha a ver com a legalização do cemitério antigo, que tinha ali algumas questões ainda por resolver. Nós quisemos – e bem, e agradecemos ao Município por ter disponibilizado, através dos seus técnicos, a possibilidade de legalizarmos tudo, criámos um projeto, feito pela Junta de Freguesia há dois anos, toda esta legalização no CCDR, e um conjunto de fatores, só agora foi possível, o alargamento do cemitério está já em obras, porque também está no limite. E aqui, agradecer, porque a Junta de Freguesia assume uma parte, e o Município – o terreno já estava ali, é mesmo na sua construção, porque também vai ter uma componente essencial que o Lourçal não tinha, que é a construção dos ossários e para cremados. E, portanto, agradecer também aqui esta obra, que é fundamental também para a freguesia. Muito obrigado, Senhor Presidente e Executivo, por esta obra, e também por este apoio.”

Nelson Pereira (Presidente J.F. Pelariga, PPD/PSD):

“Mais uma vez, boa noite a todos – ou já bom dia.

Eu acho que depois da meia-noite devíamos receber duas senhas, que era justo. Um dia de trabalho começa à meia-noite e acaba à meia-noite. Mas, pronto.

Mais uma vez, cumprimentar todos.

Aqui nesta parte dos apoios, é lógico que tenho que agradecer à Câmara este apoio para esta aquisição desta viatura. Posso justificar também a diferença do valor, porque a Pelariga teve uma ideia arrojada e quis apostar no futuro, e cabe-me agradecer também aos Vereadores do PS por acreditarem também nesta aposta da Pelariga, que pensa no futuro, e pensa naquilo que vai passar pelas Juntas de Freguesia, o apoio da saúde.

E por isso, fizemos uma aposta num equipamento equipado para mobilidade reduzida, plataforma para cadeira de rodas, degraus para pessoas que tenham mobilidade reduzida, e todos esses equipamentos que nos possam vir a fazer falta – e de certeza que vão vir.

E por isso, agradecer, tanto à Câmara, como aos Vereadores do Partido Socialista, por apostarem e acreditarem nesta ideia da Pelariga.

Obrigado.”

Humberto Lopes (Presidente J.F. Almagreira, PPD/PSD):

“É rápido, é só para dar aqui uma nota, que é interessante. Ou seja, as Juntas de Freguesia e a Câmara Municipal estão atentas à questão da segurança – no fundo, para dar esta nota de descanso também aos nossos clientes que utilizam estas carrinhas e este transporte escolar. Mas, como curiosidade, se a nossa carrinha, por exemplo, depois dos dezasseis anos, se for integrada numa frota da Transdev, por exemplo, já pode transportar crianças. Isto é uma pequena nota, a Lei que diz isto só se aplica às autarquias. Se eu pegar no mesmo equipamento, com mais de dezasseis anos, pode uma operadora privada andar com ela.

Outra situação caricata é que saiu uma Lei por causa da Covid, e a Lei existe, em que dava mais dois anos às viaturas de transporte de crianças para poder circular – ou seja, podermos fazer até dezoito anos. Só que essa Lei tem uma particularidade, é que diz “carrinhas” – ou seja, meios de transporte – com mais de nove lugares. Portanto, as nossas, principalmente, tinham nove, e, portanto, não se enquadravam. É daquelas curiosidades que, quando sai uma Legislação, nós ficamos todos contentes, alguém que



MUNICÍPIO DE POMBAL

está a fazer a Legislação, que está em Lisboa, lá no Parlamento, pensou, realmente, no país que tem, mas no país que temos, a maior parte dos transportes é nestas carrinhas de nove lugares.

Portanto, mais um erro crasso, e estamos cá todos, aqui, com este problema de transportes, e a resolver um problema. E obrigado, por percebermos que o nosso território tem que ser um só.

Obrigado.”

Maria José Marques (Substituta legal do Presidente J.F. Vila Cã, PPD/PSD):

“Então, a esta altura, bom dia a todos, já passámos para um novo dia.

Eu só queria deixar aqui uma nota de agradecimento ao Município, porque, finalmente, começamos a ver investimento em Vila Cã, que tem sido esquecida nos últimos mandatos.

E, portanto, agradeço, mais uma vez, e espero que este seja o primeiro de muitos.

Obrigada.”

André Tasqueiro (PPD/PSD):

“Eu tenho uma opinião um bocadinho diferente da minha colega deputada Carla Leitão, no seguimento em que ao realizarmos um concurso público centralizado, acabamos por colocar todos os ovos no mesmo operador económico, que pode até nem ser no Concelho de Pombal. E atribuindo assim, desta forma, os subsídios às Juntas de Freguesia – pelo valor do mesmo, eu presumo que vão realizar consultas prévias, com convite a pelo menos três entidades, e essas mesmas três entidades podem ser totalmente diferentes, mas acredito que irão convidar empresas do território. E recordo que um dos objetivos da contratação pública é, de facto, o da diversificação do mercado público. E esta opção, parece-me a mais correta, de forma a diversificar o mercado público no nosso território. Muito obrigado.”

Carla Leitão (PS):

“Então, é o seguinte: eu concordo, em parte, porque considero que é importante nós diversificarmos o investimento, acho que é importante.

No entanto, tendo em conta várias situações – e uma delas, o Município gastar o menos possível – se calhar, se centralizarmos as empresas que vão apresentar as suas propostas em concurso público, poderão baixar os níveis de valor, do que se pedirmos a uma empresa, a outra marca, a outra marca, e a outra marca. Ao centralizarmos, se calhar conseguimos ter vantagem – no meu entender – relativamente a essa situação. Se andamos todos aqui a tentar economizar, então, se calhar, seria mais vantajoso.

Além disso, a nível de organização seria importante. Porquê? O Município faria um levantamento das necessidades a este nível, lançar-se-ia um concurso, e o que eu li aqui é que houve – pelo menos numa das propostas – houve só uma proposta de uma empresa. Aquilo que eu li aqui é que foi aberta a possibilidade de proposta a três entidades diferentes, e só houve uma proposta, pelo menos numa delas. Aqui, se só houve uma, é porque, se calhar, não houve interesse de outras entidades em lançarem as suas propostas. Foi a minha leitura, não sei se está correta, ou não, foi a minha leitura.

A minha intervenção foi só numa de conseguirmos uma organização, fazermos tudo ao mesmo tempo, percebermos o que é preciso, e quando orçamentássemos, percebêssemos o que é necessário, e fizéssemos tudo ao mesmo tempo, abríamos um concurso público ao mesmo tempo, e não andávamos a fazer um concurso aqui, outro ali, e outro ali.

É só isso, mais nada.”



MUNICÍPIO DE POMBAL

Daniel Ferreira (Presidente J.F. Vermoil, PPD/PSD):

“É muito rápido.

Mas, depois, o concurso é feito pelo Município de Pombal, que adquire ele as carrinhas, e não são as freguesias. Esse veículo, depois, não é das freguesias. É um concurso público só das freguesias. Não tem nada a ver com o apoio, lança um concurso o Município para comprar.”

Aníbal Cardona (PS):

“É só para explicar o nosso sentido de voto. O nosso sentido de voto tem a ver com a forma. Entendemos que estes subsídios, cada um tem a sua especificidade, e não concordamos com a forma de ser colocado em bloco. Seria provavelmente mais interessante fazer a discussão como fizemos nos pontos anteriores – faz-se uma discussão conjunta, e vota-se separadamente, na eventualidade de poder haver aqui algumas propostas que mereçam votos em sentidos diferentes.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Pretende votar separadamente os diversos apoios?”

Aníbal Cardona (PS):

“Não, quero apenas dizer que nos vamos abster por discordância na forma.”

Colocado este assunto a votação, foi o mesmo aprovado por maioria, com seis abstenções do Grupo Municipal do Partido Socialista.

Ponto n.º 2.19. Listagem de apoios atribuídos às Juntas de Freguesia para cumprimento do n.º 4 do artigo 7.º do Regulamento de Atribuição de Apoios às Freguesias – Para Conhecimento.

O **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que fez a intervenção abaixo:

Presidente da Câmara Municipal:

“Muito rapidamente, Senhor Presidente.

Desde logo, para dizer que todas estas discussões que nós tivemos em sede de reunião de Câmara estão vertidas nas atas das reuniões de Câmara, e dizer que eu acho que o que se passou aqui tem, como as outras votações todas, várias leituras.

A leitura que eu tenho desta abstenção é uma leitura de que vocês estão a colocar a forma à frente da substância, e sobretudo, estão com a vossa votação a penalizar o trabalho dos autarcas de freguesia – são interpretações, agora sou eu que estou a dar a minha interpretação, porque sou Presidente de Câmara, e levei estas votações a reunião de Câmara, todas elas por unanimidade. E, portanto, colocámos as questões político-partidárias de parte, perante aquilo que é a pertinência daqueles apoios que nós demos. E nós estamos a falar de cerca de 400.000,00 €. Portanto, quando se diz que são só festas, não são só festas, são 400.000,00 € com que nós estamos a contribuir, com equipamentos e com património, para enriquecer também as freguesias, e o Concelho de Pombal sai enriquecido por isto mesmo, respeitando aquilo que é o princípio constitucional da autonomia das autarquias locais, que diz que o Município é uma entidade, e a Junta de Freguesia é outra.



MUNICÍPIO DE POMBAL

E é por isso que, apesar de eu concordar em que algumas matérias a centralização de compras – e também existe a nível nacional – em algumas matérias e em algumas áreas é sempre interessante, porque há ganhos de escala que, naturalmente, beneficia em algumas áreas, neste não beneficia nada; pelo contrário, a negociação direta, a negociação que cada um dos Presidentes de Junta fez para cada um dos equipamentos vai fazer com que o valor seja mais baixo. E naturalmente que esta relação também com a economia local é muito importante.

E por isso, aquilo que nós fizemos na Câmara Municipal foi atribuir um subsídio para garantir que protegemos o princípio da autonomia das autarquias locais, que a negociação é feita pelos Senhores Presidentes de Junta – e pelas suas equipas, naturalmente – que são cumpridas as regras para atribuímos esse subsídio, que são tramitadas de acordo com aquilo que são as normas que nós temos internamente, mas valorizando a autonomia das autarquias de freguesia, que são diferentes de um Município. E isso, para mim, é muito importante. E isso, acho que deve ser um princípio que nós devíamos ter quando estamos na atuação política, e quando estamos na gestão dos dinheiros públicos, perceber que uma coisa é a autarquia de Junta de Freguesia, e outra coisa é a autarquia de Câmara Municipal. E estamos a falar de um esforço que nós estamos a fazer, já veio de outras reuniões de Câmara, de terrenos para parques verdes, ampliações de cemitérios, equipamentos para limpar bermas e para trabalhos florestais, e depois, cinco carrinhas para transporte de crianças, nomeadamente que é uma área fundamental, em que a Legislação obriga a que, passados dezasseis anos, as carrinhas deixem de ter licença para o transporte de crianças, e nós estamos a apoiar todas as Juntas de Freguesia, no mesmo padrão de apoio, para que todas tenham, no futuro – e temos esse levantamento feito, e já temos mais uma ou outra sinalizada, em função do limite da licença de utilização para transporte de crianças, e vamos apoiar outras freguesias, como também já apoiámos no passado.

E, portanto, aquilo que eu acho – mas, isto é a minha opinião sincera – a leitura que eu tenho desta votação na Assembleia Municipal, com respeito pela vossa posição – que eu respeito imenso, por isso é que vivemos em democracia – é que é um “balde de água fria” para os Presidentes de Junta de Freguesia do nosso concelho, porque colocaram a forma à frente da substância, e colocaram a forma da aquisição das viaturas, dos equipamentos e dos terrenos à frente daquilo que é a importância que estes equipamentos e que este património tem para cada uma das freguesias.

Essa a minha interpretação, que partilho convosco nesta sede. A vossa interpretação é diferente, por isso é que se abstiveram.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Senhor Presidente, peço desculpa, deixe-me interrompê-lo. É o seguinte: este assunto já foi votado; podemos agora passar aqui a discutir o sentido político da votação anterior, mas já foi votado. Portanto, pedia que se centrasse no ponto da listagem dos apoios atribuídos às Juntas de Freguesia.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Faço a ponte, as deliberações foram tomadas na reunião de Câmara, cada um dos Senhores Vereadores teve a oportunidade de se pronunciar sobre cada um dos apoios, e naturalmente, estes apoios, aquilo que assumem é o compromisso da Câmara Municipal de Pombal, enquanto órgão, de continuar a acompanhar a dinâmica das freguesias no Concelho de Pombal – dinâmica económica, social, cultural, na melhoria da qualidade



MUNICÍPIO DE POMBAL

de vida dos cidadãos que vivem no nosso concelho, percebendo que o desenvolvimento do nosso concelho é um trabalho, é uma tarefa que compete a todos. E os autarcas de freguesia têm um papel muitíssimo relevante. E é por isso que mantemos este grau de compromisso, de apoiar os autarcas e as suas freguesias.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Pergunto se há inscrições sobre este Ponto da listagem de apoios atribuídos às Juntas de Freguesia para cumprimento do n.º 4 do artigo 7.º do Regulamento de Atribuição de Apoios às Freguesias”

João Pimpão dos Santos (Presidente J.F. Meirinhas, PPD/PSD):

“Senhor Presidente da Câmara Municipal de Pombal, Senhores Membros do Executivo Municipal, Senhora Vice-presidente, Senhores Vereadores:

Em nome da Junta de Freguesia das Meirinhas, quero sublinhar o respeito pela autonomia das autarquias locais que a Câmara tem assumido em relação ao Município, em que somos parceiros iguais, não somos parceiros subservientes, nem estamos num grau de dependência hierárquica com o Município.

Esta autonomia do Poder Local, que é um imperativo legal, está a ser muito bem plasmada pelo Município de Pombal, e o Município tem entendido muito bem a capacidade autónoma das freguesias. Esperemos que estes novos ventos democráticos, de absolutismo no Governo – e nos Governos, que é o caso do que se passa no nosso país, e no Partido Socialista, parece que em Pombal esta doença também por cá passa. A autonomia das Juntas de Freguesia é um dado inalienável da nossa democracia.”

Nelson Pereira (Presidente J.F. Pelariga, PPD/PSD):

“Isto tem tudo a ver com os apoios; não é do primeiro ou do segundo, mas tem a ver com os apoios.

Eu tenho que mostrar o meu descontentamento, quando acabei de agradecer, há bocadinho, aos Vereadores do PS, o apoio que deram à minha carrinha, e depois a Bancada do PS faz esta atitude de se abster – eu estou a falar sobre a minha carrinha. Obrigado.”

Carla Mariza (PS):

“Relativamente a esta listagem de apoios, obviamente que nós entendemos perfeitamente bem que as Juntas de Freguesia são autónomas.

As Juntas de Freguesia são o órgão mais próximo das populações, são elas que vivem os problemas das populações. Mas, elas são subsidiadas com subsídios da Câmara, pronto. Agora, aqui a questão é que cada um vai adquirir a sua carrinha, de acordo com as características que entende para a sua população, mas, se calhar, se adquirirem todas juntas, é mais fácil. Claro que são autónomas, obviamente que são autónomas, e todos estes subsídios provêm da Câmara, é dessa autonomia. Ninguém está aqui a opor-se à utilidade daquilo para que os Senhores Presidentes de Junta pedem estes subsídios, isso não está em questão, essa utilidade.”

Carla Leitão (PS):

“Voltando aqui a falar um bocadinho dos apoios, voltamos a referir que valorizamos todo o apoio que a Câmara Municipal dá às Juntas de Freguesia – aos seus parceiros, que são as Juntas de Freguesia; no entanto, podemos considerar que o processo pode ser diferente, deixando que a Junta diga, ou expressa, ou seja o que for, que seja feito um levantamento daquilo que é necessário, tendo a sua autonomia; no entanto, não são completamente autónomos, porque o dinheiro não é vosso, o dinheiro é dado pela



MUNICÍPIO DE POMBAL

Câmara Municipal, para que vocês possam gerir todas as vossas necessidades, sejam elas a que nível for – seja de equipamentos, seja de transportes, seja do que for. Portanto, isto é uma ação concertada entre Câmara Municipal e freguesias, que eu saiba. E novamente, eu vou dizer aquilo que referi, que apoiamos a 100% o processo de apoio às Juntas de Freguesia, que acreditamos na descentralização; no entanto, consideramos que, se calhar, há certas situações que seria mais vantajoso serem realizadas de outra forma.

Acho que tenho todo o direito de dar a minha opinião aqui, respeitando a vossa, e vocês respeitando a minha.

E há uma situação que eu quero dizer ao Senhor Presidente da Junta da Pelariga: a carrinha não é sua, é dos seus fregueses.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Quero só assegurar que tem todo o direito, e que o respeito pelas opiniões de cada um será assegurado pela Mesa. Não deixaremos de assegurar o exercício do direito de exprimir a sua opinião, e o respeito pelas opiniões de todos.

Aníbal Cardona (PS):

Senhor Presidente, penso que pode ter havido uma má interpretação daquilo que eu disse quando expliquei o sentido de voto – julgo que falei na língua portuguesa, não falei em aramaico, mas fiquei com a sensação de que estaria a falar em aramaico, porque aquilo que eu percebi da intervenção da minha colega foi uma sugestão para a centralização da negociação – ou seja, o apoio da Câmara, a ajudar à negociação. Foi só isso, acho que não foi desfeita nenhuma.

A justificação da nossa abstenção teve a ver com a forma como este ponto é agendado. E deixe-me que lhe diga, Senhor Presidente, para um jurista, menosprezar a forma, não me parece correto. E nós já tivemos aqui inúmeras propostas chumbadas pela forma.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Peço desculpa, mas já estamos no ponto seguinte, vamos concluir este ponto. Já não há votação quanto a isto. Este ponto está votado e discutido.”

Nelson Pereira (Presidente J.F. Pelariga, PPD/PSD):

“Eu fico um bocado indignado com algumas pessoas, mas eu informo ali os senhores que a carrinha não é minha, mas é da Junta de Freguesia, porque quem paga o gasóleo, quem paga o seguro, é a Junta de Freguesia, não são os munícipes – graças a Deus, não precisamos de andar a pedir dinheiro aos munícipes para pagar gasóleo.

Agora, eu quero informar os senhores que, se calhar, deviam ponderar intervir sobre o Governo, porque é lamentável, é injusto, uma carrinha que nós compramos, de nove lugares, para fazer o serviço que vai fazer, é uma vergonha pagar 14.000,00 € de ISV. É uma vergonha. Porquê? Porque se a carrinha fosse só para o transporte de crianças, a Junta era isenta desse imposto, mas como nós apostamos no futuro, e fazemos o transporte, tanto de crianças, como de pessoas com mobilidade reduzida, somos obrigados a pagar este imposto.

Como é uma vergonha uma Junta de Freguesia receber 50.000,00 € do FFF, e chega ao fim do ano e paga 45.000,00 € de IVA. É uma vergonha, porque não nos dão nada.

Tenho dito.”



MUNICÍPIO DE POMBAL

Leandro Siopa (PS):

“Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, um ponto de ordem à Mesa, porque não é permitido bater palmas. Aqui o Senhor Presidente da Junta das Meirinhas estava a bater palmas, é absolutamente desnecessário. Não vamos perder a tranquilidade e a paz.”

A Assembleia tomou conhecimento.

Ponto n.º 2.20. Apresentação, discussão e votação de uma recomendação do Partido Socialista, intitulada “Criação de uma Comissão Municipal de Proteção de Pessoas Idosas”.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, perguntou se alguém pretendia usar da palavra, tendo-se verificado as seguintes inscrições:

Carla Mariza (PS):

“Ao longo destes anos, temos vindo a assistir a um aumento da população de pessoas com mais de sessenta e cinco anos, e consequência disso, surgem, então, alguns problemas de solidão e isolamento. A criminalidade e a violência psíquica contra idosos são um dos problemas que tem que ser prevenido, assim como a negligência pautada pela insuficiência de cuidados adequados à idade e à situação de cada idoso.

Todas estas problemáticas em torno do envelhecimento têm que ser prevenidas, considerando que é uma franja da sociedade que necessita de uma intervenção sistemática, técnica e de acompanhamento. Não nos podemos restringir, nem publicitar constantemente o envelhecimento ativo e feliz, quando esta é a dura realidade que temos – são aqueles que não são felizes, e não têm, com certeza, potencial para esse envelhecimento ativo.

Esta proposta/recomendação do PS para a criação de uma Comissão Municipal de Proteção ao Idoso surgiu no âmbito de alguns estudos também que consultámos. E a Bancada do PS considera que a criação desta comissão, tal como existe já em vários concelhos do nosso país, é uma estrutura que assume uma extrema importância, nomeadamente a nível de boas práticas e de apoio à população idosa.

Entendemos dar lugar, assim, a uma política social que crie meios para a dignidade, para a qualidade de vida e de maior inclusão nesta franja da sociedade.

Este, meus senhores, é um assunto sensível e delicado, este é um assunto que não tem cor, nem tem Partido, este é um assunto pelo qual, nesta sala, todos hoje aqui devemos ter consciência de votar um “sim” nesta recomendação, porque este assunto é um assunto sério, sensível, é um assunto grave que se passa na sociedade.

Há imensos idosos a serem negligenciados, maltratados, psíquica e fisicamente, e esta violência não se vê, está encapotada. Às vezes, existem técnicos de instituições que falam sobre estas questões, não têm como as solucionar, nem a quem se dirigirem.

Esta criação da Comissão Municipal de Apoio ao Idoso surge também porque no dia 1 de outubro é o Dia Internacional do Idoso, e achamos que Pombal já tem mais que tempo – que isto já foi falado há muitos anos, por alguns diretores técnicos de instituições. É um assunto sério, é um assunto sensível, para nós é um assunto que não tem cor política, não tem partido. Portanto, se estamos hoje aqui todos, em plena consciência, de



MUNICÍPIO DE POMBAL

solidariedade, de ajudar e de apoiar, como acabámos de falar agora, vamos todos colaborar na criação da Comissão de Proteção de Idosos de Pombal.

Tenho dito.”

José Gomes Fernandes (PPD/PSD):

“Mais uma vez, cá vimos nós.

Não me é favorável aceitar propostas em termos de “temos todos que votar”, numa espécie de chantagem emocional sobre todos, temos que fazer, e tem que ser. A democracia não funciona assim; vamos fazer se for adequado.

Ora, o que é que o Partido Socialista fez? O Partido Socialista trouxe aqui uma proposta baseada numa Proposta de Lei da Assembleia da República (salvo erro), que nunca chegou a ser aprovada – nem sei se foi discutida – pelo menos mencionam uma Proposta de Lei, que é esse o fundamento, é numa Proposta de Lei, não é na Lei. É um Projeto de Lei, pronto. O Projeto de Lei não é Lei, como todos sabemos – ou alguns, se calhar, não sabem.

Bem sabemos que os idosos devem ser protegidos, assim como todas as pessoas mais debilitadas, para que sintam alguma felicidade na sua vida. Esta é a realidade, e todos nós nos preocupamos muito – até porque, há pouco tempo, ouvimos notícias sobre maus-tratos a idosos.

Mas, também não vamos aproveitar a ocasião para, numa espécie de emoção, irmos todos logo aprovar o que quer que seja que aí vem, fazer qualquer coisa para mostrarmos que estamos todos a fazer qualquer coisa, para entrarmos todos na moda.

O instrumento legal que o PS pretende criar teria de estar previsto, obviamente, na Legislação produzida pela Assembleia da República ou pelo Governo, o que não é o caso. E nós ficamos aqui sem saber o que é que esta comissão iria fazer, que poderes teria, de fiscalização, de intervir junto das instituições particulares, ou das IPSS's – que também são instituições particulares de utilidade pública – ou junto de outras entidades que acolhem os idosos. Não sabemos como é que elas poderiam funcionar.

Eu sugiro que, por prudência, esperemos pela Lei, que há de vir, que o Governo tenha, então, a ousadia de regulamentar estas questões, para que, então, possamos, enquadrados na Lei, criar essa tal comissão – que eu entendo que vai ser necessária. Eu próprio questionei, quando li esta pergunta, que, sim senhor, vai ter utilidade para proteção de muitos idosos que são, de facto, negligenciados ou maltratados diretamente – que nós sabemos disso.

Agora, não vamos é aqui entrar num frenesim de atividade política, onde os autores criam sistemas ou instrumentos burocráticos para exibição pessoal ou partidária, que é o que se pretende, aproveitar-se estes momentos de emoção e fazer isso. Tudo tem que ser feito com algum cuidado, com algum objetivo, e tem que estar previsto na Lei, obviamente. Nós sabemos que os processos de “maior acompanhado” servem exatamente para proteger os idosos, não sabemos também se essa tal comissão teria algum poder para propor, há instituições que já têm essas funções.

E, portanto, não vamos passar o carro à frente dos bois, e criar uma comissão que pode não ter poderes nenhuns, de acordo com a Lei – que não tem, porque a Lei não a prevê. Vamos aguardar que o Governo ou a Assembleia da República produzam essa Legislação, e depois sim, depois vamos fazer. Neste caso, não se justifica, eu considero mesmo que é pôr o carro à frente dos bois.”



MUNICÍPIO DE POMBAL

João Pimpão dos Santos (Presidente J.F. Meirinhas, PPD/PSD):

“Senhor Presidente, a boa intenção da proposta não esconde o conteúdo da proposta em si. Ninguém, mais do que nós, tem trabalho executado na área social. Somos dos Municípios com mais Instituições Particulares de Solidariedade Social, com maior capilaridade de IPSS’s. Somos dos Municípios com maior percentagem de apoio a idosos a viver em casa, com apoio domiciliário. Temos um CLAS participado, participativo e completamente abrangente, temos as Comissões Sociais de Freguesia, que fazem um trabalho de muita proximidade, somos autênticos inovadores do apoio social e do apoio à pessoa idosa.

Esta comissão, se fosse importante tê-la, conforme está mencionada, estaria, com certeza, no trabalho que o Município desenvolveu nos últimos anos, nomeadamente do diagnóstico social do Município de Pombal. No diagnóstico feito recentemente – foi há três ou quatro anos, mas é recente – não existe diagnosticada a necessidade da criação desta comissão, porque, na altura, o CLAS soube definir outras estratégias de ação e outras prioridades, que foram todas elas vertidas no Plano de Desenvolvimento Social, aprovado há dois ou três anos. E esse Plano de Desenvolvimento Social é que concentra o trabalho de execução do Município nesta área da ação social, e o Plano de Desenvolvimento Social tem várias metas de apoio a idosos, tem vários projetos de apoio a idosos.

O Município de Pombal – estivemos a contar – tem mais de quinze projetos de apoio a idosos, completamente em prática, na rua.

Agora, a comissão, como a querem fazer, com o objetivo de uma sistemática de acompanhamento, querem melhor sistemática de acompanhamento do que ter as IPSS’s diariamente em casa dos idosos? Do que ter as Comissões Sociais de Freguesia em casa dos idosos? Essa sistemática está criada no território, existe.

O objetivo da comissão seria boas práticas, apoio à população idosa – já existe. Reparem só, a Comissão de Proteção de Idosos foi um assunto falado publicamente em Portugal, capa de jornais, e por aí fora, na altura em que houve os casos de abandono de pessoas idosas em Lisboa e no Porto, e nas grandes metrópoles, em que, realmente, não há esta proximidade das IPSS’s, não há esta proximidade da população.

Vejam só, nós temos um serviço de teleassistência bastante dinamizado, teleassistência a pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade. Os pedidos novos de teleassistência não têm sido grandes, porque, se calhar, as pessoas em Pombal, que é um meio também tradicionalmente rural e de proximidade, há vizinhos que acompanham diariamente as pessoas, há um conjunto de médicos de família que também existem, há um conjunto de IPSS’s abrangente – há desde as IPSS’s que tratam da casa, há as IPSS’s – como por exemplo, o Atlas – em que até se trabalha na proximidade, no acompanhamento, na companhia alimentar e companhia social. Isto é, a população idosa em Pombal hoje tem uma rede bastante fina de apoios e de acompanhamento.

Não precisamos de criar mais um órgão burocrático, que vai duplicar trabalho, que vai sobrepor ação, com as mesmas entidades até, e que não vem trazer grande benefício. E, aliás, até estranho como é que o CLAS nunca se debruçou sobre isso. Se era uma necessidade urgente e premente, em sede do Plano de Desenvolvimento Social, o CLAS tinha todo o poder para o fazer, e não, o nosso Plano de Desenvolvimento Social foi aprovado por unanimidade.

Tenho dito.”



MUNICÍPIO DE POMBAL

Maria José Marques (Substituta legal do Presidente J.F. Vila Cã, PPD/PSD):

“Obrigada. Boa noite, mais uma vez.

Associo-me, no fundo, às palavras do colega João Pimpão, que, realmente, estaríamos aqui a duplicar serviços, nomeadamente pelas Comissões Sociais de Freguesia, que já têm uma rede toda articulada, desde com a Segurança Social às IPSS’s.

Para além disto, há ainda um outro organismo, a Santa Casa da Misericórdia da Redinha, com o Projeto L.U.I.S.A., que também já faz esta cobertura em todas as freguesias, este acompanhamento a vários idosos nas freguesias, é verdade.

Por outro lado, deixa-me algo preocupada quando se diz que as técnicas não sabem a quem se dirigir quando há situações de perigo, ou quando têm idosos em perigo. Aí, deixa-me preocupada, porque se as técnicas que estão nas IPSS’s, e fora delas, não sabem onde se dirigir, fico preocupada.

Tenho dito.”

Daniel Ferreira (Presidente J.F. Vermoil, PPD/PSD):

“Bem, no fim da intervenção do meu colega João, resta-me pouco para dizer, mas vou dar aqui uma experiência pessoal, que aconteceu esta semana, e basicamente foi a reunião da Comissão Social Interfreguesias, de Vermoil, Carnide e Meirinhas – e que estaria aqui a minha colega, a Sofia, e que presenciou a mesma coisa: 80% da reunião foi a falar de pessoas idosas – 80%. Praticamente, foi só identificar as dificuldades das pessoas, e ver o que é que podíamos fazer.

Por isso, estar aqui a duplicar mais reuniões, mais papel, mais tudo, não serve. Nós estamos no terreno, eu já lá estou, nós já lá estamos todos os dias, nós vamos entrar em casa das pessoas e tentar ajudar, nós sabemos quem elas são. Óbvio, temos sempre mais para fazer, na área social conseguimos sempre fazer melhor, conseguimos sempre melhorar, mas é isso que estamos a fazer todos os dias. Vamos chegar a todos os casos? Provavelmente não, infelizmente, mas estamos lá, no terreno. Não é mais uma reunião que vamos ter que fazer, mais uma comissão, mais um documento que vai surgir, só porque fica giro no papel.

Obrigado.”

Marlene Matias (PS):

“A mim só me apraz dizer o seguinte: com as intervenções que eu ouvi até aqui, sobre a temática dos idosos, fico perplexa, primeiro porque se acabou, na minha opinião, transportando para a área das crianças, acabou de se extinguir a Comissão de Proteção de Menores, que é exatamente a mesma coisa de que nós estamos a falar, só que isto é para os idosos. Então, está esclarecido, só temos Comissão de Proteção de Menores porque somos obrigados...”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Eu peço que não interrompam. É verdade que a Lei prevê e obriga a ter. Mas, faça o favor de continuar, sem interrupções, por favor.”

Marlene Matias (PS):

“Ao contrário da Bancada do PSD, que há pouco quase que implorou que nós votássemos a favor, nós não vamos implorar nada. A recomendação é esta, vocês façam a vossa análise, os vossos juízos de valor, querem tornar isto para a questão política, tornem. É assim, vivemos num país livre. Não querem votar por vir da Bancada do Partido Socialista, estão no vosso direito, estão completamente no vosso direito. Agora, não falem daquilo que não conhecem, porque aquilo que eu ouvi hoje aqui – nós as duas



MUNICÍPIO DE POMBAL

somos assistentes sociais. E, portanto, como devem imaginar, aquilo que nós ouvimos aqui, isto foi tudo político. Não, não somos só nós que sabemos, mas a verdade é que “cada macaco no seu galho”.

Eu também posso perceber de leis, mas isso não me torna advogada, nem jurista.

Eu não me vou alongar mais sobre a temática, mas era isso que eu queria dizer.”

Carla Mariza (PS):

“Vamos lá aqui perceber uma coisa: quando nós elaborámos esta recomendação, elaborámo-la baseada exatamente em questões reais que existem, questões que todos os dias ouvimos falar, com que todos os dias nos confrontamos – nós, os técnicos, os assistentes sociais, os Diretores técnicos. Obviamente que eu entendo o Senhor Presidente de Junta, que vai a casa dos idosos, e está a acompanhar os idosos – não está a acompanhar nada. As Comissões de Proteção de Idosos já existem em vários concelhos do nosso país, isto não é nada de novo. Precisamente, existe essa necessidade de acompanhamento para idosos que sejam negligenciados, maltratados, ou que corram risco, isolamento. Isto não se compadece com um serviço de apoio domiciliário de alimentação, ir a casa e voltar, e pronto. Não é disso que estamos a falar.

E o Projeto L.U.I.S.A., nada tem a ver com isto, é um projeto de luto.

Agora, é assim, isto não é uma recomendação pessoal, não é uma recomendação política; isto é uma necessidade que existe em Pombal, e que já foi falada noutras instâncias, e em outros tempos, e que achámos que seria por bem e necessário – e tenho a certeza absoluta que se for falar com os técnicos das IPSS’s, vão responder-lhe que é necessário, obviamente que sim, para um encaminhamento mais eficaz. Mais nada.

Se não querem perceber, e extrapolar para outros pontos, à vontade.”

Daniel Ferreira (Presidente J.F. Vermoil, PPD/PSD):

“É muito rápido.

Não é só o Presidente de Junta que lá está; é a técnica de ação social, são as pessoas dos lares, da Segurança Social, de todas as IPSS’s. Não é só o Presidente de Junta que lá está, é mais gente. Não é preciso papel, é preciso lá estar.

Obrigado.”

Maria José Marques (Substituta legal do Presidente J.F. Vila Cã, PPD/PSD):

“É só para esclarecer uma coisa: por lapso, eu disse “Projeto L.U.I.S.A.”, mas não é o L.U.I.S.A., mas sim o Projeto de Proximidade da Santa Casa da Misericórdia, que, esse sim, faz esse serviço junto dos idosos. Troquei, efetivamente, o nome, mas é o Projeto de Proximidade.

Só isso, tenho dito.”

Colocada a recomendação a votação foi a mesma rejeitada por maioria, com seis votos a favor do Partido Socialista e uma abstenção do Partido Social Democrata.

Ponto 2.21. Apresentação, discussão e votação da recomendação do Partido Socialista “13/GM-PS/2022”.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, perguntou se alguém pretendia usar da palavra, tendo-se verificado as seguintes inscrições:



MUNICÍPIO DE POMBAL

Leandro Siopa (PS):

“Obrigado, Senhor Presidente.

Bom, uma vez que ainda sei ler, vou ler, porque fica assim, para quem lá está em casa, gravado que o Partido Socialista apresenta recomendações – ainda que, depois dos vinte e nove requerimentos, vamos percebendo que, uma vez mais, continua o poder institucionalizado a fazer ginástica para encontrar justificação para votar sempre contra tudo. E depois, pedem-nos para votar a par deles noutras questões. E o Partido Socialista já votou a par de moções do PSD – recordamos esta sempre, criada pelo Senhor Deputado Fernando Matias (que não está aqui), o Partido Socialista votou a par da moção do Senhor Deputado, a favor da saúde.

Bom, Senhores Deputados, o setor da energia tem, desde o início da guerra na Ucrânia, sofrido reconhecida instabilidade, quer no fornecimento de energia, quer nos seus preços. A estas circunstâncias soma-se também a reconhecida necessidade de usar de forma prudente e racional os recursos naturais disponíveis para a produção de energia.

Urge, por isso, no âmbito das funções desta Assembleia, recomendar ao Município para proceder e diligenciar, de forma a conseguir poupanças energéticas que possam convergir numa redução dos seus consumos diários e conseqüente diminuição generalizada, quer do país, quer da Europa, desse consumo de energia.

Impõe-se, paralelamente, a reconhecida necessidade de diminuição de consumo de recursos fósseis, especialmente aqueles que são provenientes da Rússia, nomeadamente petróleo, carvão e gás natural, cuja origem não só financia uma guerra e ocupação de um país soberano, como expõe grande parte da União Europeia à vontade de um país agressor contra os interesses de uma Europa livre e democrática.

Apesar da reduzida exposição de Portugal aos recursos fósseis provenientes da Rússia para a produção de energia nos meses vindouros de outono e inverno, devem os portugueses adotar comportamentos, medidas e ações que sejam proporcionais à solidariedade expectável entre países membros da União Europeia. (Esta recomendação foi feita antes do conhecimento do Plano Nacional de Energia)

Urge também proceder de forma a que esse esforço se estenda ao setor privado da economia e da sociedade em geral, cabendo também, na nossa opinião, ao Município adotar medidas objetivas de poupança de energia, para além daquelas que, naturalmente, toma, das relações que estabelece com terceiros, bem como aumentar as medidas de sensibilização, através dos mais variados meios de comunicação, que conduzam à consciencialização de empresários e munícipes para a premência do caso.

Considerando tudo isto, vimos apelar à votação das seguintes recomendações:

- Salvaguardando primariamente questões de segurança, reduzir a utilização e intensidade da iluminação pública em locais onde existam soluções alternativas ou passíveis da sua dispensa;*
- Desligar iluminação de edifícios, monumentos ou outros semelhantes, públicos, em horários previamente definidos, e desde que salvaguardada a segurança das pessoas e bens;*
- Adotar medidas tendentes ao uso consciente de equipamentos de aquecimento e arrefecimento do ar interior de edifícios públicos, adequando as temperaturas às necessidades dos utilizadores e às condições exteriores;*
- Proceder à substituição de lâmpadas energeticamente ineficientes;*



MUNICÍPIO DE POMBAL

- Adotar medidas orçamentais e linhas de desenvolvimento estratégico que conduzam à substituição de luminárias e lâmpadas energeticamente mais sustentáveis e eficientes, e que promovam o recurso a fontes de energia renovável;

- Promover, no próximo Orçamento e Grandes Opções do Plano – e isto não está no Plano Nacional de Poupança de Energia – a previsão de despesa e aumento de medidas de desenvolvimento que conduzam à reabilitação de edifícios sob o domínio ou posse do Município, de forma a torná-los mais confortáveis do ponto de vista térmico, sem necessidade de recurso a climatização ativa, bem como promover medidas que levem à melhoria do conforto térmico; (por exemplo, quando começámos esta Assembleia, estava aqui um frio de rachar, tivemos que vestir os casacos, poderíamos moderar o ar condicionado.)

- Promover ações de sensibilização do setor privado, por meios de comunicação variados, para a necessidade de redução de iluminação interior e exterior em determinados períodos e horários, desde que salvaguardada a segurança de pessoas e bens;

- Promover ações de sensibilização da sociedade em geral, por meios de comunicação variados, para a necessidade de uso consciente e adequado da iluminação exterior e interior de todo o tipo de edifícios, bem como para o uso equilibrado dos equipamentos elétricos ou a gás para aquecimento e arrefecimento da área interior.

Bom, é extenso; todavia, desde já antecipo – e antes de terminar – aos Senhores Deputados do PSD, da maioria, que não vale a pena agora dizer que não há respaldo jurídico para estas recomendações, porque, por acaso, entretanto, já há respaldo jurídico para elas. Portanto, associarmo-nos a elas não é mais do que sermos proativos, ainda que haja redundância em algumas que agora são conhecidas. Nós reconhecemos isso, mas a nossa proposta é positiva e feita antes do conhecimento do Plano Nacional de Energia. Mas, existem aqui pontos que podem ser votados, e devem ser votados individualmente, que são exclusivamente deste Município, e que não estão – repito – no Plano Nacional de Poupança de Energia.

Obrigado.”

Nesta altura, o **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** ausentou-se da sessão, tendo assumido a presidência o 1.º Secretário, João Manuel Carreira da Conceição Coucelo.

Presidente da Mesa da Assembleia, em exercício:

“Antes de dar a palavra ao João Pimpão, queria dizer que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal teve que se ausentar e pediu-me para ocupar este lugar.

De qualquer das formas, regimentalmente, eu deveria escolher alguém da Assembleia para funcionar como 2.º Secretário, uma vez que a 2.ª Secretária passará a 1.ª Secretária, nestes casos. Mas, eu pediria aos meus colegas da Assembleia Municipal se dispensariam essa formalidade, uma vez que se trata do último ponto da ordem de trabalhos e não me parece que seja necessário fazer essa substituição.

É só para dizer que eu me submeterei à vossa vontade, se entendem que eu deva pedir a alguém para ocupar este lugar, ou podemos terminar este ponto sem um 2.º Secretário. Penso que todos concordam.”



MUNICÍPIO DE POMBAL

João Pimpão dos Santos (Presidente J.F. Meirinhas, PPD/PSD):

“Senhor Presidente, pela primeira vez, publicamente, vou fazer um requerimento ao Município, e queria que o Senhor Presidente fizesse o favor de pedir aos serviços para disponibilizar ao Senhor Deputado Leandro Siopa, e a todos os membros da Bancada do Partido Socialista, o documento elaborado em 2021, sob o título “Plano de Ação para a Sustentabilidade Energética e Climática do Município de Pombal”.

Como sabem, existe a ENERDURA.

A ENERDURA é uma Agência Regional de Energia da Alta Estremadura, que trabalha junto da Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria, e que tem desenvolvido um trabalho sobre eficiência energética, sustentabilidade dos recursos energéticos e similares.

Este PASEC do Concelho de Pombal, Plano de Ação para a Sustentabilidade Energética e Climática, foi aprovado, na versão mais recente, em 2021. Neste PASEC, todas as medidas que o Partido Socialista apresenta estão lá – mas estão lá tão pequeninas que não são medidas de dimensão. Por exemplo, se nos falarem na poupança de energia, como está no PASEC, sobre a adaptabilidade da indústria a energias menos consumidoras de energia elétrica, está no PASEC. Por exemplo, o PASEC fala sobre uma crise energética, matriz de emissões, produção endógena de energia, Plano de Ação para a Sustentabilidade Energética e Climática, faz uma análise SWOT do concelho, fala também do benefício energético e ambiental – isto só para falar dos capítulos macro – fala do modelo de implementação, fala das boas práticas, do balanço financeiro, da promoção da eficiência energética e penetração das energias renováveis, fala da Estratégia Nacional de Energia, da Agenda Regional de Energia e outras agendas regionais relevantes, informação técnica, e também tem uma nota final.

Ou seja, este trabalho que é solicitado está feito, está em plano, está em elaboração, está em execução. Realmente, os Senhores Membros do Partido Socialista, nos 5.555 requerimentos que fizeram, poderiam ter feito um requerimento a dizer: “Senhor Presidente, existe algum plano em execução?”, e pedi-lo. Ou então, façam uma coisa melhor: chegam ao Google e perguntam: “Google, plano do Município de Pombal”, e estava lá, está lá o PASEC aprovado em 2021, está em execução.

Essas medidas e essa proposta são extemporâneas, estão no PASEC.

Tenho dito.”

Luís Couto dos Santos (OI):

“O Oeste Independente, ao contrário da proposta do PS, anterior, vai votar a favor desta, porque entende que a natureza desta recomendação, mesmo que seja aprovada, já está em implementação. Portanto, será redundante. E portanto, não há nenhum mal em aprová-la, ou não a aprovar, será redundante.

Nós não nos revemos nesta forma de fazer Oposição, somos uma Oposição diferente. Mas, por exemplo, seria interessante, quando se está a falar aqui numa questão energética, de algo que neste momento poderia ser estratégico para o concelho, que seria a implementação de comunidades energéticas, que apesar de ter sido aprovada em 2019, só agora, e mais recentemente, é que é tecnicamente possível ser implementado.

As comunidades energéticas representam, no contexto atual, potenciais de grande poupança energética, quer para empresas, quer para consumo doméstico, e obviamente que seria – se eu fosse Executivo, ou se eu fizesse parte dessa equipa, estaria claramente a apoiar, ou as iniciativas privadas que existem, que são do nosso conhecimento –



MUNICÍPIO DE POMBAL

nomeadamente uma delas, de que eu tenho conhecimento, que é à volta da zona industrial da Guia, e sei também que este Executivo está a tomar algumas medidas também para acelerar esse processo – mas também, não só esperar pela iniciativa privada, mas também criar, o próprio Executivo, iniciativas de comunidades energéticas que tenham direto impacto, não só nos edifícios da autarquia, mas também de todas as associações e setor social, que apoiem diretamente a população.

Esta, sim, poderia ser uma inovação de sugestão relativamente à implementação de melhorias e de poupança direta no bolso de cada um dos Municípios.

Vamos votar a favor, pelo princípio, é um tema importante – claro que é – é redundante, mas, no entanto, aproveitámos esta oportunidade para trazer à discussão esta nova realidade, que tecnicamente deveria estar, neste momento, em grande discussão e em implementação pelo Município.

Obrigado.”

José Gomes Fernandes (PPD/PSD):

“Bom, esta proposta tem aqui algumas ideias vagas, ou algumas ações muito vagas, descontextualizadas, não interligadas umas com as outras, e depois tem aqui algumas ações concretas, que já fazem parte da cultura humana, como por exemplo, substituição de lâmpadas energeticamente ineficientes – coisa simples, uma medida concreta. Quer dizer, coisas muito retiradas, sem qualquer sistematização, sem qualquer interligação, e sem utilidade – aliás, já lhe foi aqui referido, pelo João Pimpão, o plano que já foi aprovado, há muito tempo, e que já existe.

E, portanto, isto não é só redundante, é mais do que isso, isto é apenas uma pequena parte da realidade, vagamente aqui traduzida, e depois numa ação muito concreta, que também não tem expressão numa política de poupança energética.

Isto é um texto, uma ideia muito pobre, é muito pouco. O que já existe é muito melhor do que isto, obviamente, e, portanto, isto não tem qualquer utilidade.

E deixem-me dizer agora também: isto sim, isto é o circo que o Partido Socialista traz aqui à Assembleia Municipal, isto é o circo, é para conseguir destaque, para depois ir para as redes sociais tecer elogios uns aos outros, elogiarem-se uns aos outros, num frenesim e num delírio de reciprocidade, e também aproveitarem os blogues para dizerem “este disse isto”, “respondeu àquele”, mais “um a zero”, “nós é que ganhamos”, e portanto, são juízes ainda em causa própria, é assim que se têm portado. Para além dos insultos, que já esta noite aqui traduziram, e a que não respondo, porque não baixo a esse nível, mas já foram, e é verdade – foi o caso dos “imbecis” e o caso dos “pidescos”.

E, portanto, dizer que é este espetáculo que o Partido Socialista traz à política em Pombal, é este o nível que o Partido Socialista traz à política em Pombal.

E esta proposta aqui, é a mesma imagem da capacidade do Partido Socialista de apresentar propostas na Assembleia Municipal.

E deixem-me dizer ainda uma coisa: tudo é político aqui; não me digam que não há política, nós estamos aqui todos a fazer política, por isso é que aqui viemos. E a política deve ser uma atividade e uma função nobre, que deve ser valorizada, para incentivar todo o cidadão a participar nessa atividade cívica, e para que todos sejam responsáveis pela gestão da coisa pública. Portanto, é tudo político, não venham dizer que “isto é político”, como se fosse negativo. Não, tudo foi político aqui hoje, tudo foi motivo de escolha, de opção, de argumentação, de fundamentação, e de interligação entre as diversas soluções e as ideias.



MUNICÍPIO DE POMBAL

É dessa forma que eu digo, podem ir agora, então, delirar para as redes sociais, com os insultos que hoje aqui produziram, e com a miséria das propostas que aqui apresentaram.”

Rodrigo Escapa (PS):

“Depois de ter ouvido as intervenções dos meus colegas da Bancada do PSD, só me apraz dizer: ainda bem que temos o PSD como guardião da moral e dos bons costumes. Felizmente que temos uma Bancada que decide o que é correto, o que não é correto, o que é um circo, o que não é.

E não posso deixar de registar também a fina ironia, que a mesma Bancada que afirma isto, é a mesma que acusou, há meia hora atrás, o Partido Socialista de ter tiques absolutistas. É giro, fica bem.

Muito obrigado.”

Leandro Siopa (PS):

“Eu queria defender a honra, porque fui chamado de imbecil.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em exercício:

“Eu não ouvi essa frase, não ouvi isso.

Neste momento, vai intervir a Marlene Matias, e depois terá direito à sua intervenção.”

José Gomes Fernandes (PPD/PSD):

“Senhor Presidente, permita-me que dê um esclarecimento, se ele não entendeu. Eu apenas disse que nos chamaram de imbecis, a nós, e que chamaram “pidescos”, e que nós não respondíamos a esse nível.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em exercício:

“Se me permitem a autoridade que este cargo me confere, que é muito transitório, eu acho que esse assunto, a meio da reunião, já foi posto de lado. E, portanto, eu agradeço que não voltem a falar desse assunto, porque não colhe, neste momento, para o assunto que estamos a discutir.

E, portanto, eu vou dar a palavra à deputada Marlene Matias, se faz favor.”

Marlene Matias (PS):

“Eu só queria registar que o deputado Gomes Fernandes lida muito mal com a democracia, parece-me. Alegadamente, lida muito mal com a democracia. Chamou “circo” àquilo que o Partido Socialista aqui traz, chamou “circo” àquilo que o Partido Socialista acabou de trazer, que foi só e apenas o exercício da democracia, e o exercício de um direito da Oposição, de apresentar requerimentos, propostas, moções, o que quer que seja, assim como lhe assiste o direito de não as aceitar, de as criticar, e de chamar tudo – não digo tudo, porque não o pode fazer, mas subtilmente, ficou aí implícito, muito bem, aquilo que quis dizer. Eu entendi.

Pois bem, e depois fica muito perturbado com algumas palavras que foram ditas, mas é assim ao querer evitar que se exerça – esta é a casa da democracia, isto é um órgão democrático. E, portanto, o Partido Socialista, sempre que entender – e que fique claro – sempre que entender, vai exercer esse direito, quer goste, quer não goste. Se não gostar, paciência.”

Aníbal Cardona (PS):

“Em primeiro lugar, não me apercebi de ter... Eu fiz uma alusão, não sei se ficou claro, quando o Senhor José Gomes Fernandes falou naquilo que seria ofensivo, aquele cartoon que eu faço – nunca ofenderia uma amiga, obviamente – fiz uma alusão ao Charlie Hebdo. Aqueles foram uns imbecis. Mas, que comparação é que pode haver aqui? O não



MUNICÍPIO DE POMBAL

entendimento de que um cartoon é um cartoon, não é nada, é para nos rirmos naquele momento, e depois é esquecido imediatamente, esse é que é o espírito. Por amor de Deus, eu estou sempre a meter-me com os meus amigos – e com aquele, então, muito mais.

Pronto, apenas para dizer que hoje votámos medidas da Câmara Municipal, nove vezes a favor, como já votámos em situações anteriores também. Eu ainda estou aqui a fazer um esforço para ver de que forma é que nós podemos ter uma proposta aprovada, porque quando a detalhamos, balizamos; quando não a detalhamos, é muito vaga. Eu já começo a pensar que já sinto um certo orgulho de nós termos as propostas todas chumbadas.

Mas, eu queria tranquilizar – e está a ser transmitido – aquelas pessoas, que também são pombalenses, que votaram em nós. Nós olhamos para esta Assembleia como a celebração da diferença – estamos aqui todos, somos todos diferentes, com sensibilidades diferentes. Aqui, eu acho que há um sublinhar, uma exorbitação da diferença, por uma determinação que o PSD entendeu, “vamos chumbar aquilo tudo, porque aquilo é tudo muito mau”. E reparem uma coisa, quem ouça e quem acredite naquilo que às vezes é dito na argumentação do chumbo, parece que nós somos menores intelectuais, e nós não somos, porque até trabalhamos noutros sítios, e somos bem-sucedidos.

Mas, eu queria falar com aquelas pessoas que estão em casa, que são pombalenses também, que a nossa determinação em participar neste órgão, que tanto nos orgulha, através da proposta, é feita de matéria inquebrável. Os senhores têm muito que chumbar até ao final deste mandato – têm muito que chumbar.

Muito obrigado.”

José Gomes Fernandes (PPD/PSD):

“Senhor Presidente, eu queria lembrar o seguinte: o que se aplica ao Partido Socialista, quanto à liberdade, aplica-se ao PSD, quanto à mesma liberdade, porque a liberdade é exercida em todas as direções e relativamente a todas as instituições.

Permita-me, então, que diga o seguinte: quando refiro o “circo”, não fomos nós que trouxemos hoje aqui o “circo”; foi a Bancada do Partido Socialista que se lembrou de que as nossas posições eram o “circo”. E, portanto, eu apenas lhe quis dizer que agora era a vez de lhe retribuir a sua argumentação.

Lembrar-lhes também que, na última Assembleia – salvo erro -, nós dispusemo-nos a aprovar uma proposta do Partido Socialista, se eles tivessem acedido também a alterar uns pequenos pormenores. Eles recusaram, quiseram ir a votos, e depois dizem que vêm trazer aqui propostas para nós as chumbarmos. Agora eu percebo qual é a estratégia do Partido Socialista, acabou de ser anunciada: é trazer propostas mal fundamentadas, para terem que ser chumbadas, para se vitimizar.

Está explicado, compreendi.

Obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em exercício:

“Bom, eu agradeço que não entrem em diálogo. Há bocado, o Leandro Siopa era para intervir.

Eu só lhe queria perguntar se quer dizer alguma coisa, ou não, mas seja muito breve.”

Leandro Siopa (PS):

“Afinal, percebi mal, o Dr. José Gomes Fernandes que me desculpe. Percebi mal, pensei que ele me estava a chamar imbecil – já me tinha chamado analfabeto. Mas, eu não quis dizer que ele era “pidesco”, mas que parecia uma atitude “pidescas”. Atenção, que fique claro, as pessoas estão todas muito cansadas, e lá em casa também.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Nós conhecemos o PASEC – até se deve dizer, então a governança do PSD até foi muito antecipada ao Governo e ao Plano de Poupança de Energia. Estas medidas, algumas delas podem até coincidir, mas muitas delas não coincidem, sobretudo o Ponto n.º 6, “Promover no Orçamento e Grandes Opções...”. Aliás, aquilo é um plano, nem executa absolutamente nada ainda; prevê.

Mas, o Partido Socialista está disponível para ouvir. Às vezes também vamos ao Google, e, por acaso, o Google até nem demonstrou grande coisa. Mas, pelos vistos, existe algum trabalho feito. O Partido Socialista está cá para fazer mais, não estamos cá para nos promovermos nada. Eu sei que custa muito ouvir isto, já estamos todos muito cansados. Deixem-me acabar, por favor.

Senhor Presidente, eu vou dizer uma coisa: é por causa disto que há muito cidadão, muito bom cidadão lá fora, na sociedade civil, que não vem para a política, por causa de si, Senhor Presidente da Junta de Freguesia das Meirinhas, que se esquece que está aqui por inerência. Já é a terceira vez que digo isto, vou-me cansar e vou provavelmente render-me à sociedade civil também, porque não vale a pena estar aqui. Nós esperamos, quando saímos da sociedade civil para chegarmos aqui, de apanharmos os melhores, os melhores da sociedade, e não é isso que se vê.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em exercício:

“João Pimpão, agradeço que não intervenha sobre este assunto, até porque eu estou aqui e não ouço o que se passa aí em baixo. Ouvi aqui um comentário, agradeço que terminem com esse tipo de interpelações, que não colhem aqui. E seja breve no que tem a dizer.”

João Pimpão dos Santos (Presidente J.F. Meirinhas, PPD/PSD):

“Senhor Presidente, felizmente, a credibilidade na política ganha-se pelo trabalho, pelo estudo das matérias e pelo conhecimento. Eu, se estivesse no lugar dos senhores do Partido Socialista, também estaria assim, envergonhado. E esta vergonha leva-os a tentar...”

Leandro Siopa (PS):

“Senhor Presidente, eu faço um requerimento para passar à votação.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em exercício:

“João Pimpão, termine em dez segundos, se faz favor.

Senhora Deputada Marlene Matias, eu não cortei a palavra a ninguém; quando pus um requerimento à votação – e assim é – a pessoa termina a sua intervenção, e eu ponho imediatamente o requerimento à votação – o requerimento que o Leandro Siopa apresentou.”

João Pimpão dos Santos (Presidente J.F. Meirinhas, PPD/PSD):

“E que eu também subscrevo.

O PASEC existe, é uma realidade, e tem que ser estudado e acompanhado. Os membros da Assembleia Municipal têm que acompanhar o Município nos planos que existem. O plano do PASEC tem cronogramas de medidas que estão a ser aplicadas. Tem que haver este acompanhamento.

Agora, chegar a uma fase destas, desconhecer os documentos, e depois criar... As pessoas querem políticos credíveis e trabalhadores.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em exercício:

“Eu vou pôr à votação o requerimento do Leandro Siopa. Quem vota favoravelmente a admissão do requerimento na Mesa? Quem vota contra? Portanto, o requerimento é



MUNICÍPIO DE POMBAL

aprovado por unanimidade. Vou pôr à votação, então, o requerimento, e o teor do requerimento é que se passe de imediato à votação.”

A Assembleia aprovou o requerimento, por unanimidade.

Colocada a Recomendação n.º 13/GM-PS/2022 a votação, foi a mesma rejeitada por maioria, com seis votos a favor do Partido Socialista e um do Oeste Independente.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em exercício:

“Meus senhores, eu acho que quando se chega a esta hora da manhã, estamos todos um bocado cansados. Eu acolho a proposta a 100%, nós temos que ter reuniões a começar às quatro e meia, como sempre foi.

Amanhã todos temos de trabalhar.

Agradeço a vossa presença, cumprimento-vos a todos. Espero que tenhamos reuniões, enfim, com algumas picardias, mas não é necessário insultar ninguém, a política é feita destas coisas mesmo.

Um bom regresso a casa para todos. Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, muito obrigado pela vossa presença.”

Nada mais havendo a tratar o **Senhor Presidente da Mesa da Assembleia em exercício** deu por finalizados os trabalhos, era uma hora e trinta minutos do dia 30 de setembro, tendo-se lavrado a presente ata, que eu Paulo Cardoso Correia da Mota Pinto, subscrevo e vai ser assinada por todos os membros da Mesa.

O Presidente da Mesa:

O 1.º Secretário:

A 2.ª Secretária: